



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADO MULTIDISCIPLINARES
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

Jéssica Maiara Rodrigues Martins

**Inclusão digital para a inclusão social: o papel das Tecnologias da Informação e
Comunicação no campo dos direitos sociais.**

Brasília, DF

Maio de 2015

JÉSSICA MAIARA RODRIGUES MARTINS

Inclusão digital para a inclusão social: o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação no campo dos direitos sociais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Magda de Lima Lúcio

Brasília

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

MARTINS, Jéssica M. R.

Inclusão digital para a inclusão social: o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação no campo dos direitos sociais.

192 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação
Internacional) – Universidade de Brasília - UnB

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Inclusão digital para a inclusão social: o papel das Tecnologias da Inovação e Comunicação no campo dos direitos sociais.

Autora: Jéssica Maiara Rodrigues Martins

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Área de concentração: Desenvolvimento e Política Públicas.

Brasília, _____ de _____ de 2015.

Prof.^a Dr.^a Magda de Lima Lúcio (orientadora)

Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Ricardo Toledo Neder

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Doriana Daroit

Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Luiz Fernando Bessa (suplente)

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília

DEDICATÓRIA

*A Marleide, Luiz Gustavo e André Luiz: minha força, meu
colo, meu riso e minha sensatez nesta e em todas as
caminhadas desta vida.*

AGRADECIMENTOS

E eis o espaço de evidenciar que todo trabalho significativo em nossas vidas é normalmente feito a muitas mãos, ao saltitar de muitos corações, e graças a muitos ombros e conselhos amigos. Expresso aqui, portanto, minha gratidão a todas essas pessoas queridas que também foram – cada uma na sua intensidade – responsáveis pela concretização desse trabalho:

À minha mãe, Marleide, por seu amor incondicional, que me salva todos os dias e me dá forças para continuar seguindo pelos caminhos que escolhi trilhar, lembrando-me constantemente que o mais importante é a experiência da caminhada. Aos meus irmãos André Luiz e Luiz Gustavo, por estarem ali nos meus momentos mais críticos, com as palhaçadas e os pequenos mimos diários, relembrando-me que às vezes o melhor a se fazer é dar uma pausa, sorrir um pouco e lembrar que a vida é feita também de pequenos momentos, simples, porém valiosos, com aqueles que amamos.

A CAPES, pela concessão da bolsa durante os meses que não estive trabalhando. À minha orientadora, Magda de Lima Lúcio, pelo apoio, pelas reflexões e provocações ao longo desse período, tão importantes para que eu conseguisse traçar um caminho teórico e metodológico mais consistente, e por relembrar-me constantemente que qualquer trabalho que nos dispomos a fazer na vida deve fazer sentindo primeiramente para nós mesmos. Aos professores Ricardo Toledo Neder e Doriana Daroit pela compreensão desde a qualificação, e por todas as orientações, que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Agradeço à professora Ana Maria Nogales, sempre disposta a nos escutar e a nos dar conselhos simples, mas que mudavam a vida!

Ao meu amigo, e muitas vezes anjo da guarda, Virgínio Beltrami, um dos principais culpados pelo início de tudo isso, graças ao seu apoio e incentivo constantes (e também às suas broncas!). Obrigada por ser esse ser tão especial em minha vida, e por nunca desistir de me fazer acreditar que posso ir além do que imagino.

Um agradecimento muito especial às pessoas que nunca foram apenas colegas de mestrado, mas sim verdadeiros/as amigos/as: Cammilla Horta, que me atendeu e me apoiou em todos os momentos que eu precisei, que muitas vezes me ligava só para saber se estava tudo bem, que até o último instante esteve ao meu lado, me dando toda força possível, revisando meus textos e me dando toques que foram essenciais! Edison Zimbew, grande amigo para todas as horas, que acompanhou desde os conflitos acadêmicos até meus desafios pessoais e cotidianos e sempre esteve presente com um ombro amigo e um bom conselho. Adriana Lombardo, que entre chás, cafés, visitas ao seu lindo filhote e conversas longas e muito prazerosas, me ensinou muito, não só academicamente como para a vida. George Maha, que sempre muito pacientemente tentava me fazer acreditar que no fim tudo daria certo, além de ser a pessoa que me ajudou a dar o pontapé inicial na definição do meu objeto. Andrea Naritza, que não me deixou desistir nas horas mais críticas. Maurício Spinola, com quem tive

as melhores reflexões sobre inclusão digital, sobre políticas públicas, e tantos outros temas e papos que sempre fluíam nesses cafés da vida!

Agradeço a todos aqueles que me receberam e colaboraram muito para a obtenção dos dados, realização das entrevistas e preenchimento dos questionários: Vilmar Simion, da Programando o Futuro; Irene, Edivânia e Alcir, da Associação Viver, assim como ao Leônidas e todos os alunos entrevistados; Jackeline, do Coletivo da Cidade, que apesar de todos os desencontros sempre foi muito receptiva; e ao Anfrísio, do CDI-DF.

E não poderia deixar de agradecer àqueles/as amigos/as que trago no coração por toda vida e que foram essenciais em momentos diversos dessa trajetória, uns muito antes dela se iniciar, alguns logo no início, outros agora no final, mas todos essenciais: Carolina Teixeira e Wesley (Paladino), meus amigos e amores para toda a vida, que foram essenciais para a manutenção de minha sanidade (ou não!); Tayro Louzeiro, que além de companheiro foi um grande amigo e que aguentou essa barra comigo durante um longo período, sempre tornando o peso muito mais leve, serei eternamente grata a você por todo o carinho e todo o apoio; Keu, amigo muito especial e com quem aprendi muito para toda a vida; Paloma Dantas e Bruno Santana, amigos e família há tantos anos e que sempre me acharam louca por não dar uma pausa, mas nunca deixaram de me apoiar em cada nova loucura; Amuramy, Luzia Carolina e Janaína pela amizade, carinho e todo o apoio psicológico na fase mais crítica desse processo; e aos diretores e colegas de trabalho da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), pela compreensão, suporte e apoio nesse momento crucial.

Sem cada um de vocês, esse trabalho não seria possível! Muito obrigada!

“Nosso cérebro é (...) bem diferente do computador. Este é linear, sequencial, algorítmico, reversível, funciona de fora para dentro, não tem, nem cria autonomia própria. Já a tessitura neural desenvolve a habilidade reconstitutiva política de sujeitos que podem tornar-se autônomos”.
(Pedro Demo)

RESUMO

A crescente difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação na sociedade atual trouxe consigo uma série de benefícios, principalmente no que tange à geração de novos conhecimentos e à mudança no fluxo de informações entre os diversos atores sociais, mas trouxe também alguns problemas. A exclusão digital passa a figurar no rol das diversas causas de desigualdade entre indivíduos e populações, podendo contribuir para aprofundamento de situações de exclusão social. Frente a essa questão, surgem diversas iniciativas com a intenção de promover a inclusão social exatamente pelo uso das TICs: são as ações de inclusão digital para a inclusão social. Partindo do princípio de que a inclusão social só é efetiva quando ocorre no campo dos direitos sociais, a presente dissertação busca compreender, a partir de um estudo de caso da atuação do Comitê para Democratização da Informática na Cidade Estrutural, Distrito Federal, se a apropriação das TICs, através de ações de inclusão digital pode de fato favorecer a inclusão social. Para isso, tomou-se a Teoria Crítica da Tecnologia como base teórica para a compreensão da relação entre tecnologia e sociedade, interpretando a tecnologia como um campo de disputas políticas entre os diferentes grupos e interesses sociais. A fim de compreender as disputas existentes no cenário nacional sobre essa questão, foi feito um breve apanhado de ações de relevantes atores e iniciativas no campo da inclusão digital no Brasil, com destaque para a atuação do Movimento Pela Inclusão Digital. Compreendido o cenário nacional, foi feita a análise do estudo de caso, que evidenciou as desigualdades socioeconômicas existentes na região, a falta de apoio do Governo local assim como os diversos esforços feitos em prol de projetos mais inclusivos.

Palavras-chave: inclusão digital, inclusão social, direitos sociais, TICs.

ABSTRACT

The growing distribution of Information and Communications Technologies (ICT) in modern society has generated benefits - mainly relating to the creation of knowledge and to the change in the information flows among social actors - but also produces some problems. Digital exclusion is now one of the several causes for individual and collective inequalities, and might contribute to deepening social exclusion situations. To face this issue, several initiatives with the aim at promoting social inclusion through the use of ICT have emerged: digital inclusion actions for social inclusion. Based on the principle that effective social inclusion happens in the realm of social rights, this research aims at understanding - from the case study of the *Comitê para Democratização da Informática* of *Cidade Estrutural*, in the Brazilian Federal District - if digital inclusion actions for the appropriation of ICT may actually favor social inclusion. The Critical Theory of Technology provides a theoretical foundation for the comprehension of the relation between technology and society, interpreting technology as an arena of political disputes amongst different social groups and interests. The assessment of information about the action of relevant actors and initiatives in the field of digital inclusion in Brazil, with a focus on the activities of *Movimento Pela Inclusão Digital*, helped to achieve a better understanding of these disputes nationally. The case study was built from the awareness of the national scenario, and revealed the socioeconomic inequalities of the region, the lack of local Government support as well as the efforts towards more inclusive projects.

Keywords: digital inclusion, social inclusion, social rights, ICT.

LISTA DE ABREVIACÕES

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID)
Comitê para Democratização da Informática - Distrito Federal (CDI-DF)
Comitê para Democratização da Informática (CDI)
Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Distrito Federal (DF)
electronic government (e-gov)
Estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)
Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT)
Informação (REPES)
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas (IPSO)
Instituto Florestan Fernandes (IFF)
Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT)
Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID)
Organizações da Sociedade Civil (ONGs)
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)
Produto Interno Bruto (PIB)
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)
Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo)
Programa Sociedade da Informação no Brasil (Socinfo)
Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS)
Região Administrativa (RA)
Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP)
Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da
da
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST)

Secretaria de Estado e Desenvolvimento Humano do DF (SEDHS)

Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI)

Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)

Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Tecnologia Apropriada (TA)

Tecnologia Convencional (TC)

Tecnologia Social (TS)

Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

Tribunal de Contas da União (TCU)

World Wide Web (www)

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: População, segundo os grupos de idade.....	88
TABELA 2: População, segundo o nível de escolaridade.....	89-90
TABELA 3: População, segundo frequência em atividade extracurricular.....	90
TABELA 4: População, segundo a situação de atividade.....	92
TABELA 5: População ocupada, segundo o setor de atividade remunerada.....	92-93
TABELA 6: Renda Domiciliar Média Mensal e Per Capita Média Mensal.....	94
TABELA 7: Domicílios ocupados, segundo a condição de posse de bens.....	96
TABELA 8: Domicílios ocupados, segundo o tipo de serviço de comunicação utilizado.....	97

LISTA DE QUADROS

Figura 1: Proposta de quadro analítico.....	33
Figura 2: Quadro adaptado do projeto “Cultura Digital Para Mobilização Social Versão 2.0 2012”.....	75-76
Figura 3: População, segundo a cor ou raça declarada - SCIA-Estrutural - DF – 2013.....	88
Figura 4: População, segundo o tipo de violência sofrida – SCIA-Estrutural – DF – 2013.....	91
Figura 5: Distribuição dos domicílios ocupados, segundo as Classes de Renda Domiciliar – SCIA-Estrutural – DF – 2013.....	95
Figura 6: Quadro analítico.....	110-111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. Objetivos	23
1.1. Objetivo Geral	23
1.2. Objetivos Específicos	23
2. Justificativa	24
3. Metodologia	27
a. Estudo Exploratório	34
b. Mapeamento e recorte empírico	35
c. Coleta de dados secundários	37
d. Análise documental	37
e. Coleta de dados primários	37
1. RELAÇÃO “TECNOLOGIA E SOCIEDADE”: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	39
1.1. Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT)	39
1.2. Abordagens alternativas à Tecnologia Convencional (TC)	40
1.3. Abordagem sociotécnica	43
1.4. Teoria Crítica da Tecnologia	44
1.5. TICs: o nome dilema da bicicleta	46
1.6. Inclusão digital pra inclusão social: um diálogo no campo dos direitos	48
2. INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL: CONCEITOS, PRÁTICAS E AVANÇOS	51
2.1. Chegada da Internet ao Brasil e expansão do uso das TICs	51
2.1.1. São Paulo e Porto Alegre: primeiros telecentros	53
2.1.2. 1ª Oficina para Inclusão Digital: definindo conceitos e diretrizes, e promovendo encontros	55
2.1.3. Oficinas Para a Inclusão Digital: principais acontecimentos e contribuições	58

2.1.4. Movimento pela Inclusão Digital	65
3. O CASO CDI: PROMOVENDO A <i>CIDADANIA DIGITAL</i>?	71
3.1. Pioneirismo nas ações de Inclusão Digital	71
3.2. Metodologia CDI	73
3.3. Principais críticas ao modelo CDI	77
a. Foco no acesso e nos cursos de informática básica	78
b. Ausência do poder público	79
c. Privilégio dado ao <i>software</i> proprietário	80
3.4. CDI-DF: algumas ações, muitas dificuldades	82
3.5. Incentivo à inclusão digital no Distrito Federal	84
3.6. A Cidade Estrutural	86
a. Surgimento da cidade	86
b. Condições de moradia e infraestrutura urbana	87
c. Características populacionais	87
d. Instrução	89
e. Segurança	91
f. Saúde	91
g. Trabalho e renda	92
h. Posse de bens, equipamentos e serviços	95
i. Observações gerais	97
3.7. Atuação do CDI na Cidade Estrutural	98
3.7.1. Associação Viver	99
a) Projeto de inclusão digital: parceria com CDI-DF	101
b) Projetos elaborados e atividades desenvolvidas	102
c) Percepção das professoras	104
d) Percepção dos ex-alunos	106
e) Considerações	108

f) Quadro analítico e análise geral	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
ANEXO I	122
ANEXO II	148
ANEXO III	156
ANEXO IV	164
ANEXO V	176
ANEXO VI	190

INTRODUÇÃO

A inclusão digital consiste em um tema que despertou grande interesse no meio político e acadêmico nas últimas décadas, principalmente frente aos desafios impostos pela difusão das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e seus impactos na dinâmica político-econômico-social em todo o mundo. Neste panorama de crescente importância da informação e do conhecimento enquanto categorias estratégicas no contexto internacional, as TICs emergem, gerando novas demandas e, com isso, novas pressões sociais. A difusão e o aperfeiçoamento dessas tecnologias passaram a ser vistos como primordiais para o desenvolvimento dos países, uma vez que elas não apenas possibilitam uma troca ágil de informações e conhecimentos a nível global (o que acaba resultando em alterações na percepção dos indivíduos de tempo e espaço), como também possibilitaram a transformação nas formas de produção e distribuição de bens materiais e imateriais (MACIEL & ALBAGLI, 2004).

A difusão das TICs trouxe consigo mudanças significativas nas relações sociais entre os indivíduos, nas formas de comunicação, nas perspectivas de qualificação para o mercado de trabalho, nas possibilidades de acesso e difusão de informação e conhecimento, entre outras. Dessa forma, a grande relevância atribuída à inovação científico-tecnológica na sociedade contemporânea resulta na cobrança recorrente para que, cada vez mais, as pessoas estejam atentas e atualizadas em relação às constantes mudanças tecnológicas, tendo em vista as consequências que estas acarretam para as diversas áreas da vida em sociedade.

Que amplitude ganham esses efeitos em contextos de elevada desigualdade socioeconômica? Como ficam os cidadãos que ainda não possuem acesso a direitos sociais básicos? Como as TICs influenciam suas vidas? Elas aumentam as desigualdades sociais ou elas têm potencial de minimizar essas desigualdades? Se a difusão dessas tecnologias está associada ao desenvolvimento dos países, que tipo de desenvolvimento está sendo gerado?

Para elucidar tais questões é preciso compreender, primeiramente, a relação entre as tecnologias e a sociedade e as implicações resultantes dessa interação. Optou-se, aqui, pela perspectiva teórica dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT). Estes partem da compreensão de que as tecnologias, assim como a ciência, não se caracterizam como um elemento neutro, alienado da sociedade e de seu conjunto de relações de poder, e sim parte integrante desta sociedade e fruto dos conflitos e das relações de interesse que a constituem. Nas palavras de Dagnino, são estudos “voltados para o entendimento da relação entre

tecnologia e exclusão social e para a necessidade de conceber uma tecnologia que promova a inclusão” (DAGNINO, 2010, p. 7). Ou seja, demonstram que existe uma relação intrínseca entre mudanças técnicas e o contexto social em que tais mudanças ocorrem (NEDER, 2013a), sendo que a tecnologia pode contribuir para a diminuição ou o acirramento das desigualdades sociais, dependendo do uso que se faz e dos atores envolvidos nos processos de tomada de decisões quando do desenvolvimento das tecnologias. Focaremos, mais especificamente, na abordagem da Teoria Crítica da Tecnologia, que chama a atenção para o fato de que tecnologia e sociedade se influenciam mutuamente, sendo que as tecnologias são carregadas de significado político-social desde sua concepção, e assim modificam a sociedade e são por ela modificadas.

Observa-se, portanto, que não é por acaso que a exclusão digital não se caracteriza como um fenômeno isolado de outros problemas sociais, mas sim parte integrante destes. Alguns teóricos (MACIEL & ALBAGLI, 2007, 2011; FERREIRA & ROCHA, 2011) chamam atenção para o fato de que o indivíduo que se encontra digitalmente excluído, normalmente, também se encontra socialmente excluído, de forma que não apenas não é possível uma efetiva inclusão digital caso esta não esteja vinculada à inclusão social, como a exclusão digital pode agravar ainda mais o quadro de exclusão social existente.

Vale ressaltar que, partindo-se de um conceito mais amplo, as TICs são definidas como “o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (*software* e *hardware*), telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica”. (CASTELLS, 1999, p. 67). Na presente pesquisa, no entanto, limitaremos-nos a alguns componentes da computação – microcomputadores e afins – e das telecomunicações/rádiodifusão – telefone celular e Internet. Em relação à esta última, apesar de seu surgimento datar do final da década de 1950, início da década de 1960, ela só chega ao Brasil, em meados da década de 1990. Esse acontecimento deu impulso à difusão das TICs, mas também trouxe muita preocupação em relação às suas consequências, pois com elas, um novo tipo de desigualdade surgia, uma vez que apenas uma pequena parcela da população tinha acesso a essas tecnologias. Uma preocupação recorrente se referia à probabilidade de que a exclusão digital pudesse aprofundar ainda mais o quadro de desigualdade social existente (FALAVIGNA, 2011).

Começam a surgir no país diversas iniciativas – ações de ONGs, telecentros, infocentros, etc. – que traziam em seus projetos a intenção de combate às desigualdades sociais através da promoção da inclusão digital. O que se verificou com o passar dos anos, é que o conceito de inclusão digital foi sendo rediscutido, flexibilizado e ampliado, à medida

que aumentava a compreensão do alcance e das possibilidades geradas a partir do uso das novas tecnologias. A centralidade da preocupação com a democratização do acesso às TICs foi dando espaço para novos discursos, especialmente entre organizações da sociedade civil organizada, voltados à necessidade do uso das TICs de forma livre e criativa, buscando sair de uma postura de subordinação restrita ao consumo de tecnologias, com a ascensão, por exemplo, do debate em torno do *software* livre (FALAVIGNA, 2011).

E o conceito de inclusão social? Apesar de sempre presente nos discursos, qual a compreensão que se tem a esse respeito?

Tomando como exemplo o documento que mapeava a situação da exclusão digital no país e sugeria metas e políticas específicas para solucionar esse problema (SORJ, 2003), intitulado *Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde*¹, lançado em 2000 pelo Programa Sociedade da Informação no Brasil (Socinfo) e vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), verificamos uma interessante abordagem referente à questão social:

E inclusão social pressupõe formação para a cidadania, o que significa que as tecnologias de informação e comunicação devem ser utilizadas também para a democratização dos processos sociais, para fomentar a transparência de políticas e ações de governo e para incentivar a mobilização dos cidadãos e sua participação ativa nas instâncias cabíveis. (...)

Formar o cidadão não significa “preparar o consumidor”. Significa capacitar as pessoas para a tomada de decisões e para a escolha informada acerca de todos os aspectos na vida em sociedade que as afetam, o que exige acesso à informação e ao conhecimento e capacidade de processá-los judiciosamente, sem se deixar levar cegamente pelo poder econômico ou político. (MCT, 2000, p. 45).

Observa-se nesse trecho que a inclusão social é tratada em referência à participação dos indivíduos enquanto *cidadãos*, que por sua vez devem possuir *autonomia* na utilização das TICs, inclusive como forma de ampliação de consciência crítica e *ação cidadã*. Nota-se, portanto, uma associação direta entre inclusão digital, inclusão social e *cidadania*, que por sua vez está diretamente relacionada ao usufruto de direitos.

A importância dessa associação está na relação entre o conceito de inclusão e cidadania. Esta é usualmente compreendida como o exercício de direitos e deveres. Logo, quando a inclusão é tratada no campo da cidadania, trata-se de inseri-la no campo dos direitos – sejam eles civis, políticos ou sociais. No tocante aos direitos sociais, T. H. Marshall (1967) os conceitua como aqueles referentes a “tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a

¹ Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>

vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967, p. 63-64). Partindo-se dessa ótica, é possível afirmar que a inclusão digital e a inclusão social, enquanto tentativas de garantir o acesso à informação e comunicação, melhorias socioeconômicas e maior bem-estar social aos indivíduos, devem ser trabalhadas no campo dos direitos sociais.

De acordo com Telles (2006), a inclusão social só ocorre de fato no usufruto dos direitos sociais. Citando Hannah Arendt (1974), afirma que “o direito só pode existir no exercício efetivo de direitos” (TELLES, 2006, p. 59). Além disso, chama atenção para o fato de que a inclusão só ocorre verdadeiramente com a participação ativa desse sujeito na vida social, inclusive nas tomadas de decisões que lhe dizem respeito. Ou seja, ao ser desprovido da condição básica de cidadania enquanto sujeitos portadores de direitos, retira-se do indivíduo sua capacidade de decisão e *participação autônoma* na sociedade, ou seja, de ser incluído de fato:

“a privação fundamental dos direitos humanos se manifesta primeiro e sobretudo na privação de um lugar no mundo que torne significativas as opiniões e efetivas as ações (...). Tornam-se privados, não do direito à liberdade, mas do direito à ação; não do direito a pensar o que queiram, mas do direito à opinião. O privilégio em alguns casos, as injustiças na maioria deles, os acontecimentos favoráveis e desfavoráveis, lhes sobrevêm como acidentes sem nenhuma relação com o que fazem, fizeram ou venham a fazer” (ARENDR, 1974, apud TELLES, 2006, p. 60)

A exclusão social gera, assim, outros tipos de exclusão, por retirar do indivíduo sua capacidade de *real inclusão*, com *ação e participação autônoma na sociedade*, o que remete à necessidade da associação entre inclusão digital e inclusão social, pois uma não será completa sem a outra.

Isso traz à tona a inquietação em relação à verificação prática do discurso amplamente difundido sobre inclusão social nos projetos de inclusão digital.

O programa anteriormente mencionado, o Socinfo, consistiu em uma das duas principais ações de governo, na última gestão de Fernando Henrique Cardoso, para disseminação das TICs à época. A outra foi o ProInfo, criado em 1997, que previa a instalação de equipamentos de informática nas escolas. A avaliação de alguns indivíduos ligados ao movimento de inclusão digital, no entanto, é de que essa foi uma gestão que teve ações muito limitadas no campo da inclusão digital, além de deixar muito a desejar no que tange à inclusão social daqueles em situação de desigualdade socioeconômica:

Em relação às classes sociais mais excluídas, não houve a formulação de uma política governamental que as abrangesse em qualquer ação inclusiva. Também não houve qualquer política que relacionasse movimentos sociais e Inclusão Digital, ou algum programa que imaginasse centros gratuitos de acesso coletivo às TIC. Para não reduzir ao zero esse tipo de iniciativa, ao final dessa gestão, em 2002, havia dois Pontos de Acesso no Estado do Mato Grosso, implantados pelo programa Comunidade Solidária, em Cuiabá e Santo Antônio do Leverger (...). No mais, como frisa Cristina Mori, se tomarmos a gestão como um todo, as “... ações possuíam como foco o uso de TIC pelo Estado para gestão, baseado num conceito de cidadão-cliente, usuário de serviços de governo eletrônico. Davam prioridade ao mercado e à formação de mão-de-obra na capacitação da população para o uso dessas tecnologias. Também consideravam que o voluntariado e as ONG’s deveriam ser a estratégia de oferta de serviços para a população pobre. Os movimentos sociais eram desconsiderados na formulação de políticas” (FALAVIGNA, 2011, p. 56-57).

Observa-se, portanto, que apesar do discurso governamental, na prática a inclusão digital, nestes casos, ficou relegada ao acesso às TICs, e a inclusão social relegada à “capacitação de mão de obra”. Essas práticas distanciam-se, portanto, de uma concepção cidadã (baseada no usufruto de direitos) e se aproxima mais de uma concepção assistencialista de inclusão.

Dessa maneira, simplesmente promover o acesso à TICs sem problematizar que tipo de acesso se quer, que tipo de utilização dessas tecnologias se deseja fazer, ou ainda, sem pautar as implicações da difusão dessas tecnologias para a perpetuação ou o enfrentamento da exclusão social, não se caracteriza como inclusão digital nem como direito, caindo, assim, no campo da “ajuda”.

No entanto, tendo em vista que as ações de inclusão digital são difundidas no Brasil desde meados da década de 1990, passados, portanto, vinte anos, e que já se avançou muito no debate e nas ações de inclusão digital no país em suas diversas esferas – governo, sociedade civil, academia, movimentos sociais, etc. – (FALAVIGNA, 2011), questiona-se o quanto se avançou na compreensão do papel da inclusão social dentro dessas iniciativas de inclusão digital em comunidades de baixa renda e vulnerabilidade social, afastando-se de um discurso assistencialista e aproximando-se da concepção de cidadania.

Frente a tais reflexões, o problema de pesquisa proposto é: **em contextos de grandes desigualdades sociais, é possível que ações voltadas à inclusão digital favoreçam de fato o processo de inclusão social, estimulando a ampliação e o fortalecimento de direitos sociais através do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação?**

A presente pesquisa se propõe, portanto, a verificar como se desenvolvem as ações de inclusão digital que visam à promoção da inclusão social, realizadas por instituições de cunho social, especificamente Organizações Não Governamentais (ONGs), que atuam junto a

comunidades marcadas pelo contexto de vulnerabilidade social, em Regiões Administrativas do Distrito Federal. Metodologicamente, optou-se pela modalidade estudo de caso.

A ONG selecionada para a realização deste estudo foi o Comitê para Democratização da Informática (CDI), devido a seu destaque no cenário nacional e internacional no campo da inclusão digital e sua capilaridade em todo o país. Três características desta Organização se mostraram determinantes para sua escolha como recorte empírico desta pesquisa:

(1ª) Discurso pautado na cidadania: o conteúdo de seu discurso, presente em todos os materiais que produz e nas palestras realizadas pelo Brasil e em outros países por seu fundador e idealizador Rodrigo Baggio, onde é afirmado constantemente se tratar de uma organização que preza pela inclusão digital para a inclusão social, em busca da promoção daquilo que denominam *cidadania digital*;

(2ª) Metodologia baseada na educação popular: fundamentada nos escritos de Paulo Freire (1986, 1987), sua metodologia se baseia na educação popular, a partir da qual afirma que o uso das TICs pode contribuir para **resolução de problemas da comunidade** local;

(3ª) Atuação descentralizada: são as entidades existentes em determinada localidade (outras ONGs, escolas, associações de moradores, igreja, etc.) que procuram o CDI, que por sua vez, além de doar alguns computadores, capacita os agentes provenientes destas entidades, por eles chamados de educadores. Ao fim da capacitação os agentes retornam para suas comunidades e elaboram seus próprios projetos de inclusão digital, a partir da decisão da turma a ser formada, baseando-se na metodologia desenvolvida pelo CDI.

Com base nos elementos empíricos coletados inicialmente, e no marco teórico de referência que foi apontado a respeito da relação entre inclusão digital e inclusão social no campo dos direitos sociais, as seguintes premissas foram adotadas como orientadoras do percurso de pesquisa:

- 1) As tecnologias transformam o meio social e são por ele transformadas, sendo que a forma como tais tecnologias são utilizadas e incorporadas pela sociedade gera consequências nas suas mais diversas esferas: política, social, econômica, psicológica, ambiental, etc.
- 2) A forma como se dá o acesso às TICs nas diversas sociedades pode colaborar tanto para o agravamento de desigualdades existentes, quanto para a redução das desigualdades, a depender do uso que se faz de tais tecnologias – de forma autônoma e cidadã, ou apenas voltada para o consumo de bens tecnológicos.

A partir dessas premissas, esta pesquisa se propôs a averiguar, primeiramente, se o modelo de atuação do CDI possibilitou uma postura mais autônoma da comunidade local na definição de seus projetos de inclusão digital. Buscou, ainda, verificar se isso se refletiu no modo de interação dos indivíduos com as TICs e em sua utilização.

Além disso, o presente estudo tem como objetivo verificar, a partir da atuação de entidades parceiras do CDI na Cidade Estrutural, localizada no Distrito Federal (DF), se a apropriação de TICs, através de ações de inclusão digital, colabora para a promoção da inclusão social, no sentido de favorecer o fortalecimento e/ou a ampliação de direitos sociais. Para tanto, foram realizadas entrevistas com alguns agentes sociais considerados importantes para a compreensão das implicações de iniciativas de inclusão digital para a inclusão social e do contexto de atuação do CDI, quais sejam: um militante do movimento pela inclusão digital e também coordenador de uma ONG voltada à inclusão digital, professoras que trabalharam a metodologia CDI em suas aulas na instituição selecionada e ex-alunos que tiveram contato com essa metodologia.

A hipótese inicialmente adotada foi que o trabalho do CDI pode contribuir para potencializar a importância de **entidades locais como portas de acesso** que a comunidade possui para uma **formação cidadã** no que tange ao incentivo à **utilização das TICs de forma autônoma e crítica**, podendo favorecer o fortalecimento e ampliação dos direitos sociais e, portanto, da inclusão social.

1. Objetivos

1.1. Objetivo Geral

Compreender, a partir de um estudo de caso na Cidade Estrutural, no Distrito Federal, se entidades da sociedade civil contribuem para a promoção e fortalecimento de ações que favoreçam a inclusão social, tendo como mediação projetos de inclusão digital desenvolvidos em parceria com o CDI.

1.2. Objetivos Específicos

- Compreender, por intermédio da Teoria Crítica da Tecnologia, a relação entre tecnologia e sociedade.

- Compreender a contribuição do chamado movimento de inclusão digital no desenvolvimento de uma nova compreensão sobre inclusão digital com vistas à inclusão social, e sua importância na elaboração de políticas públicas de incentivo à inclusão digital no país;
- Depreender se a metodologia de trabalho do CDI contribui para ações e relações de autonomia e cidadania dos agentes sociais envolvidos em sua aplicação prática;
- Fornecer quadro analítico composto pelos resultados da avaliação da atuação dos parceiros do CDI na Cidade Estrutural, Distrito Federal.

2. Justificativa

As Tecnologias de Informação e Comunicação reforçam o papel das categorias “informação”, “comunicação” e “conhecimento” no cenário mundial enquanto categorias consideradas estratégicas política e economicamente para o desenvolvimento dos países. Isso porque, por um lado, as TICs transformaram a dinâmica de circulação de informações ao redor do mundo, influenciando as formas de interação entre os indivíduos e possibilitando a ampliação do acesso a múltiplas informações e circulação de ideias e difusão de conhecimento; por outro, ganharam crescente importância no mercado mundial, uma vez que colaboram para maior volatilidade do capital, principalmente na circulação do chamado capital financeiro (MACIEL & ALBAGLI, 2004).

O próprio conceito de desenvolvimento, normalmente utilizado para se referir ao avanço dos países, ainda está fortemente pautado em seu desempenho econômico. Muito se questiona esse modelo limitado e excludente de desenvolvimento, alertando para a necessidade de modelos alternativos, que não se restrinjam à área econômica, e que também levem em consideração características políticas, sociais e culturais que sejam relevantes para medir o desempenho dos países.

A partir dessa lógica, assim como recursos financeiros, “informação” e “conhecimento” também são distribuídos de forma desigual na sociedade, contribuindo para situações de exclusão social, uma vez que trazem consequências sociais baseadas no tipo de acesso que as populações têm a recursos científicos e tecnológicos e a políticas de incentivo no setor.

No que se refere ao acesso a tecnologias, os últimos dados coletado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2005/2013, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o brasileiro, de forma geral, continua aumentando o percentual de acesso às TICs. Na pesquisa anterior, a PNAD 2005/2011, mostrou-se que o número de brasileiros acima de 10 anos com acesso à Internet passou de 31,9 milhões, em 2005, para 77,7 milhões, em 2011. A PNAD 2013, por sua vez, estimou em 85,6 milhões o número de brasileiros acima de 10 anos com acesso à Internet (o que equivale a 49% da população). Um fator interessante apontado na pesquisa, que inclusive foi possível ser identificado devido à alteração em alguns parâmetros de medição para se adequar às mudanças no acesso às TICs, foi a constatação de que o brasileiro está diversificando os tipos de aparelhos tecnológicos para ter acesso à Internet. Houve uma pequena retração no acesso à Internet exclusivamente através de microcomputadores, que equivalia a 46,5% da população em 2011, para 45,3% em 2013. Os 4,1% restante (dado que 49,4% da população têm acesso à Internet), acessam à Internet exclusivamente através de outros aparelhos (telefone celular, *tablet* ou outro). Por outro lado, observa-se que a posse e utilização das TICs continuam fortemente atreladas ao nível de renda (maior índice está entre a população com renda per capita acima de 10 salários mínimos) e de escolaridade (mais índice entre aqueles com oito anos ou mais de ensino).

No que se refere aos dados por Unidade da Federação (UF), a PNAD de 2005 a 2011 mostrou que a UF que ocupou o primeiro lugar em acesso à Internet e ao telefone celular foi o Distrito Federal, que por sua vez também ocupava o primeiro lugar no ranking de rendimento médio mensal da população economicamente ativa do país². Na PNAD de 2013, o DF lidera o ranking de acesso a microcomputadores e *tablets*, porém no uso da Internet houve alteração na forma de medição, de forma que antes era exclusivo para acesso através de microcomputador (que o DF liderava) já a partir da PNAD 2013 o índice está distribuído entre acesso exclusivamente por microcomputador ou exclusivo por outros aparelhos (celular ou *tablet*), o que provocou uma queda no índice em comparação a outros estados (31,8% só por microcomputador e 6,4% somente celular ou *tablet*). Em relação ao rendimento da população economicamente ativa, os últimos dados são do ano de 2011 e, portanto, o DF continua como

² Acesso à Internet em 2011: Distrito Federal (71,1%), São Paulo (59,5%) e Rio de Janeiro (54,5%). Posse de telefone móvel celular em 2011: Distrito Federal (87,1%), Rio Grande do Sul (76,9%) e Goiás (77,7%). Rendimento médio mensal da população economicamente ativa em 2011: Distrito Federal: R\$ 2.542,00, 1º lugar no ranking; São Paulo: R\$ 1.586,00, 2º lugar no ranking.

primeiro no ranking. No entanto, de acordo com a síntese dos indicadores da PNAD 2013, o DF encontra-se em quarto lugar no ranking de maior índice de Gini³, o que indica que o DF continua entre os mais ricos e mais desiguais estados brasileiros, com alto índice de concentração de renda.

Em relação ao impacto do crescimento do número de acesso no Produto Interno Bruto (PIB), este pode até ser positivo, uma vez que mais aparelhos estão sendo comprados e mais serviços contratados. Porém, se esse acesso continuar concentrado nas camadas populares de maior renda per capita, se a forma de utilização das TICs permanecer a mesma, o ganho social pode ficar comprometido, interferindo no desenvolvimento do país a partir de uma visão mais ampliada.

Frente a essa realidade, o estudo aqui proposto, justifica-se, por procurar evidenciar a importância do caráter social das TICs, verificando especificamente seu papel no acesso e na ampliação de direitos sociais – compreendido, nesta pesquisa, como o modo mais efetivo na redução de desigualdades e contribuição para uma efetiva inclusão social. Com isso, busca-se esboçar uma análise da importância das TICs a partir de uma perspectiva de desenvolvimento mais abrangente, que considere e pese as condições sociais da população.

A seguir detalhamos o percurso metodológico traçado para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, com melhor caracterização do estudo de caso realizado. No capítulo seguinte trazemos uma abordagem teórica acerca da relação entre tecnologia e sociedade, partindo das reflexões originadas no campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, questionando a neutralidade da ciência e evidenciando o caráter sociotécnico da tecnologia. Dentre as teorias originadas nesse campo de estudos damos destaque à Teoria Crítica da Tecnologia, que põe em cheque a argumentação determinista de um “imperativo tecnológico”. Em seguida, as TICs são inseridas nessa reflexão, abordando tanto o caráter excludente que podem desempenhar a partir da lógica de mercado predominante, quanto o caráter transformador que pode vir a desempenhar caso sejam consideradas redefinições de suas funções sociotécnicas, que possibilite sua utilização para a promoção da inclusão social. No entanto, chama-se a atenção, a partir da abordagem de Telles (2006), para o fato de a inclusão só ser realmente possível quando ocorre no campo dos direitos sociais.

³ O Coeficiente de Gini representa uma medida relativa da distribuição de renda. Mede a área entre o percentual acumulado da renda e o percentual acumulado da população. Varia de “zero” (igualdade perfeita) a “um” (desigualdade perfeita). (CODEPLAN, 2014)

No capítulo seguinte, é feita uma contextualização das principais ações que surgiram no país visando à promoção da inclusão digital através do percurso histórico do surgimento dos telecentros no Brasil e a realização das Oficinas Para a Inclusão Digital. São apontados alguns dos principais atores envolvidos, como estes influenciaram na elaboração de projetos e políticas de incentivo à inclusão digital ao longo desse processo, com destaque para o do movimento pela inclusão digital e seu papel nas redefinições de conceitos e diretrizes para a inclusão digital voltada à inclusão social no país.

Segue-se, então, para o capítulo de análise do estudo de caso, que traz uma melhor caracterização do CDI e de sua metodologia, assim como a situação em que se encontra o CDI-DF, para compreender o ponto em que se encontram os projetos em parceria com as instituições locais. Para melhor compreensão da parceria CDI escolhida para a presente pesquisa, fazemos uma breve análise com base nos dados socioeconômicos retirados da PDAD - DF 2013 e PDAD – SCIA – Estrutural – DF – 2013, comparando os dados referentes à Cidade Estrutural com os dados do Distrito Federal, o que possibilitou evidenciar as desigualdades existentes, principalmente no que se refere aos dados relacionados a níveis de educação e de renda. Em seguida fazemos uma caracterização da Associação Viver, e partimos para os resultados da análise dos dados coletados na pesquisa de campo, através das entrevistas e dos materiais pedagógicos coletados. Apresenta-se então o quadro analítico, com as principais observações feitas referentes a cada categoria analítica proposta, partindo para as considerações finais da pesquisa.

3. Metodologia

A pesquisa social, de acordo com Pedro Demo (2008), é sustentada pelo desejo de conhecer melhor a sociedade em suas características quantitativas e, sobretudo, qualitativas. Isso porque a sociedade se manifesta de forma complexa e não linear, exigindo do pesquisador maior flexibilidade em sua abordagem. Essa flexibilidade, contudo, não significa falta de rigor metodológico no tratamento dos dados.

Em se tratando da pesquisa qualitativa, Kathy Charmaz (2009) destaca a importância de uma autoavaliação por parte do pesquisador em relação a seus valores enquanto parte integrante da sociedade, uma vez que não se pode reivindicar neutralidade científica nesse campo, pois tanto observador quanto observado já chegam, à situação de pesquisa, influenciados pelo mundo. Laville & Dionne (1999) afirmam que essa postura do pesquisador

que se preocupa com o conjunto da sociedade, identificando a si próprio como parte da sociedade e reconhecendo que não existe neutralidade na ciência, é o que se pode chamar de uma abordagem crítica, neste caso em específico, uma Sociologia crítica.

É dentro desse campo científico que se enquadra a presente pesquisa. Para a análise dos dados coletados, optou-se por uma abordagem qualitativa na tentativa de apresentar um quadro analítico mais próximo da complexidade dos fatos sociais referentes ao fenômeno da inclusão digital e social em cidades da periferia do Distrito Federal, abarcando as categorias levantadas a partir do referencial teórico adotado. Dessa forma, mesmo valendo-se de dados quantitativos secundários referentes ao quadro geral da situação do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil e às características socioeconômicas do DF, tais dados serão interpretados qualitativamente em conjunto com os dados resultantes das entrevistas realizadas em campo.

Considerando que uma das características do método do estudo de caso seja seu caráter estratégico para pesquisas empíricas empregadas para perguntas do tipo “como” ou “por que” sobre fenômenos complexos, contemporâneos, dentro do contexto real sobre os quais o pesquisador tem pouco ou nenhum controle (YIN, 2001), acredita-se que este consiste em um método ideal para atingir os objetivos desta pesquisa, tendo em vista que se trata de um fenômeno social complexo e contemporâneo, além de se pretender compreender “como se desenvolvem as ações de inclusão digital que visam à promoção da inclusão social, realizadas por instituições de cunho social” para verificar se é possível que tais ações favoreçam o processo de inclusão social através do fortalecimento de direitos. O procedimento metodológico que será utilizado para cumprir os objetivos propostos consiste, portanto, em um estudo de caso. O caso em questão se refere às ações de inclusão digital desenvolvidas por ONGs da Cidade Estrutural-DF, que já desenvolveram parecerias com o CDI.

Procurar-se-á compreender as implicações da inclusão digital para ações que possam ser reconhecidas como ações de inclusão social junto a parcelas da população que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica, e a partir dessa condição tenham obstadas as suas condições de usufruto de direitos sociais que lhe são pertinentes.

Foi feita, também, uma breve descrição das principais políticas de inclusão digital no Brasil, buscando-se compreender o contexto no qual o tema ganhou força política no país. Para isso, utilizou-se como base **o material produzido pelo Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas (IPSO), de autoria de Maurício Falavigna (2011), sobre vivências de inclusão digital no Brasil de 2001 a 2010**, com destaque para a realização das

Oficinas para a Inclusão Digital⁴ e os resultados provenientes desses encontros no âmbito institucional (elaboração de leis e programas de incentivo à inclusão digital); ressaltando, ao longo dessa análise, a importância do que veio a ficar conhecido como movimento pela Inclusão Digital para o avanço nos debates e na definição do tipo de inclusão que a sociedade civil desejava para o Brasil.

Em seguida, entendendo-se que as dificuldades sociais e econômicas enfrentadas pela população da periferia das grandes cidades constituem-se em barreiras ao exercício pleno dos direitos sociais e, portanto, à chamada inclusão social. Faz-se necessária uma análise inicial das condições socioeconômicas da região do Distrito Federal em comparação às condições socioeconômicas da Cidade Estrutural, para compreender, primeiramente a dimensão geral da desigualdade vivenciada na região.

Além disso, a inclusão digital constitui-se num processo complexo que necessita não somente de condições de acesso às novas tecnologias (computador, Internet, telefonia), como também de incentivos governamentais – por meio de um aparato legal ou políticas públicas de incentivo a ações de inclusão digital, por exemplo – de condições estruturais, educacionais, econômicas, etc., para que os indivíduos possam utilizar a tecnologia de forma autônoma e cidadã. Para analisar a ocorrência ou não de um processo inclusão digital de forma plena, portanto com real apropriação das TICs, adaptamos dois modelos de análise.

O primeiro deles foi elaborado pela *Bridge.com*, uma ONG da África do Sul, que se dedica à questão da inclusão digital em países em desenvolvimento. Em 2001, a *Bridge.com* publicou um relatório⁵ intitulado *Spanning the Digital Divide: Understanding and Tackling the Issues*⁶. Neste, fala-se das desigualdades no acesso às novas tecnologias, afirmando-se que a tendência é que grupos privilegiados adquiram e usem a tecnologia de forma mais eficaz, de maneira que, porque a tecnologia os beneficia de forma exponencial, eles se tornam ainda mais privilegiados. Na tentativa de divulgar e estimular um modelo mais justo de inclusão digital, voltado para populações em situação de subdesenvolvimento, a *Bridge.com* fez uma pesquisa sobre ações de inclusão social executadas por diversas instituições, visando promover o “acesso real à tecnologia”. Percebeu-se que o acesso real à tecnologia vai além da questão física do acesso, pois as pessoas excluídas do processo, mesmo quando têm acesso à

⁴ Evento nacional que acontece anualmente desde 2001, reunindo governo, sociedade civil e empresas que atuam no campo da inclusão digital no país. Este ano vai para sua 13ª edição. Para mais informações, acessar: <http://oficinainclusaodigital.org.br/>.

⁵ Disponível em: <http://www.hkashou.com/design/web/digitaldivide/readings/06-SpanningTheDigitalDivide.pdf>. Acesso em: 21/07/2014.

⁶ Abrangendo a Exclusão Digital: Compreendendo e Resolvendo as Questões (tradução livre).

máquina, não sabem como utilizar aquela tecnologia, são desencorajadas a fazê-lo, e muitas vezes a situação econômica do local não favorece a utilização daquela tecnologia. Com base neste e em outros fatores, foi elaborada uma lista dos chamados elementos-chave para a integração da tecnologia na sociedade de forma efetiva e sustentável, de maneira que as pessoas possam usar a tecnologia para melhorar suas vidas. Os elementos-chave são os seguintes⁷:

1. Acesso físico (os computadores e telefones precisam ser acessíveis e estarem disponíveis ao usuário);
2. Adequação (as soluções tecnológicas devem ser adequadas às condições locais de vida);
3. Preço acessível (o custo da tecnologia e de seu uso precisa estar de acordo com a capacidade que a maioria das pessoas e organizações tem de pagar por elas);
4. Capacidade (as pessoas precisam conhecer o potencial de uso da tecnologia de maneira ampla, de forma a poder empregá-la criativamente nos diversos momentos de sua vida);
5. Conteúdo relevante (é necessário haver conteúdo adequado aos interesses e às atividades da comunidade local, bem como linguagem acessível);
6. Integração⁸ (a tecnologia não pode se tornar uma dificuldade na vida das pessoas, mas se integrar ao dia-a-dia da comunidade);
7. Fatores socioculturais (questões como gênero e raça não podem ser barreiras ao acesso à tecnologia);
8. Confiança (as pessoas precisam ter condições de confiar na tecnologia que usam e entender suas implicações no que diz respeito às questões como privacidade e segurança);
9. Estrutura legal e regulatória (as leis e regulamentos devem ser elaborados com o objetivo de incentivar o uso da tecnologia)
10. Ambiente econômico local (deve haver condições que permitam o uso da tecnologia para o crescimento da economia local);

⁷ Lista traduzida de CRUZ, Rogério. *O que as empresas podem fazer pela inclusão digital*. Brasília: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2004. Para lista original em inglês, acessar: <http://www.hhkashou.com/design/web/digitaldivide/readings/06-SpanningTheDigitalDivide.pdf>. Acesso em: 21/07/2014

⁸ Item não consta na publicação original em inglês, porém, consta na lista traduzida, retirada da publicação do Instituto Ethos. Como foi considerado um item que aborda aspectos importantes para a um processo de inclusão digital mais efetivo, optou-se por não retirá-lo.

11. Ambiente macroeconômico (a política econômica deve dar sustentação ao uso da tecnologia, em questões como transparência, desregulamentação, investimento e trabalho);
12. Vontade política (os governos precisam de vontade política para fazer as mudanças necessárias para uma adoção ampla da tecnologia com base em forte apoio da população).

Compreendemos esses elementos como importantes para uma avaliação mais próxima da realidade sobre a questão da inclusão digital, pois refletem alguns dos aspectos que podem limitar a capacidade das pessoas na utilização de novas tecnologias de forma autônoma, e, portanto, gerar bem-estar para suas próprias vidas. A partir desses elementos, verificamos que muitos estão diretamente relacionados a questões políticas, econômicas e sociais, o que possibilita uma análise com base nas condições de cidadania das pessoas/comunidades avaliadas.

Ávila & Holanda (2006) propõem um modelo de análise do perfil de uso das TICs, com base em aspectos comportamentais e sociais. De acordo com estes autores, existem barreiras que influem no comportamento dos indivíduos, dificultando o uso das TICs de forma livre e autônoma, quais sejam:

1. Barreiras psicológicas (excluídos digitais privam-se do uso público das TICs para evitar constrangimentos ou perdem interesse em decorrência das dificuldades percebidas para aproveitar as oportunidades oferecidas pelas TICs);
2. Barreiras Sociais (atitude da família e das pessoas mais próximas pode desestimular a adoção das TICs; barreiras sociais manifestas nos locais de acesso público às TICs, sempre que as pessoas já familiarizadas com a tecnologia agirem discriminatória e preconceituosamente frente aos recém-incluídos);
3. Barreiras cognitivas (escolarização deficiente ou incompleta, que resulta em dificuldades ou bloqueios na apreensão dos significados dos conteúdos e na assimilação da lógica inerente às TICs; falta de prática com raciocínios abstratos podem tornar a experiência virtual menos enriquecedora e proveitosa);
4. Barreiras econômicas (impossibilidade de ter acesso às TICs por insuficiência de renda).

Esse último modelo também foi considerado pertinente para uma abordagem mais estruturada para a realização das entrevistas com os indivíduos participantes das ações de

inclusão digital a serem analisadas nesse estudo, pela ênfase comportamental vinculada a fatores sociais (acesso à educação, existência de um quadro discriminatório na comunidade ou na instituição), permitindo uma aproximação com quem sente e vive a exclusão, seja ela digital ou social, procurando identificar a existência de barreiras que vão além do acesso e que possam dificultar a devida apropriação das TICs.

Com base nesses dois modelos, propomos um quadro analítico que aborde a questão da inclusão digital e social em quatro grandes categorias: Política, Econômica, Infraestrutural e Sociocultural. Para tanto, ambos foram adaptados.

No modelo da *Bridge.com*, mesclamos os elementos ‘estrutura legal’ e ‘vontade política’, em primeiro lugar por não dispor de tempo suficiente em uma pesquisa de mestrado para identificar claramente a vontade política em relação às de inclusão digital, dada à complexidade e elevada subjetividade deste item, e em segundo lugar por compreender que esta pode estar expressa, em certo grau, na existência ou não de uma estrutura legal que coloque a questão da inclusão digital em evidência. Outra alteração deste modelo se deu na esfera econômica, devido ao caráter do estudo de caso proposto. Como o Distrito Federal é a grande esfera de análise e as cidades e instituições locais são as esferas menores, e sendo a disparidade de renda no DF uma das maiores do país, consideraremos como aspectos macroeconômicos aqueles vinculados à economia do DF (e não a economia nacional), e microeconômicos aqueles vinculados as Regiões Administrativas e as instituições selecionadas neste estudo.

Já o modelo de análise do perfil de uso das TICs, proposto por Ávila & Holanda foi modificado com base nos elementos propostos pela *Bridge.com*, acrescentando duas outras barreiras: políticas e físicas. Sendo assim, será composto um quadro analítico com as categorias propostas para avaliar os projetos de inclusão social desenvolvidos pelas entidades parceiras do CDI-DF.

Figura 1: Proposta de quadro analítico

CATEGORIAS ANALÍTICAS		ELEMENTOS-CHAVE (<i>Bridge.com</i>)	PERFIL DE USO/POSSÍVEIS BARREIRAS
Teóricas	POLÍTICA	1. Estrutura legal/vontade política (DF e Brasil)*	Políticas
	ECONÔMICA	2. Ambiente macroeconômico (DF) 3. Ambiente econômico local (CDI-DF, Cidade, Entidade) 4. Preço*	Econômicas
Empíricas	INFRAESTRUTURAL	5. Acesso físico 6. Adequação	Físicas
	SOCIOCULTURAL	7. Capacidade 8. Confiança	Psicológicas
		9. Conteúdo relevante	Cognitivas
		10. Fatores socioculturais 11. Integração	Sociais

Para a elaboração do quadro analítico, as técnicas de coleta e análise de dados propostas, em ordem cronológica, consistiram em:

a. Estudo Exploratório

Durante essa fase inicial, buscou-se obter informações básicas a respeito do CDI e do seu trabalho no Distrito Federal, para poder compreender o contexto local e elaborar um plano de pesquisa.

Foi feito um contato inicial com coordenador regional do CDI-DF, Sr. Anfrísio Sousa. Neste primeiro contato, fomos até a sede do CDI-DF, localizada no Setor de Diversões Sul, CONIC. Foram-me fornecidos alguns materiais de divulgação do CDI: o livro *Cidadania Digital: como o CDI utiliza a informática e a educação para promover a inclusão digital*, (que traz o histórico dos dez primeiros anos da entidade, com bastante ênfase na trajetória de seu fundador, Rodrigo Baggio, e nos “exemplos de sucesso” da entidade ao redor do país), e um informativo sob o título *Mais do que computadores, conhecimento que transforma*, trazendo o passo a passo da metodologia desenvolvida pelo CDI. Nesta ocasião, o Sr. Anfrísio informou que o CDI trabalha a partir de uma lógica de descentralização, onde cada unidade regional é responsável pela obtenção de recursos para a manutenção dos trabalhos em sua respectiva unidade. O CDI-DF estava enfrentando um período de dificuldades financeiras, motivo pelo qual várias parcerias estavam paralisadas. Informou também que a sede passava grande parte do tempo fechada, por falta de pessoal para estar presente no local. Sendo assim, os próximos contatos foram através de troca de e-mails.

Nos dois contatos que tivemos posteriormente, o Sr. Anfrísio me enviou um material utilizado para formação dos educadores, com o passo a passo da metodologia CDI, explicado mais detalhadamente. E por fim, me enviou a lista de contatos dos parceiros do CDI-DF até o momento.

Foram feitas diversas tentativas de contato telefônico com todas as entidades apontadas como parceiras pelo CDI-DF. O contato com a maioria das entidades se deu por telefone, e algumas visitas a três entidades: à ONG Coletivo da Cidade, localizada na Cidade Estrutural, que atende crianças e adolescentes em situação de risco ou abandono; à Escola Parque da Cidade (PROEM), escola pública localizada na Asa Sul que também atende adolescentes em situação de risco, moradores de outras Regiões Administrativas, que não Brasília; e ao Centro Educacional de Ensino São Francisco, escola pública localizada em São Sebastião.

b. Mapeamento e recorte empírico

Nesta fase, buscou-se fazer um mapeamento das parcerias realizadas entre o CDI-DF e entidades locais, a fim de definir o recorte empírico da pesquisa.

A lista de parcerias fornecida pelo CDI-DF apresentava 21 instituições. Verificou-se que três delas localizam-se fora do DF, motivo pelo qual não foram consideradas para a pesquisa, sendo uma delas o projeto Projovem de Formosa - GO, outra localizada em Cristalina – GO, sendo só constava o contato telefônico na lista, não informando a instituição, e outra na Prefeitura de Buritis – MG. Outra parceria era feita com funcionários públicos, servidores do Tribunal de Contas da União (TCU), não se enquadrando, portanto, no recorte empírico desta pesquisa.

As demais entidades eram:

- Associação Cristã de Moços (ACM);
- Ajax Associação Recreativa Desportiva de São Sebastião;
- Brasil Vivo;
- Casa de Livia;
- Casa Lares Humberto de Campos;
- CED São Francisco;
- Coletivo da Cidade;
- Escola Felipe de Lyon;
- Associação Filhas de Maria;
- Associação de Educação do Homem de Amanhã de Brasília (HABRA);
- Instituto Humanize;
- Instituto Amigos do Vôlei (que funcionava em Taguatinga, Fercal I e II em Samambaia);
- Associação Viver;
- Assentamento Itaúna;
- Projeto Assistencial Sementes da Esperança (PASES);
- Politec (curso profissionalizante); e,
- Escola Parque da Cidade – Promoção Educativa do Menor (PROEM).

Entre os meses de junho e julho de 2014, foram realizadas tentativas de contato com todas as instituições mencionadas. Foi possível estabelecer diálogo com representantes de nove instituições, contudo, três delas não estavam habilitadas a fornecer as informações necessárias sobre a parceria com o CDI: Casa de Livia, Instituto Filhas de Maria e Politec. Para estas, verificou-se que a pessoa responsável pela condução da parceria ou pela realização dos cursos de informática já não desempenhava atividades na instituição. Por isso, foi necessário desconsiderá-las do universo de pesquisa.

Selecionamos, então, seis instituições para a realização da pesquisa de campo, cujo responsável pela parceria ainda trabalhava no local, de forma que possibilitasse a coleta de informações sobre o projeto e contato de ex-alunos que participaram do projeto quando da data vigente:

- Instituto Amigos do Vôlei: cuja sede funcionava em uma escola pública em Taguatinga;
- Escola do Parque da Cidade – Promoção Educativa do Menor (PROEM): escola pública localizada na Asa Sul, Brasília;
- Coletivo da Cidade: ONG com sede própria, localizada na Cidade Estrutural;
- Associação Viver: ONG, com sede própria, localizada na Cidade Estrutural;
- Centro Educacional São Francisco de São Sebastião (Chicão): escola pública de São Sebastião;
- Assentamento Itaúna: localizado na área rural de Planaltina.

Devido a problemas de calendário do ano de 2014 como reposição de aulas por conta da Copa do Mundo, eleições, férias ao final do ano e greve escolar no início de 2015, a pesquisa de campo com as escolas ficou impossibilitada. Optou-se, então, por um recorte menor, focando em apenas uma área marcada por elevada vulnerabilidade social no DF e onde existisse pelo menos uma entidade parceira do CDI. Optou-se pela Cidade Estrutural por apresentar indicadores socioeconômicos mais desiguais (nos quesitos renda e escolaridade, quando comparado com a média do DF, por exemplo) e pela maior proximidade, o que possibilitou um número maior de visitas ao local para a realização de entrevistas. Chegou-se, com isso, à escolha das duas ONGs localizadas na Cidade Estrutural para a realização do trabalho de campo: a Associação Viver e o Coletivo da Cidade.

c. Coleta de dados secundários

Serão analisados alguns dados socioeconômicos da Cidade Estrutural e do Distrito Federal, retirados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2013/2014 – SIA/ESTRUTURAL e da PDAD 2013 – DF, respectivamente, objetivando obter os dados referentes às condições **econômicas** e **sociais** do quadro analítico proposto.

d. Análise documental

Para obtenção dos dados referentes à categoria **política** do quadro analítico, será verificada a existência de políticas de incentivo à inclusão digital no âmbito federal e distrital, com base no material produzido por Falavigna (2011), assim como em legislação a que se teve acesso, referente a políticas de incentivo/ promoção da inclusão digital.

Já para a obtenção de dados para a categoria **sociocultural**, principalmente no elemento-chave **conteúdo**, foram analisados os seguintes documentos:

- i. Material produzido pelo CDI: utilizado na formação dos professores, com propostas de projetos para desenvolvimento nas aulas de informática ofertadas na entidade;
- ii. Material produzido pelas Associações: projetos elaborados para as aulas de informática

e. Coleta de dados primários

Para a obtenção dos demais dados – **infraestrutural** e os demais elementos do **sociocultural** – foram realizadas **entrevistas** com as seguintes pessoas:

- iii. **Coordenadores/Educadores** das instituições parceiras do CDI selecionadas;
- iv. **Alunos ou ex-alunos** das instituições em questão.

Vale ressaltar que dentre a coleta de dados primários foi realizada também uma entrevista cujo intuito foi obter informações referentes ao contexto político da chegada do CDI ao DF, as diferenças ideológicas deste com os demais projetos da região, e a vontade

política do governo local no incentivo a políticas de inclusão digital, vinculando-se, portanto, à categoria **política** do quadro analítico.

v. Entrevista com o Coordenador da ONG Programando o Futuro, que foi uma das primeiras parceiras do CDI-DF, quando este foi criado, além disso, se afirma **militante** do movimento de inclusão digital.

1. RELAÇÃO “TECNOLOGIA E SOCIEDADE”: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

O presente capítulo tem como objetivo trazer as bases teóricas utilizadas como lentes de análise capazes de auxiliar na compreensão do papel social das TICs, da relação entre inclusão digital e inclusão social, e como isso afeta o campo dos direitos sociais, na tentativa de responder aos questionamentos que deram início a esta investigação.

Primeiramente traremos uma discussão sobre a relação entre tecnologia e sociedade, partindo da área de estudo conhecida como Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT), trazendo as reflexões e contribuições teóricas de Renato Dagnino (2004, 2009) sobre a abordagem sociotécnica, a inter-relação entre tecnologia e sociedade. Dentro dessa área de estudos, no tocante ao papel político das tecnologias, nos reportaremos à Teoria Crítica da Tecnologia, elaborada por Andrew Feenberg (2013, apud NEDER, 2013b).

Em seguida abordaremos a visão de alguns outros autores (MACIEL & ALBAGLI (2011); ROCHA (2000); SILVA (2005), SORJ (2003)) sobre o papel das TICs no enfrentamento às desigualdades sociais, abordando a questão da inclusão digital voltada à inclusão social, e por fim, uma discussão sobre inclusão social e direitos sociais, baseada na perspectiva teórica de Vera da Silva Telles (2006).

1.1. Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT)

Os Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT), também conhecidos como Estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), se caracterizam pela união de abordagens e metodologias diversas na área das ciências sociais que se dedicam a estudos sobre os aspectos e as consequências da relação entre ciência, tecnologia e sociedade. Sua origem data do final do século XIX e início do século XX, a partir da influência de filósofos que “se depararam com o problema dos elementos geradores e decisivos na construção, sustentação e transformação do conhecimento.” (PREMEBIDA et al, 2011, p. 24). Ao longo das primeiras décadas do século XX novas perspectivas são inseridas na área, com estudos sobre a dinâmica do conhecimento, da estrutura da ciência, mudanças e organização da comunidade científica e do papel dos cientistas na sociedade.

Ao final da década de 1970 novas pesquisas surgem nessa área, marcadas pelo interesse quanto à influência que o contexto social exerce no conteúdo do conhecimento científico. Tais estudos vêm amadurecendo até os dias atuais a partir de uma multiplicidade de abordagens, e trazem consigo uma importante reflexão sobre a intrínseca relação entre tecnologia e sociedade (PREMEBIDA et al, 2011), confrontando a visão hegemônica de neutralidade da tecnologia e do desenvolvimento baseado em uma perspectiva linear de mudança social determinada pelas mudanças tecnológicas.

A partir desses estudos, consolidou-se um referencial teórico que deu base a abordagens que se opunham à chamada Tecnologia Convencional (TC). Esta, de acordo com Dagnino (et al, 2004), diz respeito à tecnologia desenvolvida pela empresa privada, para atender às suas próprias finalidades, normalmente inadequadas à realidade dos países periféricos. A primeira abordagem que surgiu como oposição à TC foi aquela referente à Tecnologia Apropriada (TA) (DAGNINO et al, 2004).

1.2. Abordagens alternativas à Tecnologia Convencional (TC)

Para tratar sobre abordagens alternativas à Tecnologia Convencional (TC), primeiramente é preciso compreender do que ela se trata. Novaes e Dias (2009), citando Dagnino (2004), afirmam que a Tecnologia Convencional pode ser compreendida a partir do conjunto de características, tais como: é poupadora de mão de obra, visando aumentar a produtividade a partir da redução de custos com salários; é segmentada, não permitindo que o produtor direto tenha controle sobre a produção; possui controles coercitivos sobre os trabalhadores, é ambientalmente insustentável, prioriza a produção em larga escala, entre outras. (NOVAES; DIAS, 2009).

A abordagem do chamado movimento da Tecnologia Apropriada (TA) foi a primeira a se colocar como alternativa à TC, por oposição a esta. O berço do que veio a ser conhecido como TA foi a Índia, por ocasião dos esforços de Gandhi, entre 1924 e 1927, em uma campanha pela utilização do Charkha – equipamento utilizado para a fiação manual de tecido – como forma de fortalecer a produção local e lutar contra o domínio britânico. Isso colaborou para a conscientização política local sobre a importância da “autodeterminação de um povo” e do resgate da indústria local (DAGNINO et al, 2004). Essa experiência influenciou o economista alemão Schumacher, que cunhou a expressão “tecnologia intermediária” que, de acordo com ele, seria mais adequada aos países de terceiro mundo devido às suas

características, tais como baixo custo de capital, respeito à dimensão ambiental, pequena escala e simplicidade. O movimento de TA posteriormente alargou essa perspectiva, incorporando aspectos de caráter social, cultural e político à discussão, apontando para – mesmo que não tenha sido a intenção inicial – uma mudança no próprio estilo de desenvolvimento dos países (DAGNINO et al, 2004).

Em função de suas características de maior intensidade de mão-de-obra, uso intensivo de insumos naturais, simplicidade de implantação e manutenção, respeito à cultura e à capacitação locais, etc., a TA seria capaz de evitar os prejuízos sociais (e ambientais) derivados da adoção das TCs e, adicionalmente, diminuir a dependência em relação aos fornecedores usuais de tecnologia para os países periféricos. O movimento de TA, embora não tivesse sido delineado dessa forma, foi uma importante inovação em termos de teoria do desenvolvimento econômico (DAGNINO et al, 2004)

Dessa forma, a noção de desenvolvimento como resultando de uma cadeia linear que segue o curso da inovação científica e tecnológica, foi questionada. O desenvolvimento passa a ser encarado como um objetivo em si “e não como um resultado *ex post* de uma reação em cadeia catalisadora por acúmulo de massa crítica científica” (DAGNINO et al, 2004, p.23).

Apesar da importância do movimento da TA ao questionar a supremacia da TC em diversos pontos, trazendo também uma nova visão sobre o conceito de desenvolvimento, uma das principais críticas feitas a essa teoria consistiu na falta da problematização quanto à neutralidade da tecnologia. Muito se falava sobre a criação de tecnologias que melhor se adaptassem à realidade local, ampliando o “leque de alternativas tecnológicas” disponíveis aos países periféricos, no entanto essa abordagem não chegou a questionar a natureza da própria tecnologia.

David Dickson (1978) trouxe uma crítica muito importante nesse sentido, apontando para os problemas causados não apenas pelo uso que se fazia da tecnologia (foco do movimento da TA), mas também de sua própria natureza, questionando a superioridade da TC. Dickson (1978) argumenta que a tecnologia teria uma dupla função, uma no nível material e outra no simbólico. Materialmente, ela colabora para a promoção dos interesses dos grupos sociais dominantes nos quais a tecnologia é desenvolvida, e simbolicamente ela contribui para a propaganda ideológica que legitima não apenas esse modelo de sociedade, como “sua interpretação do mundo e a posição que nele ocupam” (DAGNINO et al, 2004).

Esse caráter político da tecnologia como legitimadora de uma lógica excludente ficou mais nítido a partir da década de 1980, com a expansão do modelo neoliberal. O cenário

político da época deixou evidente um processo de globalização “unipolar”, que favorecia os países ditos desenvolvidos e penalizava os países periféricos, através de um modelo de integração que reforçava a subordinação econômica e tecnológica desses últimos, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento desigual e predatório, atrelado a uma perspectiva linear de desenvolvimento tecnológico.

Nesse cenário, e talvez porque para muitos que começam a por em prática um outro projeto já esteja clara sua inviabilidade, é natural que se difundisse a **preocupação com as bases tecnológicas de um processo que permita a recuperação da cidadania dos segmentos mais penalizados, a interrupção da trajetória de fragmentação social e de estrangulamento econômico interno do país e a construção de um estilo de desenvolvimento mais sustentável.** (DAGNINO et al, 2004, p. 30, original sem grifos)

Com isso, “a teoria da TA perde importância como elemento viabilizador, no plano tecnológico, de um estilo alternativo de desenvolvimento no âmbito dos países periféricos” (DAGNINO et al, 2004, p. 16) e surgem perspectivas teóricas que deram base a uma novo tipo de abordagem que se opõe à TC, a chamada Tecnologia Social (TS).

A TS, em sua concepção, “é pensada como uma construção social, produto dos atores que a constroem e do contexto em que é desenvolvida” (OLIVEIRA FILHO, 2008, apud BERNARDES; TORRES, 2010, não paginado). Ela traz consigo uma lógica participativa, onde o conhecimento popular não só é levado em consideração, como é considerado importante na construção de tecnologias que serão utilizadas no local de sua concepção. Sendo assim, a TS surge com a ênfase que a TA não conseguiu desenvolver, aquela baseada no processo de construção da tecnologia e aprendizagem coletiva, tratando-se, portanto, de um conceito mais abrangente e inclusivo (BERNARDES; TORRES, 2010).

Vale aqui ressaltar que um aprofundamento na reflexão sobre a TS não se configura como objetivo da presente pesquisa, uma vez que vai além do seu alcance. Ater-nos-emos, portanto, às reflexões teóricas que se tornaram fundamentais para a construção do marco analítico-conceitual das TS, que se mostram igualmente importantes para as reflexões propostas nesta pesquisa sobre o papel social das TICs, uma vez que chamam a atenção para o fato da construção social das tecnologias, como é o caso da abordagem sociotécnica, tratada na próxima seção.

1.3. Abordagem sociotécnica

A abordagem sociotécnica se opõe à visão determinista da neutralidade da tecnologia, segundo a qual a tecnologia seria o “fruto de um processo autônomo, endógeno e inexorável” (DAGNINO et al., 2004, p. 38). Segundo Hernán Thomas (2014), a perspectiva sociotécnica é aquela que “procurando superar as limitações dos determinismos lineares considera que as sociedades são tecnologicamente construídas ao mesmo tempo que as tecnologias são socialmente configuradas” (THOMAS, 2013, apud NEDER, 2013, p. 90).

Essa abordagem parte da premissa de que as tecnologias são construídas socialmente, de forma que interesses políticos, econômicos e sociais de “grupos sociais relevantes” influenciam tanto na forma final como no conteúdo da tecnologia (DAGNINO et al., 2004). O ponto de partida de pesquisas que seguem essa abordagem consiste, portanto, na identificação dos grupos sociais relevantes que atuam no desenvolvimento dos artefatos tecnológicos, para poder “abrir a caixa-preta da tecnologia”, ou seja, identificar os interesses sociais, políticos e econômicos que estariam por trás do desenvolvimento de determinado aparato tecnológico (DAGNINO et al., 2004).

Dessa forma, para a perspectiva sociotécnica, é impossível a separação entre o “social” e o “tecnológico”, e criticam tanto o determinismo social (tudo é definido pela sociedade) quanto o determinismo tecnológico (tudo é definido pela tecnologia). Para a abordagem sociotécnica, a relação entre tecnologia e sociedade deve ser analisada a partir de uma perspectiva dinâmica, simultaneamente social e técnica, por se tratar de uma relação complexa, não podendo ser expressa a partir de uma perspectiva unidirecional e reducionista (NOVAES; DIAS, 2009).

Para exemplificar essa relação de forças entre os diferentes atores sociais envolvidos no desenvolvimento das tecnologias e o caráter das decisões referente à adoção ou não determinada técnica, Dagnino traz o exemplo analisado por dois sociólogos da tecnologia, Pinch e Bijker, sobre os primórdios da história da bicicleta:

As maneiras diferentes como os grupos sociais interpretam e utilizam um objeto técnico (a bicicleta) não lhe são extrínsecas. Produzem, ao longo de seu processo de construção sociotécnica, mudanças na natureza dos objetos. O que o objeto significa para o grupo mais poderoso (um equipamento esportivo ou um meio de transporte?) determina o que virá a ser quando for reprojetoado e “melhorado” (segundo a percepção dominante) através do tempo. Por essa razão, só é possível entender o desenvolvimento de um artefato tecnológico estudando o contexto sociopolítico e a

relação de forças entre os diversos grupos com ele envolvidos (DAGNINO et al., 2004, p. 41).

Os estudos nesse campo, no entanto, são mais voltados para o micro nível da análise, focando em estudos de caso para analisar as condições de um ambiente específico, as relações entre os atores sociais, as necessidades locais, as condições técnicas, etc (NEDER, 2013a).

Um teórico que trouxe a discussão da construção social da tecnologia para uma macro nível de análise, aprofundando a crítica ao determinismo tecnológico, a partir das bases do construtivismo, foi Andrew Feenberg (2013 apud NEDER, 2013b), que formulou o que ele próprio denomina como Teoria Crítica da Tecnologia. Nas palavras do autor, ele apresenta:

[...] uma teoria não-determinista da sociedade moderna, a que chamo **teoria crítica da tecnologia**. Essa abordagem alternativa enfatiza aspectos contextuais da tecnologia ignorados pela visão dominante. A tecnologia não é só o controle racional da natureza: tanto seu desenvolvimento, quanto seu impacto são intrinsecamente sociais (FEENBERG, 2013 apud NEDER, 2013b, p. 70-71).

1.4. Teoria Crítica da Tecnologia

A partir das críticas ao determinismo tecnológico, Andrew Feenberg desenvolveu o que denominou de Teoria Crítica da Tecnologia, que segundo o autor, é uma teoria não-determinista, enfatizando os aspectos do contexto das tecnologias que normalmente é ignorado pela visão hegemônica, e reforçando o caráter social do desenvolvimento e dos impactos resultantes da tecnologia (FEENBERG, 2013 apud NEDER, 2013b).

O determinismo parte da suposição de que as tecnologias possuem uma lógica funcional autônoma, independente da sociedade. A tecnologia só seria social em relação ao seu propósito, e este não é inerente à tecnologia e sim à mente do observador. Sendo assim, a tecnologia seria independente do mundo social. Para Feenberg, o determinismo ignora que “as tecnologias têm efeitos sociais imediatos e poderosos” (FEENBERG, 2013, apud NEDER, 2013b, p. 12).

Dessa forma, em contraposição ao determinismo, Feenberg (2013) se baseia na perspectiva construtivista da tecnologia, que defende que “as teorias e as tecnologias não são determinadas ou fixadas a partir de critérios científicos e técnicos” (FEENBERG, 2013, apud NEDER, p. 74). De acordo com o autor, isso significa, primeiramente, que para um mesmo problema existem normalmente várias soluções possíveis, sendo os atores sociais responsáveis pela escolha da solução mais viável dentre aquelas tecnicamente possíveis; e,

por fim, que o problema pode sofrer mudanças ao longo do curso da solução (apesar de ocorrer com menos frequência), logo, nenhuma solução técnica é fixa e definitiva (FEENBERG, 2013 apud NEDER, 2013b). Sendo assim, uma solução técnica é adotada, não por ser a única possível, e sim porque atende aos interesses de um determinado grupo de atores sociais envolvidos no desenvolvimento de determinada tecnologia/artefato tecnológico.

A essa capacidade de decisão sobre a natureza técnica, o autor dá o nome de **poder tecnocrático**, normalmente relacionada ao controle capitalista sobre o trabalho, à desqualificação do trabalhador a partir da mecanização dos processos, o que consiste, ao mesmo tempo, num fator de proteção ao capitalista, que mantém seu controle sobre a organização social criada. Esse poder de controle sobre a técnica garante a posição privilegiada do capitalista enquanto classe, sendo, portanto, complementar ao acúmulo do capital. (DAGNINO et al., 2004). Sendo assim, a **manutenção do controle técnico** pode ser encarada como efeito da maximização do poder de classe, e não o efeito de um imperativo tecnológico.

Essa situação permite entender o modo específico pelo qual se dá o conflito social na esfera técnica: se **alternativas tecnicamente comparáveis têm implicações distintas em termos da distribuição do poder**, e se ocorre alguma disputa entre trabalhadores e capitalistas (ou seus representantes técnicos, os engenheiros), tende a ser escolhida aquela que favorece o controle do processo por estes últimos. (DAGNINO et al, 2004, p. 45, original sem grifos)

São essas percepções que refletem a importância política da teoria de Feenberg (2013), de acordo com Dagnino (et al., 2004), por chamar a atenção para a existência de muitas potencialidades técnicas que ficam cobertas, ou inexplicadas, uma vez que são essas escolhas que refletem a hierarquia social e o conflito de classes sociais existente na sociedade, não os ditos “imperativos tecnológicos”. O que determina que soluções técnicas serão tomadas é o arranjo social existente, a luta social entre os diversos atores, a disputa por projetos políticos na sociedade.

A **tecnologia** passa então a ser entendida como um **espaço da luta social no qual projetos políticos alternativos estão em pugna**, e o **desenvolvimento tecnológico é delimitado pelos hábitos culturais enraizados na economia, na ideologia, na religião e na tradição**. O fato de esses hábitos estarem tão profundamente arraigados na vida social a ponto de se tornarem naturais, tanto para os que são dominados como para os que dominam, é um aspecto da distribuição do poder social engendrado no capital que sanciona a hegemonia como forma de dominação. (DAGNINO et al., 2004, p. 46, original sem grifos)

Essa perspectiva nos ajuda a compreender, por exemplo, que o fato do advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) resultarem no agravamento da

desigualdade social em alguns contextos, não se trata de um “imperativo tecnológico”, e sim a expressão de um arranjo social existente, de uma manutenção de *status quo*, uma função política desempenhada por essas tecnologias no país e com maior impacto nessas comunidades marcadas por grandes desigualdades socioeconômicas. .

1.5. TICs: o novo dilema da bicicleta

Compreendido que o controle técnico desempenhado por determinados grupos/classes sociais acaba por favorecê-los e manter seu poder sobre outros grupos/classes sociais, cabe aqui uma reflexão sobre o papel que as TICs desempenham nesse contexto de disputa técnica e política. A tendência em grande parte do mundo, por exemplo, é que as TICs sejam melhor apropriadas por indivíduos que têm acesso a renda e educação de qualidade, o que facilita na compreensão de seus símbolos e linguagem, além de possuírem recursos financeiros para a aquisição de equipamentos e capacitação para seu uso. Além disso, como afirma Castells (2009 apud Maciel &Albagli, 2011), participando ou não das novas redes, caracterizadas pelo avanço da TICs, todos são por elas afetados, aí residindo uma das formas fundamentais de controle e exercício de poder hoje. Por isso que, para aqueles que não se adaptam às expectativas sociais e políticas geradas a partir da adoção de novas tecnologias na sociedade, normalmente por falta de oportunidade e possibilidade igualitária e justa para essa pretensa “adaptação”, a exclusão tecnológica, muitas vezes, traz em seu encaixo a exclusão socioeconômica, ou aprofunda as relações de desigualdade já existentes.

Porém, como afirma Hernán Thomas (2014), assim como as tecnologias podem gerar problemas sociais, elas também possuem um papel social transformador:

As tecnologias – todas as tecnologias – desempenham um papel central nos processos de mudança social. Demarcam posições e condutas dos atores; condicionam estruturas de distribuição social, custos de produção, acesso a bens e serviços; geram problemas sociais e ambientais; facilitam ou dificultam sua resolução. As tecnologias não são meros instrumentos, não são neutras. Exercem agência em redes sociais, econômicas e políticas. (THOMAS, 2013, apud NEDER, 2013, p. 88)

Sendo assim e lembrando a constatação da Teoria Crítica da Tecnologia de que mais de uma solução técnica é possível para a resolução de um problema, as TICs poderiam também ser utilizadas como agentes de transformação social. Feenberg (apud NEDER 2013), ao tratar sobre os conceitos de meta e significado da tecnologia, chama atenção para o fato de

que em alguns casos, a tecnologia acaba adquirindo um significado, uma interpretação própria no contexto social em que se insere, diferente da “meta” para a qual foi projetada pelos engenheiros e técnicos responsáveis. Ressalta que com as tecnologias de computação, esses acontecimentos são mais frequentes.

Mas no mundo real, todos os tipos de atitudes imprevisíveis se cristalizam em torno dos objetos técnicos e influenciam mudanças posteriores do seu desenho. **O engenheiro pode pensar que são extrínsecas ao dispositivo em que está trabalhando, mas são a própria substância na condição de um fenômeno histórico em desenvolvimento.** Esses fatos são reconhecidos, até certo ponto, **nos próprios campos técnicos, especialmente na área de computação, o que corresponde a uma versão contemporânea do dilema da bicicleta discutida anteriormente.** O progresso em velocidade, o poder e a memória avançam rapidamente e os planejadores corporativos digladiam-se para compreender para quê isso tudo serve. **O desenvolvimento técnico, definitivamente, não aponta para qualquer caminho particular.** Pelo contrário, **abre ramificações e a determinação final da ramificação certa não está dentro da competência da sua engenharia, porque isso simplesmente não se inscreve na natureza da tecnologia.** Estudei um exemplo particularmente claro da complexidade da relação entre a função técnica e o significado do computador no caso do videotexto francês (FEENBERG, 2013, apud NEDER, 2013, p. 78, original sem grifos).

O exemplo de estudo que ele menciona, foi sobre o sistema francês Minitel. Projetado inicialmente para dar acesso aos usuários do sistema telefônico a bancos de dados, o Minitel, acabou se transformando em uma rede de comunicação e meio de encontro pessoal de usuários a procura de diversão, amizade e romance, objetivo completamente oposto àquele imaginado pelos engenheiros que desenharam o dispositivo tecnológico em questão.

Assim como o Minitel, outras TICs podem ter suas características transformadas, aperfeiçoadas ou ampliadas, de acordo com os novos significados atribuídos a elas. Por isso que a análise da relação das comunidades teoricamente excluídas da possibilidade de usufruir dos benefícios recorrentes do acesso e uso das TICs é importante para compreender que transformações, sobretudo sociais, podem surgir daí.

E uma das características fundamentais das TICs que podem gerar resultados sociais e políticos ainda não previstos, consiste na possibilidade de ampliação das formas e meios de comunicação, aquisição e difusão de informações e troca de conhecimentos diversos. Marisa Rocha (2000) ressalta, por exemplo, a importância do acesso ao e da troca de conhecimento como um importante processo na formação dos cidadãos:

(É) através do conhecimento do mundo, adquirido, formal e informalmente, a partir de suas experiências e do convívio em sociedade, pelas trocas linguísticas e reconhecimento de símbolos, em um processo sistemático de formação intelectual e

moral do indivíduo, que se processa a construção de sua dimensão enquanto cidadão. (ROCHA, 2000, p. 40)

No tocante a essa relação entre acesso à informação e ao conhecimento e cidadania, Eliany Araújo (1999) afirma que a construção da cidadania, ou de práticas de cidadania, precisa passar, necessariamente, pela questão do acesso e uso de informação.

1.6. Inclusão digital pra inclusão social: um diálogo no campo dos direitos

De acordo com Eliany Araújo (1999), a conquista de direitos e a implementação de deveres, sejam eles políticos, civis ou sociais, dependem do livre acesso à informação, inclusive sobre que direitos e deveres são esses. Dessa forma, a cidadania depende não apenas do livre acesso, como “ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e, portanto, com maiores oportunidades para todos os cidadãos.” (SILVA, Helena et al, 2005, p. 31)

A cidadania, portanto, pressupõe uma relação entre iguais, ou seja, entre indivíduos iguais, portadores de direitos, que, só assim, podem participar ativamente da esfera pública. De forma que de “qualquer maneira e em suas múltiplas dimensões, a cidadania é um meio de proteção e uma condição para o exercício dos direitos e, também, deveres.” (SILVA, Helena et al, 2005, p. 30). No entanto, “contrariamente à ideia de igualdade que a cidadania sugere, a estratificação social, que concede o *status*, é um sistema de desigualdade que se acentua e se agrava no sistema capitalista. (...)” (ROCHA, 2000, p. 43)

Dessa forma, possuir direitos e exercer esses direitos de forma plena é algo que ainda não consiste em realidade para muitos cidadãos. Vera da Silva Telles (2006) trata a fundo dessa relação entre desigualdades sociais, direitos sociais e cidadania. Baseando-se no pensamento de Hannah Arendt (1974 apud TELLES, 2006), Telles mostra como a própria condição de desigualdade e exclusão de muitos cidadãos está, em grande parte, associada ao não reconhecimento de seus direitos enquanto tais, relegados, muitas vezes ao campo dos favores e da ajuda. Isso tira do indivíduo em situação de pobreza a sensação de que tem “direito a ter direitos”, minando sua potência de ação cidadã e transformação da realidade em que está inserido, uma vez que não é visto pelo outro – o cidadão “incluído” – como seu semelhante.

Não sendo visto por outros indivíduos dessa sociedade como semelhante, esse indivíduo não usufrui de uma das condições principais, na visão de Hannah Arendt, para

participar da esfera pública, interagindo com os demais, expressando suas opiniões livremente e participando ativamente das decisões que conduzirão sua própria vida: a condição de igualdade.

Ter direitos significa, portanto, no dizer de Hannah Arendt, pertencer a uma comunidade política na qual **as ações e opiniões de cada um encontram lugar na condução dos negócios humanos**. É isso o que ela quer dizer quando afirma a exigência de um espaço no qual cada um pode ser julgado por suas ações e opiniões, e não pelo que são, enquanto classe, origem ou raça. ‘Ter direitos a ter direitos’ é a expressão que sintetiza a questão proposta por Hannah Arendt (TELLES, 2006, p. 60, original sem grifos).

Logo, enquanto todos não usufruírem livremente e de fato de seus direitos, não apenas no âmbito jurídico, mas na vida cotidiana, os indivíduos continuarão enfrentando condições de desigualdade e injustiça social, muitas vezes justificados pela sociedade como consequência de sua condição “natural”, normalmente associadas à raça, classe social, gênero, origem étnica, etc., perpetuando injustiças sociais.

No caso brasileiro, mesmo após o reconhecimento de diversos direitos sociais com a elaboração e vigência da Constituição de 1988, também conhecida como “Constituição cidadã”, as desigualdades persistem. Considera-se normal que aqueles destituídos de poder financeiro se contentem com serviços públicos de má qualidade, com empregos mal remunerados, com condições precárias de saneamento, com falta de acesso a uma educação pública de qualidade, dentre outros fatores. Para Telles, esse quadro “evoca o enigma de uma sociedade que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros mais igualitários de ação. Sinal de uma população na prática destituída de seus direitos (...)” (TELLES, 2006, p. 82).

Nesse contexto, a difusão e crescente importância atribuída às TICs para o desenvolvimento do país e para uma participação mais ativa dos indivíduos na dita “sociedade da informação”, também gera suas consequências para o quadro de exclusão e desigualdade. Bernardo Sorj (2003) afirma que a exclusão digital está fortemente relacionada à desigualdade social, de forma que as maiores taxas de exclusão digital se concentram em setores de menor renda. Em parte, essa situação é agravada pela lógica de consumo que impera no sistema capitalista e traz consequências graves para quem se encontra excluído desse sistema:

A questão central da sociedade contemporânea é que a introdução de novos produtos de consumo que afetam a qualidade de vida implica a mudança do patamar civilizatório que define os bens mínimos necessários para a vida em sociedade. Neste sentido, cada inovação tecnológica relevante nos produtos de consumos modifica a percepção de inclusão/exclusão social em função da possibilidade de

acesso aos novos produtos. Redefine-se, assim, o universo de bens e serviços que exigem algum tipo de intervenção estatal. Noutras palavras, a pobreza e, portanto, a luta contra ela, é dinâmica e exige constantes esforços de readaptação dos instrumentos de políticas sociais às cambiantes condições do mundo atual. (SORJ, 2003, p. 31)

Por outro, está relacionada às capacidades do indivíduo, que não foram desenvolvidas porque estes não dispõem das mesmas condições sociais e oportunidades para fazê-lo:

A desigualdade social no campo das comunicações, na sociedade moderna de consumo de massas, não se expressa somente no acesso ao bem material – rádio, telefone, televisão, Internet –, mas também na capacidade do usuário de retirar, a partir de sua capacitação intelectual e profissional, o máximo proveito das potencialidades oferecidas por cada instrumento de comunicação e informação. (SORJ, 2003, p. 59)

Porém, a realidade técnica vigente não é necessariamente a única possível. Assim como as TICs, atualmente, colaboram para o aumento da exclusão social, devemos nos perguntar sobre o modo como as TICs estão sendo utilizadas, de que modo as ações de inclusão digital estão sendo realizadas e quais as possibilidades de alteração dessas novas tecnologias, quais as alterações possíveis em seu desenho – principalmente com o fortalecimento do movimento do *software* livre [questão que será discutida em seção posterior] – para que estas adquiram um novo significado e uma nova função sociotécnica.

Um dos pontos amplamente criticados no que se refere às ações de inclusão digital, diz respeito à limitação na fase de acesso às TICs. O acesso consiste em um fator importante, principalmente para aqueles que não dispõem de recursos para aquisição de novos equipamentos, porém ele por si não elimina nem o problema da exclusão digital, e menos ainda da exclusão social.

Jonatas Ferreira e Maria Rocha (2011) trazem fortes críticas ao “princípio redistributivo” característico de grande parte de políticas públicas e demais ações voltadas à promoção da inclusão digital. Isso porque, a partir desse princípio, os indivíduos são reduzidos a receptores de informações, não participantes do processo. Dessa forma, não assimilam aquele artefato e aquela linguagem de forma plena, integrada a sua vivência cultural e social, partilhando, assim, significados. De maneira que não existe inclusão de fato. E o acesso a essas tecnologias não vem como um direito adquirido, mas um favor, uma bondade, que por sua vez não gera construção de significados e, desse modo, não gera consciência cidadão e democrática.

Frente às abordagens e críticas expostas a partir desse marco teórico, o que se pretende nesse trabalho é analisar ações voltadas à inclusão digital que se dizem voltadas também à cidadania, à reflexão e à participação democrática dos indivíduos participantes do processo, buscando verificar o quanto essas ações são efetivas na formação desses indivíduos não apenas para utilização das TICs, mas para uma participação mais ativa nas decisões sobre como, para que, porque e que tipo de tecnologia se quer usar, procurando compreender de que modo isso interfere na relação com a sociedade, enquanto cidadãos, sujeitos de direitos.

2. INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL: CONCEITOS, PRÁTICAS E AVANÇOS

Assim como diversas outras políticas sociais, a política de inclusão digital deve seu desenvolvimento à ação e mobilização de diversos atores sociais que, em conjunto, conseguiram pressionar cada vez mais governos, empresas assim como outras entidades da sociedade civil a dar a devida atenção às questões relativas à inclusão digital enquanto direito universal, reforçando a necessidade de que essas questões se transformem em políticas públicas.

Na tentativa de ilustrar a evolução desses debates e sua influência no desenvolvimento de algumas ações e políticas de inclusão digital no Brasil, será apresentado um breve histórico de como se iniciou uma discussão mais ampliada no país em torno da inclusão digital, quais as primeiras iniciativas e sua influência nesse processo, com base no material publicado pelo Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos – IPSO, sob o título “Inclusão digital: vivências brasileiras”, de autoria de Maurício Falavigna (2011). Apesar de dedicar um espaço maior à questão dos telecentros, esse material foi fundamental para a identificação de atores, iniciativas e programas importantes para a consolidação da inclusão digital como tema de grande relevância no cenário nacional.

2.1. Chegada da Internet ao Brasil e expansão do uso das TICs

Iniciando a identificação de atores importantes para o desenvolvimento de ações de inclusão digital no Brasil, Falavigna (2011) destaca a iniciativa do **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)**. Esta foi uma entidade fundamental para o desenvolvimento da Internet no país e que também vislumbrava a interação da sociedade civil com as TICs.

Em 1984, o **Ibase** já participava de uma iniciativa chamada Interdoc, um correio eletrônico que reunia entidades da sociedade civil de todos os continentes, objetivando a democratização de informações. Além disso, enquanto a Internet brasileira esteve restrita até 1994 a iniciativas acadêmicas (via Rede Nacional de Pesquisa, consórcio financiado pelo Governo Federal), o Ibase se configurava como uma exceção à regra, lançando ainda em 1989 o Alternex: “um serviço de troca de e-mails e conferências eletrônicas voltado para a sociedade civil” (FALAVIGNA, 2011, p. 20). Por ser o único servidor “*www*”⁹ no Brasil fora da comunidade acadêmica, o Ibase teve um importante papel de interlocutor com o governo brasileiro na solicitação de construção de uma espinha dorsal da Internet de uso geral da população.

Sua proposta de garantir a capilarização dos serviços e oferecer serviços de valor agregado desvinculados do monopólio estatal de comunicações foi a que prevaleceu, com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia. E no ano seguinte, em 31 de maio de 1995, nascia o Comitê Gestor da Internet Brasil. A Portaria Interministerial 147 definiu que ao Comitê teria como função coordenar e integrar as iniciativas de ‘serviços Internet’ no País. (FALAVIGNA, p. 21)

A chegada da Internet ao país trouxe consigo a demanda pelo aprofundamento do uso das TICs e do debate quanto à necessidade de expandir seu acesso a toda a população, uma vez que o acesso à rede era visto também como acesso ao conhecimento e informação, direitos de todo cidadão.

Ressalta-se, no entanto, que existiam outras iniciativas da sociedade civil que, apesar de não terem o acesso à Internet como foco, já se engajavam na expansão do uso das TICs, sendo que a atuação do Comitê pela Democratização da Informática (CDI) era a mais conhecida naquele momento. Seu reconhecimento se deve ao fato de ter sido o primeiro a desenvolver uma ação de iniciação ao conhecimento tecnológico junto às camadas populares, a partir de uma abordagem socioeducativa, baseada na educação popular, que buscava aprofundar a cidadania.

Porém, alguns aspectos e princípios distanciavam o CDI das demais iniciativas de inclusão digital que foram se desenvolvendo no país, principalmente dos telecentros públicos, quais sejam: foco na questão do acesso às tecnologias com modelo que priorizava cursos de informática básica, secundarização da Internet, distanciamento do poder público e, o

⁹ *World Wide Web*: ou “teia mundial”, o primeiro navegador de acesso à Internet.

principal, o privilégio dado ao *software* proprietário. O que não significa que seu trabalho seja de todo desconsiderado:

Pode-se lembrar que alguns dos princípios que hoje conformam os telecentros e os principais programas públicos de Inclusão Digital estão, conceitualmente e na prática, distantes do modelo CDI (...) No entanto, isso seria julgar com olhos do presente toda a iniciativa do CDI, por sinal mais do que bem-sucedida em suas intenções originais. O que é preciso recordar é o importante papel que essa familiarização de setores excluídos da sociedade com as novas tecnologias desempenhou. O espaço em que as discussões geraram novos conceitos, comparação de práticas, diálogos e debates políticos ainda estava por ser construído. (FALAVIGNA, p. 24)

No entanto, independente das diferenças entre as entidades que buscavam promover a inclusão digital, um fator aparentava ser consenso nos discursos e iniciativas entre elas: a ideia de que o acesso às TICs poderia combater as desigualdades sociais, ou seja, a inclusão digital seria capaz de promover a inclusão social. Multiplicam-se as iniciativas nacionais e internacionais de inclusão digital à época, chamando a atenção para os perigos que a “brecha digital” (*digital divide*) poderiam trazer para aprofundar ainda mais as desigualdades já existentes entre ricos e pobres.

2.1.1. São Paulo e Porto Alegre: primeiros telecentros

Em 2000, tanto o Governo do Estado de São Paulo quanto o Governo na prefeitura de São Paulo, de tendências políticas opostas, buscavam a modernização administrativa do governo eletrônico. O governo do estado de SP estava atrás de uma modernização administrativa que agilizasse a prestação de serviços à população.

Já o **Instituto Florestan Fernandes (IFF)**, “um espaço de elaboração de políticas públicas para São Paulo”, priorizava uma concepção de governo eletrônico que não aprofundasse a desigualdade entre os que tinham acesso às TICs e os que não tinham, buscando não favorecer quem “já gozava de acesso desproporcional ao governo e à participação política” (FALAVIGNA, 2011, p. 31). O sonho dos diretores à frente do Instituto à época, era a construção de uma Rede Pública de Comunicação e Informação, uma proposta de *e-gov*¹⁰ que trouxesse um novo conceito de gestão, mais transparente, que funcionasse como um “indutor de cidadania”. O IFF percebeu, então, que para que o governo evitasse um aprofundamento das diferenças entre aqueles que tinham acesso e os que não tinham acesso às

¹⁰ Abreviação para *electronic government*, ou governo eletrônico.

TICs, era preciso lançar, paralelamente a uma proposta progressista de Governo Eletrônico, uma política pública de inclusão digital. Foi assim que nasceu a ideia do **Sampa.Org**, desenhada pelo IFF, que por sua vez convidou Rodrigo Assumpção para montar o projeto.

Falavigna (2011) relembra a disputada que existia entre os governos do Estado e da prefeitura de São Paulo, que se estendia também a essa área. Sendo assim, em 11 de julho de 2000, três dias antes da inauguração do Sampa.Org, o governador Mário Covas inaugura o que veio a ser o primeiro espaço público de inclusão digital, o chamado **Infocentro**, na Casa de Cultura do Jardim São Luís, zona sul da capital. Esse seria projeto embrião do **Acessa São Paulo**, programa de inclusão digital governamental do estado de São Paulo.

Três dias depois, também na zona sul de São Paulo, é lançado o projeto-piloto do Sampa.Org, já com seis **Telecentros**, que dois meses depois chegariam a dez unidades.

O Sampa.Org nasceu com uma proposta de inserção na comunidade, e para sua implementação procurava lideranças locais, principalmente associações de moradores, para discutir a proposta dos telecentros. Nas reuniões com as comunidades, Falavigna afirma que duas ideias opostas surgiam com frequência: uma de que os telecentros consistiam numa oportunidade para que os jovens aprendessem informática básica e garantissem, automaticamente, uma vaga no mercado de trabalho. E outra, de que a comunidade carecia de serviços e aparelhos públicos mais urgentes, voltado à saúde, educação, emprego, saneamento, logo, Internet e tecnologia não era prioridade. Inicia-se então uma série de reuniões com as comunidades, na tentativa de demonstrar que o projeto não tinha a intenção de ser um curso de informática, pois seus idealizadores acreditavam que esse tipo de iniciativa era necessária somente para ambientação desse novo mundo que era o mundo digital, porém não garantia inserção nele, muito menos vagas no mercado de trabalho.

(...) não era uma tarefa que se resolveria de cima para baixo, com um plano discutido somente pelo Comitê Técnico (...) era preciso construir conjuntamente o uso daqueles equipamentos. Demonstrar que a Inclusão Digital era um tema que se mantinha lado a lado com as outras necessidades prementes daquela população marginalizada: saneamento, educação, saúde, moradia, participação política, comunicação, reconhecimento público... As reuniões com as comunidades escolhidas foram fundamentais para a construção dessas respostas e do futuro do projeto (FALAVIGNA, 2011, p. 39).

O Sampa.Org articulou-se, então, com lideranças do distrito de Capão Redondo, à época a região com o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade de São Paulo. Foram estabelecidas parcerias com entidades locais, e destas parcerias nasceram

alguns projetos comunitários de inclusão, tais como: rádio web; cooperativa de montagem, suporte e manutenção de redes; agência comunitária de notícias; oficinas de comunicação comunitária; cursos profissionalizantes de design e programação; entre outros.

Também no ano 2000 outra iniciativa de implantação de telecentros foi iniciada, agora pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com coordenação **Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa)**. Foram inaugurados espaços de acesso gratuito à Internet para a população da cidade. Em 2001 essa proposta avançou para a instalação de **Telecentros Comunitários** em todas as regiões do orçamento participativo, como tentativa de promover a inclusão social, por meio da apropriação comunitária desses espaços.

Em 2001, ano em que Marta Suplicy assume a prefeitura de São Paulo, foi criada a Coordenadoria do Governo Eletrônico, vinculada à Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social da Prefeitura do Município de São Paulo. Sob a Coordenação de Beá Tibiriçá, surge então o Projeto Telecentros, com novo conceito: “aliar Internet cidadã, *software* livre e inclusão digital”.

Esse projeto estabeleceu parcerias com diversas entidades da sociedade civil, cuja principal foi com a Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS), de Carlos Afonso, Paulo Lima, Luiza Antônio de Carvalho e outros. De acordo com Falavigna (2011), os Telecentros de São Paulo foram paulatinamente “pondo em prática todos os conceitos e ações defendidos pelo movimento de Inclusão Digital” (p. 52), sobre os quais falaremos em seguida.

2.1.2. 1ª Oficina para Inclusão Digital: definindo conceitos e diretrizes, e promovendo encontros

Em 2001, a **Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI)** do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, sob a gestão de Sólton Lemos Pinto, iniciava esforços na tentativa de expandir o acesso à web¹¹ e, para que isso fosse possível, era preciso que mais pessoas pudessem acessar a rede. Jorge Sampaio, então diretor do IFF, em encontro em Brasília com Sólton Lemos onde eles discutem o assunto, sugere ao Secretário que abra a discussão à sociedade, tendo em vista que esse já era um tema discutido em diversos projetos, tanto da sociedade civil organizada quanto de governos locais. A proposta foi aceita pelo governo. Foi assim que o Governo Federal, por meio da SLTI, organizou em maio de 2001, em Brasília, um Seminário sobre Inclusão Digital.

¹¹ Termo também utilizado para designar *World Wide Web* (www).

Jorge Sampaio articulou então a presença do Sampa.Org (...); a presença da Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS) (...) que possuía uma parceria com o próprio Sampa.Org (...) além de uma estreita articulação com a **Somos@Telecentros, uma ativista e bem-sucedida rede latino-americana de Inclusão Digital**. Somou-se a essas ONG's o **Comitê para Democratização da Informática, o CDI, sem o qual à época seria impossível falar de Inclusão Digital** (LAVIGNA, 2011, p. 58, original sem grifos).

Não somente a presença dessas entidades foram garantidas, como Sampa.Org, RITS e CDI participaram ativamente na organização do evento. Além delas, mais de trinta outras instituições da sociedade civil participaram do evento, marcando presença em todas as discussões e plenárias promovidas. Com isso,

(...) instaurou-se um **fórum de debates** entre sociedade civil e governo federal que acabaria se transformando no principal **canal de demandas sociais, afinamento de ideias e conceitos**, troca de experiências locais e laboratório de políticas públicas para o setor: **o nome definitivo ficou sendo Oficina para Inclusão Digital** (FALAVIGNA, 2011, p. 55).

Esse evento marcou o início de um espaço político fundamental para a discussão de políticas públicas e iniciativas de inclusão digital no país, articulando os diversos setores envolvidos com essa questão, e demandando do governo políticas públicas que condigam com as reais necessidades dos atores e comunidades locais.

O principal resultado da 1ª Oficina foi a elaboração de uma carta à sociedade contendo conceitos, premissas e diretrizes sobre os diversos aspectos e temas relacionados à inclusão digital, que foram discutidos nas diversas plenárias realizadas. Apesar de ter sido bastante criticado por apresentar uma estrutura um tanto quanto caótica, e alguns pontos contraditórios entre si, porém, trouxe conteúdos importantes que foram fonte de discussão e ação para iniciativas futuras.

Dentre alguns dos pontos trabalhos, entrou, por exemplo, a questão da cobrança por serviços voltados à inclusão digital, por se considerar uma forma de garantir a sustentabilidade dos projetos, o que é fortemente criticado no documento, pela compreensão da maioria das entidades participantes, de que a inclusão digital diz respeito a um direito, e como tal, não poderia ser deixado sob os desmandos da iniciativa privada:

Avaliando as discussões e justificativas que ressoam nesses documentos das Oficinas, percebe-se que os conceitos formados a partir da negação dessas propostas vincularam-se **ao direito de acesso à informação, à comunicação e ao conhecimento como um direito humano, universal e inclusivo, social e economicamente**. Portanto, a cobrança pelo uso de equipamentos eliminaria

possibilidades futuras de conformação de políticas públicas amplas, vinculando a Inclusão Digital como um processo de batuta da iniciativa privada (FALAVIGNA, p. 69)

Foram discutidas também as premissas a respeito da definição e do funcionamento dos espaços públicos de acesso à rede, normalmente chamados de telecentros ou infocentros e a importância de uma utilização mais flexível e múltipla nesses espaços, onde seja possível uma combinação entre a linguagem tecnológica e a linguagem da comunidade que está participando nessas iniciativas. Daí a importância de envolver a comunidade, não apenas como consumidores de bens e serviços, mas também como sujeitos capazes de produzir, criar conhecimento.

Daí surge outro ponto fundamental do debate que confirma exatamente o que aponta a Teoria Crítica da Tecnologia: as tecnologias já nascem repletas de conteúdo político, resultam de uma disputa política entre grupos sociais, trazendo em seu desenho propósitos bem definidos favoráveis ao grupo que possui o controle técnico sobre determinada tecnologia. Portanto, simplesmente possibilitar o acesso dos indivíduos às TICs não necessariamente promove a inclusão desse indivíduo na chamada “sociedade do conhecimento”, mas somente em um consumidor de tecnologias.

(...) a Inclusão Digital passaria também pela capacidade de se apropriar das linguagens das TIC, a ponto de propor alterações e, até mesmo, novos usos das tecnologias. Pois as **tecnologias utilizadas não foram desenvolvidas pela comunidade, nem para os usos de que ela necessita. Elas foram feitas para empresas, governos, iniciativas comerciais com propósitos muito diversos de uma associação comunitária, por exemplo. Os conteúdos**, então, esses **refletiam ainda mais essa discrepância**, mostravam quem estava dentro ou fora desse mundo de informações e conhecimento. Ainda era difícil obter informações na *web*, por exemplo, de como montar uma rádio comunitária ou estruturar uma cooperativa (FALAVIGNA, p. 70-71, original sem grifo).

Essa primeira Oficina mostrou-se, portanto, como um espaço de reflexão, definição de conceitos e fortes críticas a modelos considerados fora do que seriam consideradas as premissas da inclusão digital. Ao que tudo indica, foi também um importante espaço de encontro entre importantes atores sociais no campo da inclusão digital, tais como ONGs, gestores públicos, empresas públicas e privadas, ativistas da sociedade civil, entre outros.

As demais edições da Oficina confirmaram essa tendência, reunindo um número cada vez maior de atores, principalmente aqueles que compõem a base do movimento de inclusão digital: “monitores e educadores de Pontos de Cultura, Casas Brasil, Telecentros da Pesca,

Rádios-telecentros, Telecentros Rurais, Estações Digitais, Telecentros e infocentros de todos os programas representativos espalhados pelo País” (FALAVIGNA, 2011, p. 17).

As Oficinas Para a Inclusão Digital configuram-se, portanto, como um importante espaço no âmbito nacional, de encontro entre atores sociais para diálogo, troca de experiências, elaboração de conceitos, formulação de políticas, avaliação de ações de inclusão digital provenientes das diversas esferas, etc. Até o atual momento, já foram realizadas 12 edições¹². O material utilizado para esta análise foi publicado no ano de 2011, contendo informações das dez primeiras. Não será possível fazer uma análise aprofundada de cada edição, mas para compreensão dos principais avanços e principais projetos que resultaram da realização destas Oficinas, a próxima seção trará um breve apanhado geral de suas edições subsequentes.

2.1.3. Oficinas Para a Inclusão Digital: principais acontecimentos e contribuições

No ano de 2002, ano seguinte à realização da 1ª Oficina, não houve realização da segunda edição da Oficina Para a Inclusão Digital, devido a uma grande desmobilização por parte do Governo Federal no primeiro ano da gestão do presidente Lula. Rodrigo Assumpção, à época diretor do Sampa.Org, visitou Rogério Santanna, que havia assumido naquele momento a Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação (SLTI) no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (antes disso estava à frente do Procempa, envolvido com os projetos de telecentro de Porto Alegre), e nessa visita propôs ao secretário a retomada da Oficina Para a Inclusão Digital. Este aceitou, aproveitando para tentar “reorientar o Comitê Executivo de Governo Eletrônico¹³ para um aspecto mais social”. (FALAVIGNA, 2011, p. 76) O Governo aceitou a proposta, de forma que a **2ª Oficina Para a Inclusão Digital** foi realizada em maio de 2003, em Brasília (DF).

Essa edição contou com forte participação do setor privado, que estava interessado em estabelecer parcerias com o novo governo, principalmente no tocante ao Governo Eletrônico. Concomitantemente teve participação menor de telecentristas e sociedade civil, de forma geral, o que caracterizou essa segunda edição como predominantemente “chapa branca” (FALAVIGNA, 2011, p. 77). Porém, no tocante às discussões, alguns assuntos se repetiram

¹² Para maiores informações, acessar: <http://oficinainclusaodigital.org.br/>

¹³ O Comitê Executivo do Governo Eletrônico tem o objetivo de formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação do Governo Eletrônico, voltado para a prestação de serviços e informações ao cidadão. Fonte: <http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/comites/comite-executivo>

nessa segunda edição, e voltariam a se repetir nas edições seguintes, tais como: comunicação comunitária, *software* livre e produção de conteúdos.

A **3ª Oficina Para a Inclusão Digital** ocorreu entre 22 e 29 de maio de 2004 em São Paulo (SP), ficando conhecida como Semana da Inclusão Digital devido à duração mais extensa que as demais. Além disso, esta edição agregou uma série de eventos: 2º Encontro Nacional de Telecentros, o e-Gov Fórum IV, além do 3º Encontro Latino-americano de Telecentros. Com isso, ao contrário da segunda edição, essa terceira Oficina contou com ampla participação de diversos setores envolvidos com as iniciativas de inclusão digital no país: telecentristas, monitores, educadores, ativistas de *software* livre, gestores públicos, parlamentares, coordenadores de ONGs com projetos voltados à inclusão digital, etc. Alguns temas se fortaleceram, como *software* livre, redes de capacitação de monitores/educadores de telecentros e cultura digital. Outros apareceram nos debates pela primeira vez, como foi o caso da discussão sobre acondicionamento de computadores. Dois pontos merecem destaque nessa oficina: a discussão sobre o papel do Estado no processo de inclusão digital e a demanda por acesso livre à internet.

Quanto ao papel do Estado:

[...] o grande saldo da 3ª Oficina foi a superação de dilemas que vinham da virada do século. O primeiro deles, motivado pelo início promissor do CDI, dizia respeito ao papel do Estado no processo de inclusão digital. Se apenas as organizações da sociedade civil e a iniciativa privada dariam conta desse processo, como defendiam alguns atores (FALAVIGNA, 2011, p.98).

No que tange ao acesso à Internet, diversos atores passaram a encará-lo como um direito, atrelado ao direito universal de acesso ao conhecimento, à comunicação e à expressão:

Como volta a contar Rodrigo Assumpção: *em 97, com a chegada mais ampla da Internet, adicionou-se um ingrediente cujo custo era impossível de ser bancado pelas ONG's, que era a conexão, a rede. Em 97 ficou muito claro que era impossível pensar em Inclusão Digital sem web. O que era feito antes era um mero ensino de informática e esse ensino era extremamente limitado em termos de alcance e potencial [...] O projeto de informática comunitária que tem sua culminância no CDI se demonstrou inviável em termos de custo principalmente pelo advento da Internet, que representava o alto custo [...] O computador sempre foi fácil e simples de se conseguir...".* Após o desenrolar dos programas públicos, o discurso reinante no CDI se dividiu entre a necessidade ou não da Internet em seus centros. Mas o sucesso de políticas públicas como as de Porto Alegre e de São Paulo já apontava o caminho para o investimento de governos e estatais. (FALAVIGNA, 2011, p. 98-99)

É interessante notar como nos dois pontos em questão, existem fortes críticas ao modelo CDI, uma vez que este estava muito mais próximo do investimento privado, tendo suas atividades financiadas por empresas do setor, e no início de suas atividades, o foco não estava no uso da Internet, mas sim na familiarização dos usuários com os equipamentos de informática. Essas críticas somam-se à crítica mais contundente que se faz em relação ao CDI entre os projetos de inclusão digital, que diz respeito ao privilégio dado ao *software* proprietário, questão que será melhor trabalhada no terceiro capítulo desta dissertação.

A **4ª Oficina** ocorreu no Rio de Janeiro (RJ), entre 17 e 19 de novembro de 2005. Este foi ano complicado para a Oficina devido à crise política que atingiu o governo à época, episódio que ficou conhecido como “mensalão”. O evento sofreu com limitação de recursos para sua realização, o clima de incerteza política prevaleceu durante todo o evento, de forma que não houve grandes avanços nas discussões.

A **5ª Oficina**, por sua vez, foi realizada entre 5 e 9 de junho de 2006, em Porto Alegre (RS). Foi a primeira oficina onde ocorreram plenárias exclusivas da sociedade civil, de onde surgiu uma carta reivindicatória ao Governo Federal, documento que ficou conhecido como Carta de Porto Alegre¹⁴, que logo após o evento foi distribuída a todos os candidatos à Presidência da República à época.

A **6ª Oficina** foi realizada em Salvador (BA), em novembro de 2007, e foi a primeira Oficina realizada no Nordeste do país. Um tema primordial nessa edição foi referente à educação. Uma característica marcante de grande parte das iniciativas de inclusão digital é a atuação de educadores populares. Com isso, o discurso acadêmico nunca ganhou grande centralidade nos debates, assim como, até a realização desta edição, pouco se falava a respeito do espaço escolar, com receio da postura professoral, advinda do iluminismo, na qual existe apenas um foco de luz (o professor) que irradia sabedoria, o que limitava a autonomia e criatividade dos alunos, o que consistia no oposto do que se desejava nos projetos de inclusão digital das entidades participantes. No entanto, a questão da entrada das TICs nas escolas assim como a da capacitação dos professores entrou em debate. Entre os problemas que foram levantados, estão:

[...] laboratórios subutilizados por receio dos professores e diretores, separação entre o mundo da sala de aula e do laboratório de informática (ausência de integração das TIC à ação do professor), limitação de uso dos equipamentos com aulas de

¹⁴ Disponível em: http://www4.serpro.gov.br/noticias-antigas/noticias-2006/20060613_02

informática básica, preocupações excessivas com a navegação na web, com o uso das redes sociais, com conteúdos acessados (FALAVIGNA, 2011, p. 138).

Nessa Oficina foi possível ter um debate mais voltado ao incentivo de práticas diferenciadas, onde foram apresentados alguns projetos criativos e dinâmicos desenvolvidos no meio escolar e acadêmico, procurando mostrar soluções aos problemas apontados.

Outro fator importante nessa edição da Oficina foi o lançamento do Projeto **Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID)**. Este surge de uma parceria entre a SLTI e o Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas (IPSO). O objetivo dessa iniciativa consistia em tornar os dados sobre os telecentros mais palpáveis, colaborando na elaboração de políticas públicas. O lançamento do ONID durante essa Oficina também chamou a atenção para os próprios participantes das iniciativas ali presentes para a importância do mapeamento para a elaboração de políticas públicas no setor.

A **7ª edição da Oficina** aconteceu no Pará (PA), em novembro de 2008, sendo a primeira Oficina a ser realizada no Norte do país. Foi “a primeira edição que contou com representantes do movimento de Inclusão Digital de todas as unidades da Federação, apesar da distância e do custo das passagens” (FALAVIGNA, 2011, p. 143). Além disso, foi a primeira vez que os diversos participantes de todo o país foram atraídos para as especificidades da região Norte. Temas que ganharam destaque: meio ambiente, Inclusão Digital na Amazônia, desenvolvimento local, recondicionamento de computadores. Presenças importantes foram dos Infocentros do **NavegaPará**, projeto de Inclusão Digital do governo do estado, do projeto **Puraqué** e do **Saúde e Alegria**¹⁵, dois importantes projetos desenvolvidos região norte do país, o primeiro voltado especificamente para a questão da inclusão digital para a promoção da cidadania na Amazônia, com utilização de *software* livre; e o último, originado no estado do Pará, desenvolve atividades que buscam promover o desenvolvimento comunitário integrado e sustentável, desenvolvendo também projetos de inclusão digital em comunidades remotas (ribeirinhas) da Amazônia.

Vale levantar um acontecimento importante no ano de 2008, meses antes da realização da Oficina, mas que teve seus impactos nas Oficinas seguintes. Ainda em 2007 o então Presidente Lula

(...) passou a ter em sua assessoria especialistas em assuntos de tecnologia e inclusão. César Alvarez, assessor em questão já vinha frequentando a Oficina pontualmente desde Salvador, quando recebeu da sociedade civil a Carta do evento[...] Em conversações com a SLTI, foi agendada uma reunião especial. O

¹⁵ <http://www.saudeealegria.org.br/saude-alegria/>

Presidente ouviria representantes da sociedade civil que estavam há tempo no movimento de Inclusão Digital e procuraria compreender as principais características e demandas dos programas públicos na área. Em 25 de setembro de 2008 representantes do IPSO, Sampa.Org, RITS, Saúde e Alegria, Cidadania Digital e Coletivo Digital foram convocados para a conversa com o Presidente Lula, sua assessoria, a SLTI e representantes de diversos projetos do setor público. A reunião [...] foi extremamente produtiva para os anos seguintes. Abriu-se um espaço inédito para a participação da sociedade civil na elaboração de políticas estruturantes que abordassem a temática que fazia parte da última década da vida de todos os participantes. (FALAVIGNA, 2011, p. 163)

As duas principais demandas do movimento de Inclusão Digital, na ocasião, foram: infraestrutura no que dizia respeito à banda larga, para a promoção do acesso pleno, veloz, eficiente, além de universal e democrática à Internet; e apoio a processos de formação, investimento em recursos humanos que qualificassem as atividades de inclusão digital. Foi consolidado, então, o programa Telecentros.BR, no qual o Governo Federal estabelecia parcerias com instituições, estados, municípios e sociedade civil, oferecendo qualificação e formação de monitores para atuarem em telecentros.

O estabelecimento das bases do programa Telecentros.BR, e a demora na sua execução por conta dos procedimentos burocráticos necessários para o funcionamento do programa, fez com que predominasse um clima de ansiedade e inércia na 8ª edição da Oficina, que ocorreu em Belo Horizonte (MG), em novembro de 2009. Não obstante, o evento prosseguiu, sendo que dentro dos debates realizados os temas que ganharam destaque foram sobre conexão banca larga pela rede elétrica, as diferenças entre *lan houses* e telecentros e o uso das TICs no ensino fundamental.

Em julho de 2010 a **9ª edição da Oficina** voltou para Brasília, fechando o ciclo de dez anos da Inclusão Digital e do movimento telecentrista. Essa edição foi marcada pelo lançamento do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), e do programa Telecentros.BR.

O PNBL surgiu como resposta às demandas constantes de barateamento dos custos de acesso à Internet, com base na argumentação de que não adianta a oferta de boas políticas públicas na área de inclusão digital sem encarar de frente o problema dos elevados custos de conexão, que inviabilizam o acesso à rede por parte das comunidades de baixa renda. O objetivo consistia, portanto, em oferecer um serviço de banda larga mais barato e de boa qualidade para a grande maioria da população.

Em relação ao Telecentro.BR, como foi mencionado, seu foco consiste na questão da formação de monitores para atuação nos telecentros em todo o país. Criou-se, portanto, no âmbito do programa a Rede Nacional de Formação para a Inclusão Digital. Esse modelo de

parceria previa a coordenação dos Polos Regionais da Rede de Formação de Monitores por entidades e programas de telecentro reconhecidos em suas respectivas regiões: Província Marista do Rio Grande do Sul na região sul; Sampa.Org na região sudeste; o Coletivo Digital no Polo São Paulo; a Programando o Futuro, na região centro-oeste; Universidade do Pará na região norte e Universidade Estadual da Bahia na região Nordeste.

Com base nessas informações, verificamos que as realizações das Oficinas foram marcadas por importantes debates na área de inclusão digital, e principalmente pela articulação de seus diversos participantes, que se mostrou fundamental na consolidação de práticas de inclusão digital mais próximas do conceito que foi sendo forjado ao longo desses anos, assim como na influência exercida principalmente sobre os órgãos do Governo Federal na elaboração de políticas consideradas fundamentais para a consolidação da inclusão digital enquanto uma política pública e social.

Segue uma relação de outros importantes programas, projetos e políticas de incentivo que surgiram ao longo dos anos que se seguiram à realização da 1ª Oficina Para a Inclusão Digital:

- a) Banco do Brasil: Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil: Telecentros Comunitários – uma aposta na apropriação de equipamentos, com a instalação de telecentros por todo o país.
- b) Fundação Banco do Brasil: optou por um modelo de Estações Digitais, numa escala menor, de forma que a quantidade de Estações fosse passível de monitoramento pedagógico e parcerias com a sociedade civil, visando capacitação e supervisão dos projetos. (FALAVIGNA, 2011, p. 117)
- c) SERPRO¹⁶: Rede Brasil Digital, *software* que visa à integração entre projetos de telecentro no país, além de funcionar como ferramenta de gestão. O que se busca é unificar informações socioeconômicas dos usuários dos telecentros, a fim de colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas na área.
- d) ITI - Projeto Casa Brasil¹⁷ – Projeto instituído em 2005, que visava levar computadores e conectividade às comunidades carentes. Sua coordenação geral ficou a cargo do ITI, e sua Secretaria Executiva pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O projeto enfrentou uma série

¹⁶ Serviço Federal de Processamento de Dados: empresa pública de prestação de serviços de tecnologia no Brasil. Para mais informações: <https://www.serpro.gov.br/>

¹⁷ Para maiores informações, acessar: <http://www.iti.gov.br/noticias/iti-na-midia/1067-casa-brasil>

de dificuldades, tanto de gerenciamento quanto de apropriação por parte das comunidades locais¹⁸.

Os problemas que enfrentou pareceram revelar uma discrepância em relação às características do Governo Federal, muito mais apto para fomentar e agir em parceria com o poder local. O Casa Brasil tentou fazer uma relação direta com a comunidade sem ter estrutura prévia para tanto, sem recursos humanos, a partir de bolsas de estudo do CNPq (FALAVIGNA, 2011, p. 126).

e) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Projeto Territórios Digitais: foi lançado em 2008 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável por meio da apropriação das tecnologias disponíveis.

Os Territórios Digitais consistem na implantação de Casas Digitais – espaços públicos e gratuitos localizados nos Territórios da Cidadania¹, com acesso a computadores e Internet – para uso comunitário de assentados e assentadas da Reforma Agrária, agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais residentes nos territórios rurais. (FALAVIGNA, 2011, p. 169)

- b) Governo Federal – Programa de Inclusão Digital: instituído pelo Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005, regulamentando uma série de incentivos fiscais, como redução das alíquotas do PIS/PASEP¹⁹ e da COFINS²⁰ para produtos da linha de computação, comunicação e telefonia.
- c) Governo Federal – Instituição do Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e do Programa de Inclusão Digital. Instituídos pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, consistiu em mais uma ação de incentivos fiscais para a redução dos impostos sobre importação de produtos da área de computação, telefonia, comunicação e pesquisa científica, visando a “inovação tecnológica” do país.
- d) Governo Federal – incentivo à metarreciclagem – Decreto nº 6.087, de 20 de abril de 2007: estabelece que todo órgão da Administração Pública Federal deve informar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a existência de equipamentos de informática e respectivo mobiliário, que sejam classificados como ociosos, recuperáveis, irrecuperáveis ou antieconômicos, disponíveis para reaproveitamento. Aqueles considerados ociosos ou recuperáveis poderão ser doados

¹⁸ Sobre o Projeto Casa Brasil, ver também CORREA (2007).

¹⁹ PIS: Programa de Integração Social. PASEP: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

²⁰ COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

a instituições filantrópicas, reconhecidas pelo Governo Federal como de utilidade pública, e às Organizações da Sociedade Civil que participem do projeto integrante do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal.

- e) Ministério das Comunicações – GESAC²¹ – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão: garante conexão via satélite à Internet a escolas, telecentros, ONGs, comunidades distantes e bases militares fronteiriças, além de oferecer serviços como conta de e-mail, hospedagem de páginas de capacitação de multiplicadores locais²².

Esses foram alguns dos principais programas, projetos e políticas que foram lançados ao longo dos dez primeiros anos de realização da Oficina Para a Inclusão Digital. Vê-se, portanto, que as Oficinas tiveram um papel importante no campo institucional para a consolidação da inclusão digital enquanto política pública no país. No entanto, ações de inclusão digital já aconteciam antes da realização das Oficinas. Logo, o que gostaríamos de chamar atenção é para o caráter social atribuído ao conceito de inclusão digital ao longo desses anos, e como isso foi transformando o próprio conceito de inclusão digital dentro dos projetos. Verificamos que, em grande medida, isso se deveu ao movimento pela Inclusão Digital, que se articulou e se fez ouvir ao longo dos últimos anos, principalmente ao longo das edições das Oficinas Para Inclusão Digital.

2.1.4. Movimento pela Inclusão Digital

Para dar início a essa seção, trazemos o pensamento de Bourdieu acerca do papel dos movimentos sociais no campo das políticas sociais:

A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-lo (...) [Os movimentos sociais] criam ou recriam formas de ação originais, em seus fins e seus meios, de forte conteúdo simbólico. Orientam-se para objetivos preciosos, concretos e importantes para a vida social. (BOURDIEU, 2001: 19-65 apud GOHN, 2010, p. 22-23)

Esse trecho nos remonta à importância da ação dos movimentos sociais para a consolidação de políticas públicas voltadas para as questões sociais. A questão da inclusão digital, ao longo dos anos, mobilizou uma série de atores que passaram a agir em prol da

²¹. Sobre o programa GESAC, ver também CORREA (2007).

²² Para maiores informações, acessar: <http://www.comunicacoes.gov.br/gesac>

inclusão digital e defendê-la com um direito universal diretamente ligado ao direito à comunicação. Esses atores formam o chamado Movimento pela Inclusão Digital²³, um movimento difuso pelo país, unido pela luta por uma causa única: a inclusão digital.

Para compreender melhor essa situação, segue trecho da entrevista que fizemos com um dos coordenadores da Programando o Futuro, uma ONG voltada a metarreciclagem e inclusão digital, com atuação no Distrito Federal. Nosso entrevistado se reconhece como militante do movimento de inclusão digital:

E1: Você falou da questão do movimento. Mas existe um nome desse movimento? É um Movimento pela Inclusão Digital? Que movimento é esse? Como ele se articula? Quem são os atores por trás disso?

*R1: Olha, de maneira institucional tem o Comitê Interministerial de Inclusão Digital, que compõe o Governo Federal e tudo, com Ministérios, empresas públicas e tal. **O movimento que a gente fala, ele não é institucional, não tem um nome. São as ONGs que fazem inclusão digital, com alguns entes do governo, e nós participamos. Acho que são doze ou treze instituições que compõem. Aí entre nós [Programando o Futuro], os Maristas, uma ONG chamada Coletivo Digital, de São Paulo, o Sampa.Org, a RITS, o projeto Saúde e Alegria, do Pará, que trabalha com acesso a serviços de saúde e de inclusão digital em comunidades remotas; o CGI. O CGI é a entidade de maior prestígio, é o Comitê Gestor da Internet, é uma entidade que foi criada para controlar o operacional da Internet, não o conteúdo. Tudo que acontece com a Internet no Brasil é sob orientação do CGI: protocolos, tecnologias, essas coisas. Cada país tem um comitê desse.***

E a gente faz anualmente a Oficina Para a Inclusão Digital. O governo Fernando Henrique fez a primeira, foi aquela coisa doida, e o Lula continuou fazendo. O Lula fez seis edições, e nós fizemos outras seis depois, porque está na 13ª. Esse ano nós vamos fazer em São Paulo, vai ser em novembro.

E1: O único material que eu encontrei a respeito falava apenas do [movimento do] software livre (...) Como é esse movimento no Brasil? Ou ele está muito misturado (com outras lutas)?

R1: Não, isso dá você pega a galera... É um mix de coisas que está todo mundo junto (...) o movimento do software livre, o movimento da inclusão digital, o movimento da banda larga (...) Está todo mundo junto e misturado nessa história. Tanto é que a gente fala: “qual o movimento você milita?”, “Ah, eu é software livre”, “Ah, o meu é software livre e inclusão e inclusão digital”, “Não, o meu é só banda larga”(...)

E1: Qual é o seu (movimento)?

R1: Eu estou no da inclusão digital e no software livre. E da metarreciclagem!

Como podemos notar, a partir da fala de nosso entrevistado o movimento pela Inclusão Digital agrega um conjunto de diversas lutas – desenvolvimento de *softwares* livre, banda larga, metarreciclagem, dentre outros. Para nosso entrevistado todas essas lutas estariam sob o guarda chuva – Inclusão Digital. A questão da militância plural é trazida diversas vezes nas falas coletadas por Maurício Falavigna (2011) no trabalho que desenvolveu sobre o surgimento e desenvolvimento dos telecentros no Brasil e a realização das Oficinas

²³ Também denominado por alguns como Movimento da Inclusão Digital.

Para a Inclusão Digital. Em uma dessas falas, verificamos não apenas a questão da militância plural, como também princípios fortemente atrelados a um conceito de inclusão digital voltado para a inclusão social, de forma autônoma e participativa. Trata-se da fala de Beatriz Tibiriçá, a “Beá”, que se afirma militante do movimento telecentrista, do movimento do *software* livre e movimento da inclusão digital:

*O movimento telecentrista foi nossa maior alegria (...) **Tínhamos a nossa causa: lutar para que se ofereçam soluções criativas, em grande escala, que entendam como direito do cidadão o acesso efetivo às informações e serviços oferecidos na Internet, o conhecimento de novas tecnologias e a familiarização com o computador e todas suas possibilidades. Usar as tecnologias de informação e comunicação como importantes ferramentas para reduzir desigualdades.** Aprendi que quando escolhemos abandonar a cadeia sem chave que era o uso do software proprietário para embarcar na nave libertária do software livre, o mais importante não era a economia de recursos que pode ser feita. (...) O que interessa é capacitar para pensar a diversidade, criar processos que permitam compartilhar conhecimento, aprimorar e desenvolver soluções próprias e aprender a compartilhar cidadania. (...) Com o uso das TIC e de software livre podemos fazer aparecer novas habilidades e novos usos para as tecnologias, produzir coletivamente novos saberes, fazer aparecer um novo desenvolvedor. Só quando os indivíduos e suas comunidades se sentem donos destas novidades que se lhe apresentam é que o processo de completa. A comunidade é o nosso foco. Fazer, pensar e se apresentar de forma colaborativa é tornar possível o salto: deixar de ser apenas receptor para vir a ser produtor de informação e conteúdos. (TIBIRIÇÁ (BEÁ), apud FALAVIGNA, 2011, p. 101-102, sem grifos no original).*

A partir dessas falas, verificamos que o movimento pela Inclusão Digital apresenta-se enquanto um movimento plural, que age em rede em prol de um ideal comum: a promoção da inclusão digital em sua forma mais completa, ou seja, que capacite as pessoas a se apropriarem das TICs enquanto sujeitos ativos e capazes produzir conteúdos e compartilhar conhecimentos, uma inclusão digital encarada e respeitada enquanto um direito do cidadão.

Sendo assim, o Movimento pela Inclusão Digital agregaria uma série de características típicas de outros movimentos sociais da contemporaneidade, conforme podemos interpretar a partir do pensamento de Maria da Glória Gohn:

Nós os [os movimentos sociais] encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a Internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo (GOHN, 2011, p. 335-336)

Essas características levam a outro ponto importante: como poderia um movimento tão plural e disperso em uma enorme variedade de atividades em todo o país se articular? Esse acontecimento pode se dar, conforme afirma Gohn (2011) pelo próprio instrumento comum a todos: as TICs, e em especial a Internet, que possibilita esse *agir comunicativo*. Ao tratar das mobilizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo, Gohn (2010) ressalta essa importância da Internet para a articulação dos novos movimentos sociais:

A Internet tem sido o grande meio/veículo articulador de ações coletivas e movimentos sociais. (...) A Internet e outros meios das novas tecnologias informacionais possibilitam não apenas a conexão e estruturação das ações, mas eles têm sido os grandes agentes divulgadores das informações, alimentadores das ações e reações em cadeia, em tempos recordes (GOHN, 2010, p. 150).

As TICs são utilizadas, dessa forma, não apenas como instrumentos de inclusão digital, mas também como instrumentos de mobilização política e social.

As Oficinas Para a Inclusão Digital, no entanto, foram igualmente importantes para possibilitar um espaço mais amplo de encontro entre esses atores diversos, uma vez que permitiu o encontro entre atores de esferas diversas da sociedade, reunindo em um único local de diálogo militantes de lutas diversas relacionadas à inclusão digital, assim como representantes de instituições diversas, de governos das três esferas, de empresas públicas e privadas, de acadêmicos, de participantes de projetos de inclusão digital enquanto público, etc.

Outro fator importante em relação ao Movimento pela Inclusão Digital diz respeito à importância dispensada à inclusão social, sempre pautada como necessária para que uma ação de inclusão digital seja de fato caracterizada como tal.

O movimento de Inclusão Digital sempre afirmou, desde 2000, que ações de Inclusão Digital só têm sentido se envolverem a comunidade. Não apenas como objetos de ação, mas garantindo que eles não sejam simplesmente consumidores de informações, bens e serviços, mas também produtores de informação, cultura e conhecimento. Desde o primeiro documento público, elaborado naquela 1ª Oficina, destaca-se que a comunidade deve ser apta a conhecer sua realidade e identificar os caminhos para seu desenvolvimento, e esses agentes devem ter como foco a inclusão social, auxiliando o processo de produção de informação e construção do conhecimento por parte da comunidade, promovendo a autonomia das comunidades nas quais ele se insere por meio de metodologias participativas e interativas. (FALAVIGNA, 2011, p. 129)

Essa consiste, de acordo com Gohn (2010), em outra característica muito presente nos movimentos sociais contemporâneos:

[...] na atualidade, muitos deles [movimentos sociais] apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática, suas ações são pela sustentabilidade e não apenas autodesenvolvimento. **Lutam por novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão.** (...) Há neles, na atualidade, uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. **A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; e a liberdade associa-se ao princípio da autonomia** – da constituição do sujeito, não individual, mas coletivo; **autonomia entendida como inserção e inclusão social na sociedade**, com autodeterminação, com soberania. (GOHN, 2010, p. 16, original sem grifos)

Vale ressaltar, no entanto que o movimento apresenta seus conflitos internos, como qualquer outro movimento social:

As disputas conceituais internas aos diversos atores do movimento de Inclusão Digital muitas vezes passavam pela origem de cada projeto, ou mesmo de cada setor governamental – que em nenhum momento esteve fora dessas disputas: da mesma maneira que rugas se criavam e se desmanchavam para depois renascerem entre projetos ou lideranças da sociedade civil, era claro que o mesmo ocorria na administração, nos diversos Ministérios e estatais – mas por outro lado eram reflexo de uma disputa de poder, verbas, apoio ao seu projeto ou ao seu *know how* específico, criado no campo de trabalho. Isso fez com que a convivência entre projetos não fosse propriamente pacífica. E foi nesse contexto que muitos projetos nasceram, outros minguaram ou mesmo morreram. [...] Em certo sentido, grupos foram sendo formados dentro das Oficinas, o local de encontro de todas as convergências e divergências na área de Inclusão Digital. (FALAVIGNA, 2011, p. 117).

Observamos, portanto, que o Movimento pela Inclusão Digital, caracteriza-se como um movimento social contemporâneo, que possui suas disputas internas, até mesmo pela pluralidade de atores e lutas diversas que agrega, contudo todos convergem para o objetivo final da garantia da inclusão digital enquanto um direito, na promoção da inclusão social de forma participativa e autônoma. Esse movimento foi muito importante para o estabelecimento de diretrizes que buscam direcionar as políticas públicas de inclusão digital para a resolução de desigualdades sociais, não apenas de acesso à informação e às TICs.

Falavigna (2011) afirma que conceitualmente, esse intuito está sendo paulatinamente alcançado. Cabe, porém, avaliar os reflexos dessa mobilização e articulação, dessas disputas políticas na prática de ações de inclusão digital.

Essa pesquisa não tem como objetivo fazer uma avaliação aprofundada sobre os impactos das ações do Movimento pela Inclusão Digital. O objetivo dessa seção foi apenas apontar para a importância desse movimento na redefinição de conceitos relacionados à inclusão digital e na definição de diretrizes para elaboração de políticas públicas na área, chamando atenção para a questão da inclusão social. A seção seguinte apresenta dados gerais

sobre as características do acesso às TICs no Brasil, para finalizar essa breve análise sobre o contexto da inclusão digital no Brasil.

3. O CASO CDI: PROMOVENDO A *CIDADANIA DIGITAL*?

Concluídas as reflexões teóricas a respeito da relação entre tecnologia e sociedade, dos efeitos que exclusão digital pode acarretar para os indivíduos em situação de desigualdades sociais, e analisado o contexto em que a inclusão digital foi tomando cada vez mais espaço na agenda política nacional, graças às articulações entre os diversos atores da sociedade civil e diversas esferas governamentais para que isso ocorresse, sobretudo do movimento pela Inclusão Digital, foram evidenciados dados e informações relevantes para a compreensão do contexto das políticas nacionais e ações governamentais de incentivo à inclusão digital, no qual o Distrito Federal está incluso, assim como o contexto da atuação de entidades não governamentais na área, na qual o CDI está inserido.

Voltamo-nos, então, para o estudo de caso proposto, procurando compreender a estrutura do CDI, a relevância de sua atuação, os elogios e as principais falhas atribuídas a ele, a situação do CDI-DF e de suas parcerias, o contexto de incentivo à inclusão digital no âmbito do Governo do Distrito Federal, o quadro socioeconômico da Cidade Estrutural e as principais percepções acerca dos efeitos da resultantes da parceria entre a Associação Viver e o CDI-DF.

Por fim apresentamos um quadro analítico, com a síntese da análise realizada.

3.1. Pioneirismo nas ações de Inclusão Digital

O Comitê para a Democratização da Informática (CDI) foi fundado em 1995, no Rio de Janeiro, por Rodrigo Baggio. Considerando que até 1994 a Internet brasileira era restrita a iniciativas acadêmicas, o CDI surge no momento em que começam a se estruturar as bases de expansão da Internet e do uso das novas TICs no Brasil. Foi a primeira organização social sem fins lucrativos de que se tem registro a criar um projeto de inclusão digital, buscando a democratização no uso das TIC com vistas à inclusão social no país:

“A maior iniciativa nesse sentido [expansão do uso das TICs], naquele momento, foi a do CDI – Comitê de Democratização da informática –, nascido em 1995. Embora sem se interessar pela web, nascia imbuído da urgência de prover as camadas populares com a iniciação ao conhecimento tecnológico. Dessa forma instaurou, com apoio financeiro do setor privado e apoio logístico do próprio Ibase, uma série de espaços comunitários que uniam o ensino da informática com uma abordagem socioeducativa voltada para o aprofundamento da cidadania. Sempre localizado em regiões de baixa renda, a estrutura do CDI uniu iniciativa privada (doação de

computadores e financiamento), educação popular, associações comunitárias e informática em um mesmo projeto, antecipando algumas das características dos futuros telecentros” (FALAVIGNA, 2011, p. 23).

A ação do CDI inicia-se com campanha de arrecadação de computadores para reciclagem, mas logo seguiu para a implantação de Escolas de Informática e Cidadania – EICs, em comunidades carentes. Rodrigo Baggio explica sua concepção:

“E aí veio uma nova ideia, a de criar uma Escola de Informática e Cidadania, uma EIC. Uma escola não-formal, que contribuísse para criação e uma cultura tecnológica nas favelas, dentro da ideia da informática holística com a qual eu trabalhava. Não seria uma escola para ensinar a técnica pela técnica, de uma forma alienante, mas para ensinar a **informática como uma ferramenta** que possibilitasse a construção de uma **cidadania empreendedora**, nessas comunidade” (CDI, 2005, p. 26, original sem grifos)

Em pouco tempo o CDI passou a expandir suas ações para outras localidades no estado do Rio de Janeiro, e até mesmo outros estados. Iniciou-se um processo de institucionalização e profissionalização do CDI, com a criação da Rede CDI. A Matriz fica localizada no Rio de Janeiro. Cada estado ou região cria um CDI Regional, e cada entidade local que realiza uma parceria com o CDI, recebe treinamento e equipamentos, e passa a ser uma EIC. Frente às parcerias desenvolvidas, o CDI criou uma linha de atuação conhecida como “CDI Comunidade”, que diz respeito às parcerias criadas com entidades locais, onde se busca uma integração com a comunidade local, com vistas ao enfrentamento à situação de exclusão social em quem determinada comunidade se encontra. Logo, não seria apenas uma escola de informática, mas um espaço integrado com a comunidade para a resolução de problemas utilizando a tecnologia como ferramenta.

O foco do CDI é capacitar educadores, provenientes de entidades sociais interessadas em realizar projetos de inclusão digital em sua comunidade, doar computadores e *softwares*, colaborar na sistematização de estratégias pedagógicas, e formar esses educadores, para viabilizar a realização dos projetos locais. A partir dessa estratégia, busca-se utilizar as TICs na construção do que chamam de “cidadania digital”.

Para compreender o que seria a “*cidadania digital*”, trazemos a fala de uma das coordenadoras pedagógicas do CDI que aparece em destaque no material de divulgação do CDI, relacionada ao conceito de cidadania:

O trabalho do CDI busca o desenvolvimento de uma cidadania crítica, exercida coletivamente, que estimule as pessoas a conhecer melhor a sua realidade e a

encontrar caminhos para transformá-la. Estamos falando de **uma cidadania que valoriza a capacidade empreendedora dos indivíduos**, as ações construídas em conjunto, a expressão de **compromisso social** de cada um. Uma cidadania, enfim, que faz de todo ser humano um **protagonista** da História. Nesse cenário, **a tecnologia figura como um instrumento estratégico**, um trampolim, para que **as comunidades expressem seu potencial e conquistem direitos essenciais**. (FORNAZIER, Cristiane apud CDI, 2005, p. 74, original sem grifos)

Podemos aferir desta fala uma visão de cidadania que valoriza o empreendedorismo, que posiciona as tecnologias enquanto ferramentas para desenvolvimento do potencial dos indivíduos e para a conquista de direitos. Frente a esse conceito, e tomando como referência outros trechos retirados dos materiais de divulgação do CDI, verificamos que realmente existe essa preocupação com a conquista de direitos sociais básicos, porém é dada uma importância muito maior à questão do **empreendedorismo**. Isso fica expresso nas falas aqui transcritas, como a do fundador Rodrigo Baggio, afirmando ser a informática uma ferramenta que possibilita a construção de uma “cidadania empreendedora”, assim como no site da entidade, e nos demais materiais informativos e formativos produzidos pelo CDI, onde o termo “empreendedorismo social” aparece correntemente. Essa valorização também ficará evidente em alguns passos que compõem a metodologia criada pela entidade, como será abordado em seção posterior.

Cientes das características gerais, passamos agora para a análise da metodologia desenvolvida pelo CDI.

3.2. Metodologia CDI

A proposta político-pedagógica desenvolvida pelo CDI, inspirava-se na proposta de Paulo Freire (1986), voltando-se à educação popular, procurando desenvolver a autonomia do educando enquanto sujeito construtor de sua história.

Nas obras de Freire, com destaque para “A Pedagogia do Oprimido” [...] o educador brasileiro se afirma como um agente provocador de mudanças. Seu papel é levar o educando “a assumir uma posição no mundo, enquanto ser histórico que conhece e intervém na realidade”. Assim, segundo Paulo Freire, ninguém deve viver em brancas nuvens, sem dizer a que veio. “[...] o homem não é apenas o objeto da História, mas sujeito”, argumenta. Na visão do pesquisador e professor Afonso Celso Scocuglia, um grande especialista na matéria, Freire concentrou-se na criação histórica de uma outra educação, crítica, ferramenta para uma profunda mudança da sociedade, da política, da ética, do cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. Uma educação, enfim, para formar cidadãos plenos e ativos. **A visão de Paulo Freire é plenamente incorporada à proposta político-pedagógica do CDI e vem inspirando o trabalho da organização em favor da inclusão social** (CDI, 2005, p. 73, sem grifos no original)

Com base nessa concepção de educação popular, a entidade desenvolveu uma metodologia que procura promover a inclusão digital com uma postura crítica, refletindo sobre o uso das tecnologias, utilizando-as como ferramentas para promoção da inclusão social.

Essa metodologia é passada durante a formação dos educadores, portanto, procura orientar a ação dos educadores, provenientes das entidades locais, quando da elaboração dos projetos a serem elaborados nas suas respectivas comunidades.

Primeiramente, o educando deve se basear em quatro eixos norteadores²⁴, procurando promover a inclusão digital através de uma participação ativa em conjunto com os educandos e dentro da realidade destes:

O Primeiro Eixo consiste em “**Mergulhar na realidade do educando e da sua comunidade**”, cuja estratégia baseia-se em conhecer não apenas os educando, mas também a realidade em que estes vivem, procurando compreendê-la, em conjunto com eles, procurando identificar suas características, talentos, desafios e demandas.

O Segundo Eixo consiste em “**Tornar referência na comunidade**”. Neste caso, a referência em questão deve ser a Escola de Informática e Cidadania (EIC), não o educador. Esta deve ser uma referência para a comunidade local, como ponto de encontro, de acesso a e apropriação das TICs e de conhecimento.

O Terceiro Eixo consiste na “**Formação de redes**”, ou seja, na mobilização e criação de uma rede colaborativa entre EICs, o que pode potencializar outras redes locais e mobilizar a própria comunidade, fortalecendo ações comunitárias.

Por fim, o Quarto Eixo consiste em “**Formar agentes de mudanças**”, o que, de acordo com o CDI significa, contribuir para a formação de pessoas que buscam soluções para sua comunidade, que são empreendedoras, que procuram garantir acesso aos direitos dos cidadãos, e características similares.

O projeto a ser desenvolvido na comunidade no primeiro momento, consiste na execução do Primeiro Eixo. Para sua concretização, são propostos cinco “passos”, denominados “Passo a Passo da Metodologia de Inclusão Digital”.²⁵

²⁴ Os dados referentes aos eixos norteadores foram retirados de um dos materiais fornecidos pelo coordenador regional do CDI-DF, consistindo em apresentações de slides normalmente utilizadas na formação dos educadores. Não se encontra, portanto, publicado. A reprodução do material em formato de cópia para constar em anexos à pesquisa não foi autorizada, de forma que suas características gerais serão aqui descritas e apresentadas, para possibilitar a análise.

²⁵ Informações retiradas de outro material fornecido pelo coordenador regional do CDI-DF, que consiste em um panfleto informativo sob o título *Mais do que computadores, conhecimento que transforma*, trazendo o passo a passo da metodologia desenvolvida pelo CDI.

O **primeiro passo** consiste na “**Leitura de mundo**”, no qual educador e educando utilizam-se da tecnologia para se conhecer e registrar sua própria realidade e a de sua comunidade. O **segundo passo** traz a “**Problematização**”, na qual educador e educando devem pesquisar para melhor conhecer a realidade levantada, com olhar pesquisador, analisando talentos, ações, problemas e suas respectivas causas, escolhendo uma oportunidade de ação e mobilização social. O **terceiro passo** consiste em “**Planejar a ação social**”, no qual educador e educando elaboram em conjunto um plano de ação para resolução dos problemas e fortalecimento dos pontos fortes identificados na “pesquisa” realizada no passo anterior. O **quarto passo**, “**Mobilizar para agir**”, consiste em por o plano em prática, com o uso das tecnologias como ferramentas de resolução dos problemas, e, por fim, o **quinto passo**, “**Avaliar o caminho percorrido**”, constitui-se no momento de reflexão a respeito da ação realizada, da intervenção feita, com uso e apropriação das tecnologias durante o processo.

Para melhor compreensão do desenvolvimento da metodologia pelos educadores, segue um quadro resumo de atividades e temas a ser desenvolvidos em cada passo mencionado e suas respectivas ferramentas.

Figura 2: Quadro adaptado do projeto “Cultura Digital Para Mobilização Social Versão 2.0 2012”²⁶

PREPARANDO CAMPO	
ATIVIDADES/CONTEÚDOS	FERRAMENTAS/AÇÕES
Apresentações: da turma, da proposta CDI, com exposição de expectativas em relação ao curso e motivação para realizá-lo Regras do curso Apresentação do computador como ferramenta "Produção Coletiva: somando ideias"	Componentes básicos do computador (teclado, mouse, modem, CPU, etc.) Ligar e desligar Sistema operacional Editor de texto Caixa de diálogo Navegador Ferramenta de busca online Sites para visualização de vídeos Editor de texto ou blog Google Maps/Google Earth Ctrl C Ctrl V e Wikipedia Folders e informativos sobre CDI/EIC
LEITURA DE MUNDO: direitos e deveres	
TEMAS	FERRAMENTAS/AÇÕES
"Direitos humanos, mito ou verdade?" "Serviços públicos são gratuitos?" "Direitos e mecanismos de defesa"	Aplicativos de edição de imagens (Picasa) Editor de apresentações Sites de busca de imagens

²⁶ Levando em consideração que a publicação do material original não foi autorizada, esse quadro consiste em uma adaptação (com uma apresentação mais geral) do quadro original retirado de parte dos anexos do projeto de inclusão digital elaborado pela Associação Viver em parceria com o CDI.

"Direito à comunicação e internet" "Identidade na diversidade"	Editor de textos e planilhas Editor online (Google docs e outros) Portais públicos Ferramentas de divulgação Sites, blogs, comunidades virtuais Redes sociais Máquina fotográfica, filmadora ou celular You tube
LEITURA DE MUNDO: "quem sou eu"	
TEMAS	FERRAMENTAS/AÇÕES
"Linha da vida" "O meu lugar na comunidade" "O meu lugar no mundo"	Produção e finalização de vídeo Upload
LEITURA DE MUNDO: mergulho na comunidade	
TEMA/ATIVIDADE	FERRAMENTAS/AÇÕES
Planejamento do "mergulho" "Mergulhar" na comunidade	Máquina fotográfica, registro fotográfico Editor online de uso compartilhado (Google Docs e outros)
PROBLEMATIZAÇÃO	
ATIVIDADE	FERRAMENTAS/AÇÕES
Reflexão sobre o "mergulho" Escolha e estudo do tema a ser desenvolvido no projeto	Programa de edição (Picasa e outros) Sites de busca e pesquisa Ferramentas de bate papo (MSN, SKYPE)
PLANEJAMENTO DA AÇÃO	
ATIVIDADE	FERRAMENTAS
Planejamento da ação social a ser desenvolvida pela turma Planejamento passo a passo da ação	Editor online de uso compartilhado (Google Docs e outros) Celular - mensagens Redes sociais (orkut e facebook) Sites de busca e pesquisa Sites de mobilização
EXECUÇÃO DA AÇÃO	
ATIVIDADE	FERRAMENTA
Por o plano em prática	A definir a partir do plano elaborado
AVALIAÇÃO	
ATIVIDADE	FERRAMENTA
Avaliação da ação Conclusão da etapa	Editores de texto Portal da Rede CDI - agente de transformação - registros

Aferimos desse quadro que, de fato, existe uma preocupação com o desenvolvimento crítico dos educandos e reflexão sobre o papel desses enquanto cidadãos e agentes transformadores de sua realidade, com propostas de discussão de temas que relacionam a vida em sociedade, direitos e utilização das tecnologias, problematizando os referidos temas a partir da realidade do educando, o que reflete a preocupação da pedagogia *freireana*.

No que concerne aos demais eixos, verifica-se uma preocupação de perpetuar a ação do CDI na comunidade (Tornar-se referência na comunidade – segundo eixo), incentivar a mobilização entre as entidades parceiras do CDI (Formação de Redes – terceiro eixo) e valoriza aqueles indivíduos com perfil empreendedor (Formar Agentes de Mudança), sendo que tais indivíduos normalmente são descritos entre os “casos de sucesso” da entidade.

O que depreendemos a partir da metodologia do CDI foi o seu caráter de estímulo ao chamado “empreendedorismo social”, pois ao mesmo tempo em que apresenta um forte caráter social de reflexão sobre o papel dos indivíduos enquanto cidadãos e agentes transformadores de sua realidade, também reflete características típicas de empreendimentos econômicos, de perpetuação e ampliação de um negócio.

Isso nos leva à próxima análise, referente às críticas feitas por outros agentes e entidades envolvidas com ações de inclusão digital ao CDI.

3.3. Principais críticas ao modelo CDI

Conforme foi possível verificar ao longo do segundo capítulo deste trabalho, o CDI teve sua atuação reconhecida entre os demais agentes e entidades, principalmente telecentros, envolvidos com projetos e ações voltada à inclusão digital no país, sobretudo por seu pioneirismo. Nosso entrevistado, também reconhece a importância da entidade no Distrito Federal:

R1: Sua ação suscitou alguns elogios no meio, principalmente em relação à sua metodologia. Nosso entrevistado, coordenador da Programando o Futuro, primeira entidade a fazer parceria com o CDI-DF, traz essa observação:

E no CDI, a gente aprendeu uma coisa que mudou muito a vida. Aprendemos muita coisa com eles, mas uma coisa é a questão da Cidadania. Isso era muito forte pra eles! E a gente com 18, 19 anos, não fazia noção do que era cidadania. Eles tinham um projeto pedagógico muito bacana, muito consistente, e eles falavam uma coisa que a gente demorou muito pra entender que é assim: a inclusão digital tem que ser uma ferramenta meio, e não a atividade fim do que a gente faz. A atividade fim tem que ser a cidadania. Como é que você capacita as pessoas para o mercado, como é que você desperta o senso crítico nas pessoas, como você prepara as pessoas para a vida? Utilizando a ferramenta. [...] o projeto pedagógico deles era excelente, a gente aprendeu muito. Nós fazíamos três ou quatro encontros anuais com a rede, aqui de Brasília, a gente era da rede de Brasília do CDI. Então três a quatro vezes ao ano juntava todo mundo pra fazer seminário pedagógico, fazer formação, troca de experiência e tal. Aprendemos muito.

Observa-se, portanto, uma boa avaliação referente à metodologia utilizada, ao projeto pedagógico, principalmente no que concerte à visão da tecnologia enquanto ferramenta para alcançar o que seria o objetivo principal: a cidadania.

No entanto, as críticas feitas ao seu modelo de atuação são frequentes e se referem a pontos específicos, que vão de encontro ao que se entende em outras entidades da sociedade civil como uma ação de inclusão digital que de fato se volte à inclusão social e autonomia dos indivíduos, quais sejam:

a. Foco no acesso e nos cursos de informática básica

Como vimos no breve histórico sobre a origem do CDI, a questão do acesso às tecnologias foi um dos motivos que levou ao surgimento da entidade. Contudo, sua proposta não se limita, ao menos conceitualmente, à questão do acesso. No entanto, algumas entidades afirmam ser ainda uma preocupação determinante nas ações do CDI, perdendo a valorização de outros fatores igualmente ou mais importante para uma verdadeira inclusão digital.

Uma das pessoas entrevistada durante essa pesquisa, foi o coordenador da ONG Programando o Futuro – ONG localizada em Valparaíso (cidade da região Entorno do Distrito Federal) e com atividades também em Samambaia, que se dedica a ações de inclusão digital e social por meio da metarreciclagem, com o cursos e oficinas voltados ao acondicionamento de computadores (tanto de *hardware* quando de *software*) e reciclagem adequada do lixo eletrônico. A Programando o Futuro foi parceira do CDI-DF logo no início de sua ação no DF, e seu coordenador faz uma crítica ao CDI sobre esse foco no acesso. Ao falar das políticas de incentivo à inclusão digital, com destinação de recursos à área ainda na primeira gestão do presidente Lula, nosso entrevistado afirma:

RI: Nessa época a gente já tinha muito atrito com o CDI, ideológicos. E esses atritos nos afastaram do CDI, a gente saiu do CDI, e resolvemos seguir a Programando Futuro como entidade. Dos conflitos é que nasceu a clareza do que é uma política pública, que é a maneira como a gente construiu.

EI: Que conflitos eram esses?

*RI: Então você pensa assim, a gente tem dinheiro, beleza. Vamos usar o dinheiro pra que? Então primeiro, a gente quer levar acesso aos computadores. **A gente quer democratizar o acesso. As pessoas precisam ter acesso a computadores. Ok. O CDI tinha mil escolas. Ele queria montar cada vez mais escolas, queria chegar a cinco mil, sem olhar a qualidades das que tinham para trás.** Então, por exemplo, das mil... Quando você doa um computador usado, significa que ele já foi usado. Parte da vida dele já foi gasta.*

EI: Ah, os computadores doados já eram usados?

*RI: Já, todos. Acho que o CDI deve ter montado duas ou três escolas com computadores novos. Ele [o computador] já tem uma parte da vida comprometida, mas ele tem uma parte a ser usada. Eles não consideravam isso. **Então eles queriam montar mais e mais e mais, sem garantir a qualidade daquilo. Era uma questão de meta. E a gente queria garantir a qualidade.** Olha, tem um telecentro novo a ser montado e tem um funcionando há cinco anos, você tem que priorizar o que está há cinco anos. Têm cinco anos que os caras estão morrendo ali para sobreviver. Esse novo a gente monta em um segundo momento.*

Afirma-se, portanto, uma constante priorização por parte do CDI-DF pela multiplicação do número de parcerias, ou seja, de EICs, sem focar tanto na questão da qualidade dos computadores que estavam sendo disponibilizados às entidades parceiras.

Outra questão se refere à priorização de cursos de informática básica:

Informática básica (a experiência do CDI) não era o foco do Sampa.Org, definitivamente. Se os objetivos principais, embora vagos, eram o de inserção das tecnologias no dia-a-dia daquelas comunidades excluídas e de inclusão de novos grupos de cidadãos na Sociedade do Conhecimento, a informática básica ou a alfabetização digital seria apenas uma necessária ambientação a esse novo mundo. E certamente não garantiria vagas imediatas no mercado de trabalho, apenas pequenos ganhos e pouca autonomia. (FALAVIGNA, 2011, p. 39)

Analisando o material de referência para a formação dos educadores parceiros do CDI, assim como os projetos desenvolvidos pela Associação Viver em parceria com o CDI, verificamos que realmente a atenção principal se concentra em cursos de informática básica, com ensino de como utilizar programas básicos de edição de textos e imagens, ferramentas de pesquisa na internet e utilização de redes sociais. Vale ressaltar que a análise feita aqui e por outras entidades, tem como base na primeira década de atuação do CDI . Atualmente, o CDI tem uma nova proposta, com cursos cada vez mais voltados ao empreendedorismo e à formação para o mercado de trabalho, como é possível verificar no site da entidade²⁷. No entanto, nos ateremos aqui ao recorte empírico espacial e temporal desta pesquisa (parcerias CDI-DF, até o ano de 2012, ano nas últimas parcerias firmadas).

b. Ausência do poder público

A relação do CDI com o setor público é realmente pontual, fator reconhecido pela própria entidade:

O CDI é uma organização que acredita em parcerias. Temos parcerias com centenas de ONGs para implantação de EICs. Várias fundações e organizações internacionais contribuem com o CDI. Temos relações fortes com o setor privado e com fundações nacionais e internacionais. E trabalhamos pontualmente com setores de governo. Pra gente, é importante selecionar sempre o melhor parceiro, esteja onde estiver. A gente se articula, ainda, com organizações multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. (CDI, 2005, p. 38).

²⁷ Acessar: <http://www.cdi.org.br/o-que-fazemos/>

Nosso entrevistado também confirma esse distanciamento entre o CDI e governo:

RI: O CDI tentou várias vezes ter o apoio do Governo Federal, pra ampliar o número de escolas – naquela época já eram 200 implantadas pelo Brasil, e eles queriam chegar a mil. Mas eles não tinham diálogo com o governo.

[...] Quando o governo decreta inclusão digital, política pública e tal... Por exemplo, o CDI não achou espaço para levar isso para dentro do governo. Tiveram inúmeras conversas, mas não “dava a liga”, assim. O governo tinha essa preocupação do software livre e eles não tinham diálogo. O governo tinha a sensibilidade e eles não tinham diálogo para isso. A questão do reuso das máquinas, eles foram contra ter subsídio nos impostos para as pessoas comprarem o computador. Eles achavam que as pessoas tinham que usar dentro do CDI, e não nas casas. Eles achavam que o dinheiro do imposto poderia ser usado para democratizar. “Não era isso que a gente queria”, e tal. E aí, quando o governo decreta a política pública, você tem que correr. Você tem que ter meta, você tem que ter execução, tem que ter cronograma e tudo. E o CDI não deu liga pra isso. Aí o governo começou a achar as experiências e ir buscar.

Percebe-se, através dessa fala, que um dos principais embates ideológicos entre o CDI e a esfera governamental, que inclusive coincide com o embate entre o CDI e diversas entidades da sociedade civil que atuam nessa área da inclusão digital, diz respeito ao embate entre utilização de *software* livre (governo e demais entidades) ou proprietário (CDI), o que nos leva ao próximo ponto.

c. Privilégio dado ao software proprietário

Para prosseguir com reflexões acerca do embate ideológico sobre utilização de *software* proprietário e *software* livre, primeiro apresentamos uma breve descrição do que seria o *software* livre, nas palavras de Beatriz Tibiriçá, a “Beá”, ativista do movimento do *software* livre:

Os softwares são feitos em linguagem de programação, sistemas simbólicos que permitem ao computador executar as tarefas desejadas pelo homem. Tais tarefas são descritas passo a passo, como uma receita de bolo. Essa receita pode ser chamada de código-fonte. Quando a receita, o código-fonte, é colocada para conhecimento público passa a ser chamada de código-aberto. SOFTWARES LIVRES são programas de código-aberto que podem ser copiados, usados, alterados e distribuídos livremente, quase sempre, através da Internet. Software livre porque supõe liberdade para o desenvolvimento colaborativo e não por uma questão de preço. Embora, em sua grande maioria, os softwares livres sejam gratuitos (TIBIRIÇA (BEÁ), apud FALAVIGNA, 2011, p. 102)

Sendo assim, enquanto os *softwares* livres disponibilizam os códigos-fonte, o que permite uma alteração do próprio *software* e adaptação e criação livre a partir desses códigos,

o *software* proprietário não permite a liberação de seu código-fonte, não apenas não permitindo alterações, como cobrando por sua utilização.

E são daí que surgem os desentendimentos, pois muitos atores nessa área consideram um contrassenso a utilização dos *softwares* proprietários para ações de inclusão digital, uma vez que o aluno fica “preso” àquele tipo de configuração, aprendendo a utilizar e criar através daquela tecnologia, mas sem poder alterá-la para melhor se adaptar às suas próprias necessidades e seus interesses, o que não se caracterizaria como uma inclusão autônoma, e sim, no consumo de mais um produto. Com isso, não se viabilizaria a formação de cidadãos “usuários” e sim cidadãos “clientes”. Na esfera macro, o problema seria ainda maior, uma vez que perpetua uma posição política de subordinação, onde existem países que produzem *software*, equipamentos, conhecimento, e outros que apenas consomem esses produtos prontos, como seria o caso do Brasil.

Surge assim um conflito ético por parte do Governo em financiar projetos que priorizem o *software* proprietário, pois estaria privilegiando uma determinada instituição de caráter privado com fins lucrativos, e colaborando para a permanência do país como um país consumidor de tecnologias prontas, portanto, de um modelo de desenvolvimento predatório e perpetuador de desigualdades.

Apesar de não existir consenso nessa questão, o movimento do *software* livre cresceu muito nos últimos anos e aumentou consideravelmente sua influência nos projetos governamentais ao longo desse tempo, principalmente no tocante aos telecentros. Já o CDI, desde sua origem, faz uma forte defesa pelo *software* proprietário, uma vez que tem na Microsoft um dos seus principais parceiros até os dias atuais. Nosso entrevistado também ressalta essa questão:

Outra: o embate do software livre. O software livre naquela época é você pensar um bando de americano gordo, barbudo, desenvolvendo código. Não era bem isso, isso eram os programadores dos anos 90 né? Programadores dos anos 2000 já era a molecada programando em casa, fazendo página para a internet, fazendo site, começando a fazer blog, fazendo animação, é um momento que começa a democratizar os vídeos também. E se a gente fizesse uma opção por software proprietário, além de o software representar 70% do custo de um equipamento, a gente continuaria comprando coisa pronta de fora e não valorizando o mercado aqui de dentro. [...] E o CDI não tinha essa pegada. E ao mesmo tempo eles caíam nas ilusões... Aquela estória, eles tinham licença de software proprietário. A Microsoft doava todas as licenças para eles. Uma vez a gente foi numa cerimônia onde a Microsoft tinha doado 28 milhões de reais para o CDI. A gente falou: “resolveu o problema das EICs! Vamos dar uma bombada em todas as EICs”. Quando a gente viu na cerimônia era um pacote de licença de software em nome do CDI, avaliado em 20 milhões [de reais], o qual a Microsoft estava deduzindo do

imposto de renda, deixando de pagar para os cofres [públicos], porque ela estava destinando a programas de inclusão digital.

Esse embate consiste, portanto, não apenas numa diferença de visões ideológicas, mas também em diferenças de modelos de desenvolvimento, de posicionamento político referente às soluções técnicas que cada projeto opta para o problema da exclusão digital e social, o que mais uma vez nos reporta à Teoria Crítica da Tecnologia, que ressalta o caráter da tecnologia enquanto um espaço de disputa política entre grupos sociais com interesses distintos. Optar pelo *software* proprietário, portanto, não é apenas uma questão de preferência, mas afirmação de um modelo de desenvolvimento que divide a sociedade entre produtores e consumidores de tecnologia e conhecimento.

Com isso, concluímos que, por mais que o CDI se afirme enquanto uma entidade que visa promover a inclusão digital para a promoção da inclusão social, de forma que o indivíduo seja autônomo e sujeito transformador de sua comunidade e de sua realidade social, ao optar por um modelo de atuação com forte valorização de uma visão “empreendedora” de cidadania, que prioriza cursos básicos voltados à formação para o mercado de trabalho e opta pelo *software* proprietário, faz-se uma escolha política que não favorece, numa esfera macroeconômica e social a autonomia dos indivíduos, mas sim, uma inclusão pelo consumo, que perpetua a condição desses indivíduos enquanto cidadãos “clientes”.

3.4. CDI-DF: algumas ações, muitas dificuldades

O CDI-DF chegou ao Distrito Federal em 1999. De acordo com o coordenador regional, Sr. Anfrísio Sousa, entre 1999 e 2012, o CDI-DF atendeu mais de 62 mil pessoas por região, através de uma total de parcerias com 113 instituições e capacitação de 1,7 mil educadores.

Nosso entrevistado é coordenador da primeira entidade a fazer parceria com o CDI no DF, a Programando o Futuro. No trecho a seguir ele fala sobre o contexto em que surge o CDI, em que surge a Programando o Futuro, e como os caminhos se cruzaram:

R1: [...] a primeira ação prática que a gente tem registrada no Brasil é o CDI. A gente ajudou a montar a unidade aqui de Brasília, ficamos nela por cinco anos. E a história do CDI era você levar computadores, acesso, conexão à internet, às ferramentas, para quem não tinha acesso naquela história. Se você pensar em 1998, lá atrás, tem o que? Dezesete anos? Era uma época em que os computadores começavam a se popularizar, o ano em que o Carrefour começou a vender

computador, pra você ter noção. Internet era conectar duas horas da tarde para pagar pulso único. Numa conexão que você entrava, mas não sabia o que ia fazer. Ou você ia abrir e-mail ou você ia pra sala de bate-papo. Aí quem já tinha alguma coisa em mente ia pesquisar, ia publicar, ia navegar e tal. Isso é o momento que a gente conhece o CDI. Aqui no Valparaíso mais especificamente. Eu e mais cinco amigos, dos seis, três tinham computadores. A gente era extremamente apaixonado, gostava muito. E a gente começava a reflexão [...] Por exemplo, o computador quebrava, quem dava manutenção? Era difícil. Tinha que tentar achar alguém que conseguisse. E a gente pensava assim: se nós, que estamos um passo à frente, estamos mal na estória, imagina a galera da Vila Guaiá, quando é que eles vão ter acesso a isso? Imagina o pessoal lá de Luziânia, o pessoal lá de Santo Antônio, o pessoal lá do Gama, de várias cidades. E ali nasce um olhar mais crítico da gente. “Será que essas pessoas vão ter acesso um dia?”. Alguns falavam assim: “Vão ter, mas quando é esse dia?”. Dali nasce a Programando o Futuro, a gente monta uma ONG, e naquele momento a gente queria montar uma escola para garantir que as pessoas tivessem acesso às tecnologias e que elas pudessem fazer uso daquelas tecnologias. Nesse meio tempo, o CDI já estava aqui em Brasília, e o nosso caminho acabou se cruzando. Uma das nossas pessoas conhecia as pessoas que fundaram o CDI, e num dia se encontraram e foram conversar, e juntou as ideias. Aquilo que a gente sonhava, mas não sabia como e aquilo que [eles] estavam fazendo, mas não tinham um apoio de base. E aí a gente se encontrou nesse momento, a gente montou um primeiro Telecentro no ano de 2000 aqui em Valparaíso, como CDI, chamava Escola de Informática e Cidadania.

Com o tempo, as concepções ideológicas entre as duas entidades foram se distanciando cada vez, principalmente devido ao debate sobre utilização de *software* livre (defendido pela Programando o Futuro) ou proprietário (defendido pelo CDI), o que levou ao fim da parceria.

O CDI seguiu seu trabalho e estabeleceu parcerias por todo o DF. No que concerne à sua manutenção, vale apontar que a Rede CDI conta com um modelo descentralizado de captação de recursos, onde cada regional fica responsável por captar recursos para a realização das entidades locais, esse sempre foi um ponto sensível para o CDI-DF. Com a falta de proximidade com o Governo, a entidade sobrevive, sobretudo, de parcerias, patrocínios e financiamento de outras entidades privadas.

Até o ano de 2012, a embaixada da Finlândia no Distrito Federal era a principal patrocinadora do CDI-DF. No ano de 2012, o CDI-DF contava 24 unidades parceiras em atividade, sendo a maioria delas localizadas no Distrito Federal e Entorno, e três entidades fora dessa região (uma em Formosa – GO (Projovem), outra localizada em Cristalina – GO (não constava nome da entidade na lista de contatos), e outra na Prefeitura de Buritis – MG).

O perfil das parcerias que se mantinham ativas, no entanto, já demonstrava a necessidade de independência financeira entre o CDI e os parceiros. Grande parte das parcerias se dava com escolas, associações religiosas, ONGs com sede própria e poucas

entidades governamentais. O suporte dado pelo CDI-DF consistia majoritariamente em suporte técnico e pedagógico.

No entanto, com os efeitos da crise econômica de 2008 se estendendo por toda a Europa e também pelo mundo, ao final de 2012 a embaixada da Finlândia cortou o patrocínio ao CDI-DF e este se viu em dificuldades financeiras, principalmente frente à dificuldade de encontrar outras fontes de recursos e novas parcerias.

Dessa forma, o número de parceiros ativos foi diminuindo significativamente, uma vez que as entidades não podiam mais contar com apoio do CDI-DF para formação de novos educadores, doação de equipamentos e suporte técnico e pedagógico para a realização de suas atividades, pois, por falta de recursos, a equipe foi reduzida a apenas uma pessoa, que consiste no coordenador regional.

Sendo assim, no ano em que essa pesquisa foi iniciada (2014), somente algumas poucas escolas possuíam parceria vigente com o CDI-DF (dos contatos realizados, somente a Escola do Parque da Cidade – PROEM e o Instituto Amigos do Vôlei, que funciona em escolas públicas da região com sede em Taguatinga, afirmaram ainda ter parceria vigente).

A situação do CDI-DF após o ano de 2012, portanto, não era favorável à manutenção de suas atividades, e a ação do Governo do Distrito Federal (GDF) no que consistia em políticas de incentivo à inclusão digital também não era favorável.

3.5. Incentivo à inclusão digital no Distrito Federal

Na pesquisa de dados secundários, não encontramos muitas informações à respeito de políticas de incentivo à inclusão digital no DF.

O GDF conta com uma Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), que possui uma pasta voltada à Inclusão Digital e Conteúdos Tecnológicos compondo a Subsecretaria de Programas Estratégicos. Contudo, ao entrar no site da instituições, não se encontra notícias referentes a programas ou políticas públicas de incentivo à inclusão digital, e os links de acesso a informações às gestões anteriores, encontram-se inativos.

O último programa de incentivo à inclusão digital no DF, pelas informações que conseguimos obter, foi o Programa DF Digital, lançado pelo Secretário de Ciência e Tecnologia à época Izalci Lucas em 2007 na gestão do então governador Roberto Arruda. Era um programa da então Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT) em parceria com

a Universidade de Brasília (UnB), que consistia na oferta de cursos de informática voltado à capacitação profissional. O programa foi suspenso em 2009 devido aos escândalos de corrupção envolvendo o Governador Roberto Arruda, e desde então não foi retomado nem substituído por outro programa de mesmo porte.

Gostaríamos de ressaltar que, apesar da entrevista com o coordenador da Programando o Futuro ter servido de subsídio para diversas análises deste trabalho, nosso objetivo inicial ao entrevistá-lo era primeiramente compreender o contexto político local sobre a inclusão digital, e em segundo lugar sobre sua atuação no movimento pela Inclusão Digital. Quanto ao primeiro tópico, portanto, ele nos informou que o Programa DF Digital foi o último programa de incentivo na área e que consistia em capacitação em massa em curso de informática. Fala também que desde a paralisação do programa, não houve mais incentivos na área, mesmo com as tentativas de busca de apoio durante toda a gestão do governo Agnelo Queiroz:

E1: Você falou da questão do Governo Federal. Aqui no Distrito Federal você acha que existe um ambiente institucional favorável para a inclusão digital? Incentivos, leis. Qual a sua visão sobre isso?

R1: (balança a cabeça negativamente)

E1: Não tem?

R1: O Izalci [Lucas], em três anos de governo [gestão de Roberto] Arruda, ele montou um programa de inclusão digital com 400 pontos de inclusão digital. E o programa que tinha que ser replicado, tinha que ser bem pensado – tinha que ser melhorado – mas ele tinha que ser bem pensado. Lembra um pouco a experiência da prefeitura de Belo Horizonte. Lá na Estrutural, enquanto você estava lembrando, a gente montou dois (telecentros) em cooperativas, duas estações de telecentro lá. Que é uma lá no meio, e a outra ao lado da Capital Recicláveis. Eu esqueço o nome daquela cooperativa... E roubaram os equipamentos com três meses de uso, nas duas. Aí a gente foi colocar equipamento de novo e eles não quiseram, porque junto com os equipamentos levaram coisas deles, aí o prejuízo foi grande. Mas o modelo que o Izalci fez, ele tinha – entre esses quatrocentos pontos – ele tinha alguns grandes, com vinte, trinta máquinas. Samambaia, lá onde tem a Meta [metarreciclagem] era um grande ponto, mas ele tinha muitos pequenos telecentros. Tinham telecentros com cinco máquinas. No Gama tinham dezoito telecentros assim. [...]

E1: Esses telecentros funcionavam onde? Em escolas? Onde?

E2: Escola, igrejas...

R1: Em associação de moradores, em CREAS... [Era] Formação em massa!

E2: Formação de uma semana. Aí ele entregava diploma, entregava diploma. O negócio dele era entregar diploma. [...]

E1: E depois? No governo Agnelo isso [o Projeto] ficou parado?

R1: Tenho honra de dizer que o pressionamos os quatro anos, mas não saiu nada. Se você for ao GDF... Agora não né? Mas se você for ao Governo Agnelo e olhar o que ele fez de inclusão digital em quatro anos, só vai aparecer a gente, a Metarreciclagem. Foi a única ação prática deles, e que não envolveu nenhum centavo de recurso público.

E1: E como foi que eles apoiaram de alguma forma?

R1: [...] a gente foi montar o projeto, eles cederam o espaço na Samambaia, e a gente começou a carregar eles nas costas o tempo todo.

E1: O espaço da Metarreciclagem...

E2: Só cederam o espaço?

R1: Só o espaço.

Sendo assim, nota-se que nos últimos anos o Governo local não priorizou políticas na área de inclusão digital, e a última grande ação nesse sentido, tinha como foco principal a formação para o mercado de trabalho, o que se caracteriza, como já foi mencionado ao longo desse trabalho, em uma visão limitada de inclusão digital e pouco efetiva no que consiste à inclusão social.

3.6. A Cidade Estrutural

Para compreender as condições socioeconômicas da Cidade Estrutural, este capítulo traz uma seleção dos dados considerados mais relevantes para cumprir com os objetivos da pesquisa. Primeiramente um breve histórico, para contextualizar em que situação surge a cidade, já em situação de desvantagem e vulnerabilidade social. Em seguida dados sobre condições gerais de moradia, para verificar se os moradores possuem condições básicas de saneamento.

a. Surgimento da cidade

“A formação da Estrutural tem sua origem em uma invasão de catadores de lixo próximo ao aterro sanitário do Distrito Federal existente há décadas naquela localidade” (CODEPLAN, 2014, p. 16) Essa Região Administrativa do Distrito Federal (RA XXV) já surge diante de um histórico marcado por desigualdades. Os primeiros moradores da região foram pessoas que buscavam sobrevivência catando lixo no aterro sanitário, também chamado de lixão, e ali mesmo foram montando barracos e ocupando o local.

A cidade deve seu nome à rodovia que passa em frente ao local, a DF-095, aberta em meados dos anos 70, interligando a Estrada Indústria e Abastecimento – EPIA, altura do Cruzeiro, à DF-001, também conhecida como Pistão Norte, em Taguatinga. A região passou a ser conhecida com Vila Estrutural.

Em 1989, foi criado em frente à Estrutural o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, já visando remover o que antes ainda era uma *invasão*, transferindo para outro local. Apesar das tentativas, houve bastante resistência dos moradores locais, e a remoção acabou não acontecendo. O número de domicílios foi se ampliando, na década de 90,

e mais tarde, a Vila Estrutural passou a pertencer à Região Administrativa do Guará. Em janeiro de 2004 a Lei ° 3.315 cria o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, então transformado em Região Administrativa XXV, tendo a Vila Estrutural como sua sede urbana.

Hoje a região é mais conhecida como Cidade Estrutural, e ainda enfrenta um problema sério em relação à legalização do terreno. Apenas 1/5 das casas da região encontram-se em terreno localizado, o que evidencia a continuação de um problema fundiário sério na região.

b. Condições de moradia e infraestrutura urbana

No tocante às condições de infraestrutura, a região apresenta índices positivos: 91,11% dos domicílios possuem abastecimento de energia elétrica da Rede Geral (frente a 7,33% de gambiarras); 89,33% possui esgotamento sanitário proveniente da Rede Geral (frente a 7,56% de fossa rudimentar e 2,89% de fossa séptica); a coleta proveniente do Serviço de limpeza urbana chega a 93,78% (frente a 6,22% de outros destinos); 85,11% das ruas são asfaltadas; 83,11% das ruas possuem calçada; 88% delas possuem meio feio; 90% possuem iluminação pública, porém somente 26,89% das ruas possuem rede de água pluvial, o que facilita acúmulo de água e alagamentos em período de chuva.

Das condições habitacionais e de infraestrutura, um dado que chama a atenção diz respeito ao consumo de água potável: em 32,67% dos domicílios não se utiliza qualquer tipo de filtro, o que é algo que precisa ser analisado, pois pode ocasionar em problemas de saúde para a população.

c. Características populacionais

A Cidade Estrutural possui população estimada em 35.801 habitantes. A população da região é composta em sua maioria por homens – 50,51% frente a 49,49% de mulheres. O crescimento médio anual da população é estimado em 5,5%, portanto superior ao do Distrito Federal, com média de 2,3% ao ano. A população é bastante jovem, sendo que 34,12% dos habitantes têm até 14 anos de idade, e o grupo que concentra a força de trabalho, de 15 a 59 anos, corresponde a 63,23% dos habitantes.

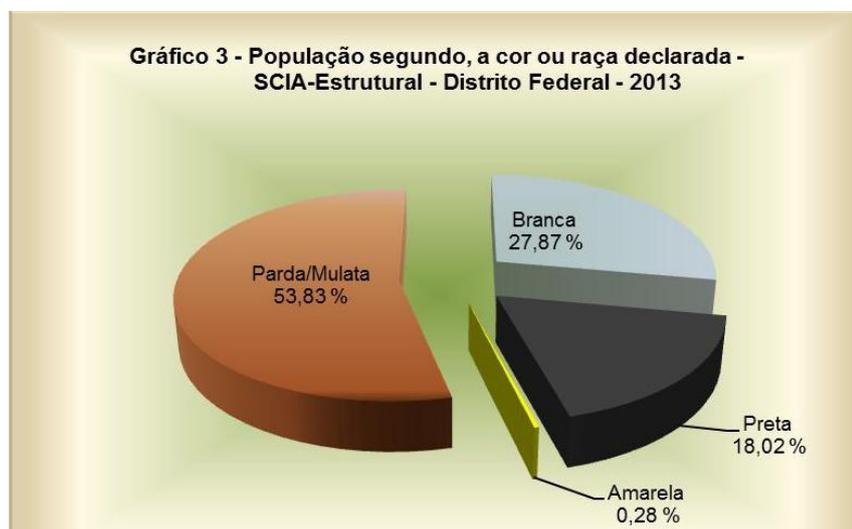
Tabela 1 – População, segundo os grupos de idade – SCIA-Estrutural – Distrito Federal – 2013

Grupos de Idade	Nº	%
0 a 4 anos	3.286	9,18
5 a 6 anos	1.633	4,56
7 a 9 anos	2.782	7,77
10 a 14 anos	4.515	12,61
15 a 18 anos	4.032	11,26
19 a 24 anos	3.649	10,19
25 a 39 anos	8.284	23,14
40 a 59 anos	6.672	18,64
60 a 64 anos	323	0,9
65 anos ou mais	625	1,75
Total	35.801	100

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural - PDAD 2013

Desta população, 53,83% declaram ter cor parda/mulata, 18,02% declaram ter cor preta, 27,87% cor branca e apenas 0,28% cor amarela.

Figura 3: População, segundo a cor ou raça declarada - SCIA-Estrutural - Distrito Federal – 2013



Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural - PDAD 2013

d. Instrução

Dos dados sociais, os mais preocupantes são aqueles relativos à instrução da população. O percentual de habitantes que não estudam chega a 62,95% da população. Esse é dado bastante preocupante, considerando que a população da região é predominantemente jovem, uma vez que 60,13% da população possui até 24 anos, como é possível depreender na tabela fornecida no item anterior (2.4.3. Características populacionais).

Dos 37,05% que estudam, 34,85% frequentam escola pública e 2,20% escola privada. Quanto ao nível de escolaridade, 2,59% da população com 15 ou mais anos de idade se declara analfabeta, e 5,80% com 15 ou mais anos de idade declaram saber apenas ler e escrever. A maior concentração populacional está no Nível Fundamental Incompleto, com 47,29% dos habitantes, e a segundo maior no nível Ensino Médio Completo, com 12,44% da população.

Nível de Escolaridade	Nº	%
Analfabeto (15 anos ou mais)	927	2,59
Sabe ler e escrever (15 anos ou mais)	2.076	5,8
Alfabetização de adultos	161	0,45
Maternal e creche	60	0,17
Jardim I e II/Pré-Escolar	544	1,52
EJA - Fundamental incompleto	222	0,62
EJA - Fundamental completo	20	0,06
EJA - Médio incompleto	302	0,84
EJA - Médio completo	101	0,28
Fundamental incompleto	16.934	47,29
Fundamental completo	1.512	4,22
Médio incompleto	3.709	10,36
Médio completo	4.455	12,44
Superior incompleto	927	2,59
Superior completo	181	0,51
Curso de especialização	-	-
Mestrado	-	-
Doutorado	-	-
Crianças de 6 a 14 anos não alfabetizadas	81	0,23
Não sabe	81	0,23

Menor de 6 anos fora da escola	3.508	9,8
Total	35.801	100
Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural - PDAD 2013		

Ainda no campo da instrução, a PDAD traz dados sobre a realização de atividades extracurriculares. Estas “desenvolvem a socialização, aumentam a autoestima e enriquecem a vida acadêmica e profissional das pessoas” (CODEPLAN, 2014, 36). Esse dado também demonstra uma característica de desvantagem sociocultural da população, uma vez que 99,32% da população declarou não frequentar nenhum tipo de atividade extracurricular. Daqueles que praticam atividades do gênero, 0,57% frequenta algum curso de idiomas (Inglês, Espanhol ou Francês) e apenas 0,11% declara estudar informática, o que em número absolutos representa apenas 40 pessoas, em um universo de 35.801 habitantes.

Tabela 3 – População, segundo frequência em atividade extracurricular - SCIA-Estrutural - Distrito Federal – 2013

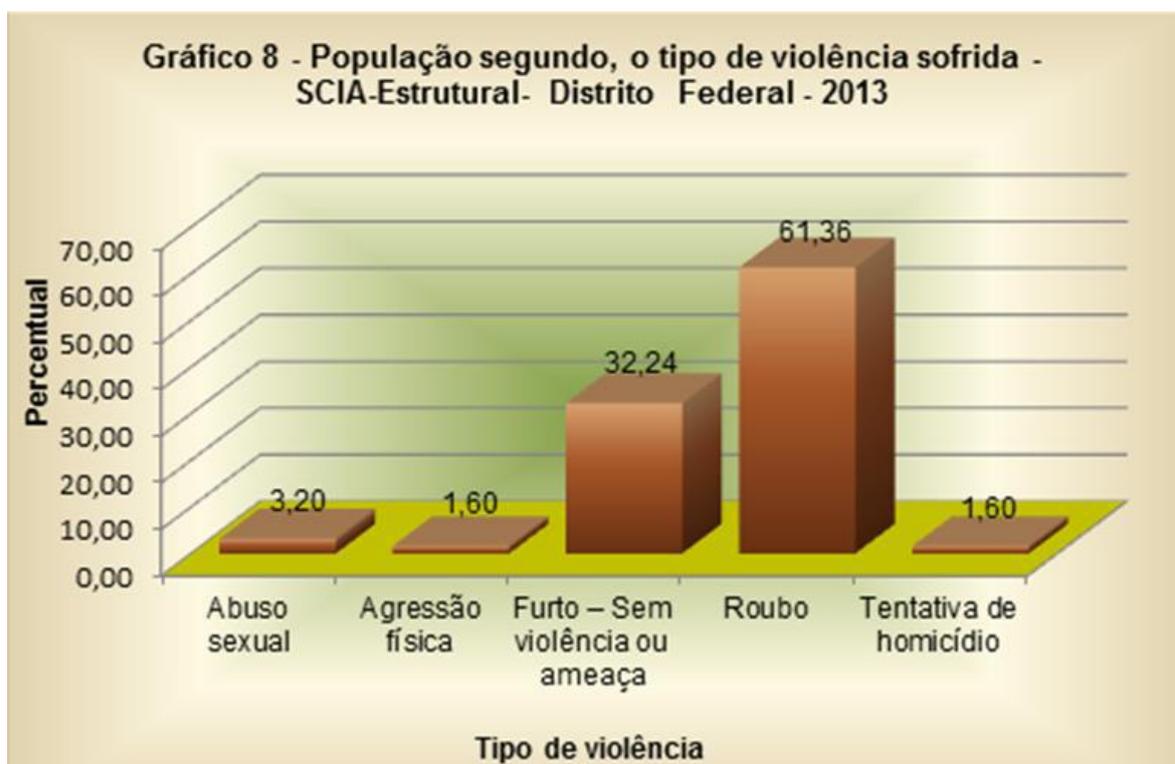
Atividades extracurriculares	Nº	%
Não faz	35.560	99,32
Alemão	-	-
Espanhol	20	0,06
Francês	60	0,17
Inglês	121	0,34
Japonês	-	-
Outras línguas	-	-
Informática	40	0,11
Não sabe	-	-
Total	35.801	100
Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural – PDAD 2013		

Quando comparado ao Distrito Federal, a partir dos dados da PDAD – DF – 2013, verifica-se que esta é uma realidade da UF. A pesquisa mostrou que 96,61% da população do DF não fazem nenhuma atividade extracurricular e dos que fazem, 2,26% declaram fazer curso de inglês. A Cidade Estrutural, porém, é a região administrativa que apresenta o menor índice de moradores que participam de atividades extracurriculares.

e. Segurança

No que tange às condições de segurança, 96,51% declaram que não sofreram, em 2012 (ano em que os dados foram coletados), qualquer tipo de violência, dentre aquelas verificadas na pesquisa. Entre as pessoas que sofreram algum tipo de violência, o mais frequente foi roubo, com 61,36%.

Figura 4: População, segundo o tipo de violência sofrida – SCIA-Estrutural – DF – 2013



Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural - PDAD 2013

f. Saúde

A grande maioria da população, 97,80% declara utilizar hospital público/Unidade de Pronto Atendimento, sendo que deste contingente 76,17% o fazem no Guará, 18,94% em Brasília/Plano Piloto e 2,8% em Taguatinga, ou seja, sempre utilizam esse tipo de serviço fora da própria RA.

g. Trabalho e renda

No que tange à ocupação dos moradores da Cidade Estrutural, entre a população acima de dez anos, 48,12% exercem atividades remuneradas, 26,33% são estudantes e 7,1% estão desempregados.

Tabela 4 – População, segundo a situação de atividade - SCIA-Estrutural - DF – 2013

Situação de Atividade	Nº	%	% Maiores de 10
			anos
Total	35.801	100	
Menor de 10 Anos	7.700	21,51	
Subtotal	28.101	78,49	100
Não têm atividade	988	2,76	3,52
Tem trabalho remunerado	13.526	37,79	48,12
Aposentado	645	1,8	2,3
Aposentado trabalhando	-	-	-
Pensionista	222	0,62	0,79
Do lar	3.326	9,29	11,84
Desempregado	1.996	5,57	7,1
Estudante	7.398	20,66	26,33
Trabalho voluntário	-	-	-

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural - PDAD 2013

Quanto ao tipo de atividade remunerada que é exercida pelos trabalhadores da região, verifica-se uma maior concentração em três das listadas na pesquisa: Serviços Gerais, com 38,32%, Comércio, com 21,31% e Construção Civil com 15,05% dos trabalhadores. Quando consideradas as atividades do Setor Terciário, soma-se um total de 83,46% dos trabalhadores da região.

Tabela 5 – População ocupada, segundo o setor de atividade remunerada - SCIA-Estrutural - DF – 2013

Setor de Atividade Remunerada	Nº	%
Agropecuária	-	-
Construção civil	2.036	15,05
Indústria	202	1,49
Comércio	2.883	21,31

Administração Pública Federal	121	0,89
Administração Pública Distrital	181	1,34
Transporte e armazenagem	806	5,96
Comunicação e informação	121	0,89
Educação	81	0,6
Saúde	101	0,75
Serviços domésticos	927	6,85
Serviços pessoais	524	3,87
Serviços creditícios e financeiros	101	0,75
Serviços imobiliários	20	0,15
Serviços de informática	181	1,34
Serviços de arte/cultura	60	0,44
Serviços esportivos ou recreativos	-	-
Serviços gerais	5.181	38,32
Não sabem	-	-
Total	13.526	100
Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural - PDAD 2013		

Os dados da PDAD-DF-2013, por sua vez, mostram que no Distrito Federal, 25,06% da população trabalha no comércio; 20,90% na Administração Pública (administração direta, empresas públicas e fundações) e 19,69% em serviços gerais.

Quanto aos dados referentes à posição do trabalhador na atividade remunerada, 44,12% afirmam trabalhar com carteira assinada, e 43,22% declaram trabalhar por conta própria, ou seja, são autônomos. Segundo a PDAD – DF 2013, dentre as RAs do Distrito Federal, a Estrutural é a que apresenta o maior número percentual de autônomos.

Já no que se refere ao local onde trabalham, 38,43% desses trabalhadores trabalham na própria RA, 15,95% trabalham em Brasília – Plano Piloto, 8,05% trabalham no Guará e 14,77% em outras Regiões Administrativas.

No concernente ao rendimento, verifica-se que a Renda Domiciliar Média Mensal, que corresponde a uma média do somatório de todas as rendas dos indivíduos que moram no mesmo domicílio por mês, foi estimada no valor de R\$ 1.465,15 (um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos), o que equivale a 2,16 salários mínimos. Já a Renda Per Capita Média Mensal, que corresponde ao somatório de todas as rendas do domicílio, dividido pelo número de pessoas que moram nesse domicílio, a estimativa é de R\$ 378,44

(trezentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), o que equivale a pouco mais de meio salário mínimo.

Tabela 6 - Renda Domiciliar Média Mensal e Per Capita Média Mensal - SCIA-Estrutural - DF - 2013

Renda Domiciliar Média Mensal		Renda Per Capita Média Mensal	
Valores Absolutos R\$	Valores em Salários Mínimos	Valores Absolutos R\$	Valores em Salários Mínimos
1.465,15	2,16	378,44	0,56

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural - PDAD 2013

Os dados da distribuição de renda familiar segundo as classes de renda, por sua vez, correspondem ao rendimento bruto mensal por domicílio, somando-se tanto salário quanto outras fontes de rendimento, como aposentadorias, pensões, aluguéis, entre outros, o que dá uma melhor noção de como a renda está distribuída entre as diversas classes de renda.

Conforme é possível observar na tabela abaixo, 41,97% dos domicílios compõem a faixa de renda de mais de 2 a 5 salários mínimos, e 40,14% encontra-se na faixa de renda de mais de 1 a 2 salários mínimos. O que equivale a dizer que 82,11% dos domicílios da Cidade Estrutural possuem um rendimento bruto mensal de mais de 1 até 5 salários mínimos. No entanto, uma parcela significativa de domicílios, 14,22% ainda se encontra na faixa de renda de até 1 salário mínimo, o que equivale a dizer que juntando todos os rendimentos de todos os indivíduos do domicílio no mês, não alcança o valor do salário mínimo. Em números absolutos, 1.250 domicílios encontram-se nessa situação na Cidade Estrutural.

Considerando a renda média mensal dos moradores, os 10% mais ricos absorvem 24,83% da renda e os 10% de menor poder aquisitivo detêm apenas 2,56%, o que equivale a um Coeficiente de Gini de 0,318. Tendo que quanto mais próximo a 0 (zero), mais igualitária seria a distribuição da renda, e levando em conta o rendimento médio dos domicílios na região, podemos afirmar que existe uma igualdade na desigualdade econômica vivida pelos moradores da Cidade Estrutural.

Figura 5: Distribuição dos domicílios ocupados, segundo as Classes de Renda Domiciliar – SCIA-Estrutural – Distrito Federal – 2013



Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural - PDAD 2013

Quando comparado aos dados do Distrito Federal como um todo, essa situação de desigualdade fica mais clara. A renda domiciliar média da população do Distrito Federal apurada pela PDAD – DF 2013 era da ordem de R\$ 5.015,04, o que equivale a 6,93 salários mínimos. Já a renda per capita foi apurada em R\$ 1.489,57, o equivalente a 2,20 salários mínimos. A renda média mensal da Estrutural foi a menor do todo o Distrito Federal, apurada pela PDAD – DF 2013.

h. Posse de bens, equipamentos e serviços

Para a análise de bens, equipamentos e serviços, foram retirados da PNAD- SCIA-Estrutural – 2013 apenas os dados referentes aqueles aparelhos que podem ser classificados enquanto Tecnologias de Informação e Comunicação, tendo em vista que são esses os dados que interessam à presente pesquisa.

Analisando o quadro abaixo, verifica-se que as TICs estão presentes nos domicílios da Cidade Estrutural - algumas em maior número, como é o caso do aparelho celular. O telefone

celular pré-pago está em 94% dos domicílios, já o telefone celular pós-pago esta apenas 2,22% dos domicílios da Cidade Estrutural. Desconsiderando-se a modalidade de serviço, chega-se a um total de 96,72% dos domicílios de posse de aparelhos celulares. No Distrito Federal, essa proporção é de 83,92% dos domicílios, sendo que a linha pós-paga é encontrada em 19,15% deles.

O microcomputador, por sua vez, está presente em 34% das residências da Cidade Estrutural, enquanto o notebook/netbook alcança 10,88%. No DF, 55,42% dos domicílios contam com microcomputador, e o notebook está presente em 43,65% das residências. Já o Tablet/Ipad está em 3,78% das residências da Cidade Estrutural. No DF, esse número também é menor em comparação a outros aparelhos, porém, já está em 14,04% dos domicílios.

Tabela 7 - Domicílios ocupados, segundo a condição de posse de bens - SCIA-Estrutural -Distrito Federal - 2013

Equipamento Doméstico	Não tem		Tem 1		Tem 2		Tem 3 ou mais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aparelho de som	4.536	50	4.475	49,33	60	0,67	--	--	9.071	100,00
Aparelho de DVD	3.104	34,23	5.846	64,44	101	1,11	20	0,22	9.071	100,00
Filmadora	8.970	98,89	81	0,89	20	0,22	--	--	9.071	100,00
Ipod e similares	9.071	100	--	--	--	--	--	--	9.071	100,00
Máquina fotográfica digital	7.317	80,67	1.714	18,89	40	0,44	--	--	9.071	100,00
Microcomputador	5.987	66	3.084	34	--	--	--	--	9.071	100,00
Notebook/Netbook	8.084	89,12	947	10,44	40	0,44	--	--	9.071	100,00
Rádio	6.289	69,33	2.782	30,67	--	--	--	--	9.071	100,00
Roteador	8.728	96,22	343	3,78	--	--	--	--	9.071	100,00
Tablet/Ipad	8.728	96,22	343	3,78	--	--	--	--	9.071	100,00
Telefone fixo	6.229	68,67	2.802	30,89	40	0,44	--	--	9.071	100,00
Telefone celular pré-pago	544	6	1.814	20	3770	41,56	2.943	32,44	9.071	100,00
Telefone celular pós-pago	8.869	97,78	101	1,11	81	0,89	20	0,22	9.071	100,00
Televisão	383	4,22	5.744	63,33	2621	28,89	323	3,56	9.071	100,00

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural - PDAD 2013

Quanto aos serviços, destacamos a presença da Internet banda larga em 29,33% dos domicílios da Cidade Estrutural, e da Internet discada em 2,89% deles. Em todo o DF, a Internet banda larga está em 61,57% dos domicílios, enquanto a Internet discada só está em 4,96%.

Tabela 8 - Domicílios ocupados, segundo o tipo de serviço de comunicação utilizado - SCIA-Estrutural –DF – 2013

Tipos de Serviços	Não tem		Tem 1		Tem 2		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Internet discada	8.809	97,11	262	2,89	--	--	9.071	100,00
Internet banda larga	6.410	70,67	2.661	29,33	--	--	9.071	100,00
TV por assinatura	7.862	86,67	1.209	13,33	--	--	9.071	100,00
Assinatura de jornais	9.051	99,78	20	0,22	--	--	9.071	100,00
Assinatura de revistas	9.071	100	--	--	--	--	9.071	100,00

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural - PDAD 2013

i. Observações gerais

Entende-se que não é possível afirmar com tanta veemência sobre a real situação de vulnerabilidade social de uma comunidade sem ter acesso a uma série de dados mais completos, que não fizeram parte do escopo da PDAD, tais como quantidade de escolas públicas na região, postos de saúde, disponibilidade de transporte público; assim como de outros dados que não estão presentes em pesquisas de índices estatísticos gerais, tais como qualidade dos serviços públicos, facilidade de acesso ao transporte público, qualidade das políticas habitacionais, dentre outros.

No entanto, a partir dos dados selecionados e abordados nessa seção, foi possível observar que a Cidade Estrutural possui alguns sérios problemas socioeconômicos, que contribuem para uma situação de vulnerabilidade social de sua população, principalmente quando se compara os índices com o Distrito Federal como todo ou com outras Regiões Administrativas.

O próprio surgimento da cidade é marcado por um contexto de desigualdades sociais e econômicas muito fortes, com pessoas que começam a ocupar a área próxima ao Lixão da cidade, pois é dali que tiravam seu sustento. E os conflitos entre Governo e os moradores se acirra, com as inúmeras tentativas de remoção que não lograram êxito, e hoje, apesar da cidade contar com serviços saneamento básico em quase totalidade da região e com alguns serviços públicos de atendimento ao cidadão, continuam a enfrentar problemas fundiários para a legalização do terreno.

Em relação à saúde, a maioria absoluta dos habitantes precisam se deslocar da RA para ter acesso ao serviço de saúde pública em cidades vizinhas. No que tange ao trabalho, observa-se uma concentração em atividades que não exigem elevado nível de escolaridade: Serviços Gerais, Comércio e Construção Civil.

O que nos leva ao mais alarmante: uma população composta em sua maioria por jovens, onde 62,95% das pessoas não estudam, 47% possuem Nível Fundamental incompleto e menos de 1% da população realiza atividades extracurriculares. Por outro lado, os dados referentes à posse de TICs, mostram que, apesar de ainda estar abaixo da média do DF, em alguns itens (como posse de notebook), a posse ao aparelho celular, por exemplo, ultrapassa a média do DF. Em se tratando de uma análise sobre uso de TICs para inclusão digital, em que as tecnologias podem ser utilizadas não apenas para comunicação, obtenção de conhecimento e informação, mas também para geração de conteúdos, é importante questionar qual o nível de acesso da população ao conhecimento, a políticas de educação e de incentivo educacional, a políticas culturais, entre outras, para que essa população não se limite ao mero acesso essas tecnologias às tecnologias.

E por fim, os dados socioeconômicos revelam uma desigualdade de renda muito elevada entre a Cidade Estrutural e as demais Regiões Administrativas do Distrito Federal, sendo que a renda domiciliar média mensal da Estrutural é a menor de todo o DF. O índice de Gini da RA demonstra um contexto mais próximo da igualdade de distribuição de renda, porém, dado os índices de toda a cidade, concluiu-se se a desigualdade econômica é igualmente distribuída na Cidade Estrutural.

3.7. Atuação do CDI na Cidade Estrutural

É frente a esse contexto de desigualdade socioeconômica que a parceria com o CDI chega à Cidade Estrutural, com o intuito de realizar um trabalho de inclusão social através da inclusão digital.

Essa seção traz a descrição do trabalho das entidades com as quais foi feita a pesquisa de campo, informações sobre suas parcerias com o CDI, dados das entrevistas realizadas com coordenadoras, professoras, ex-professoras e ex-alunos que tiveram contato ou participaram diretamente da parceria entre o CDI e suas respectivas entidades.

As duas entidades selecionadas para realização da pesquisa são de ONGs que atendem crianças e adolescentes, de 9 a 15 anos de idade, que se encontram em situação de

vulnerabilidade social, direcionados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e/ou pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

É interessante ressaltar que ambas já foram uma única associação. Parte dos membros fundadores do Coletivo da Cidade fez parte da equipe da Associação Viver, porém, por divergências ideológicas, as equipes resolveram se separar e seguir projetos distintos. No entanto, ambas são, atualmente, referência na cidade devido ao trabalho social, cultural e educativo que realizam.

Outra observação importante diz respeito à dificuldade encontrada para conseguir realizar as entrevistas no Coletivo da Cidade. A parceria com o CDI não durou muito tempo nessa entidade, e nenhum dos ex-alunos ainda estudava na instituição quando a pesquisa foi iniciada, de forma que a única pessoa que ainda atua na entidade e que tinha conhecimento e informações sobre a parceria com o CDI era uma das Coordenadoras Pedagógicas, a quem resolvemos entrevistar. Enfrentamos alguns contratempos para a realização da entrevista, devido a uma série de atividades que estavam ocorrendo na instituição, sob responsabilidade imediata da Coordenadora Pedagógica, quando da época da pesquisa de campo. Dessa forma, foi acordado substituir a entrevista por um questionário, que foi enviado por correio eletrônico, porém nunca foi entregue respondido.

3.7.1. Associação Viver

De acordo com informações constantes do site da instituição²⁸, posteriormente validadas pela Coordenadora Pedagógica e professores da Instituição, a concepção e primeiras ações da Associação Viver surgiram a partir da ação de membros da Igreja Presbiteriana do Brasil no Cruzeiro (DF) em 1993. Contudo, foi somente em 1997 que a Associação Viver foi oficialmente registrada como entidade filantrópica. Seus trabalhos de prestação de serviços à comunidade se iniciaram em 2001, e continuam desde então.

A Associação presta serviços à comunidade através da realização de atividades educativas, esportivas e recreativas com crianças e adolescentes da comunidade da Cidade Estrutural, em contraturno ao período da escola, visando promover o protagonismo e o desenvolvimento socioeducacional dessas crianças e adolescentes. Hoje a Viver atende a mais de 300 crianças e adolescentes, na faixa etária de 9 a 15 anos, encaminhadas à entidade pelo

²⁸ <http://www.viver.org.br/>

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e/ou pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Por realizar atividades de assistência social a crianças e adolescentes da comunidade local, por meio de um convênio com a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Humano do DF (SEDHS) – antiga Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) – contando com a supervisão do CRAS, a entidade têm suas atividades pedagógicas pautadas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais²⁹. Estas estão contidas na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social e publicada pela Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Essa Resolução descreve os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

O serviço prestado pela Associação Viver enquadra-se no primeiro nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)³⁰, caracterizando-se como um Serviço de Proteção Social Básica, na categoria Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Especificamente para a faixa etária atendida na Associação, a descrição Resolução estabelece a seguinte tipificação:

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS: Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social (BRASIL, 2009, p. 10).

29

Disponível

em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem/arquivos/tipificacao-nacional.pdf/download>

³⁰ Os três níveis de complexidade são: 1º Serviços de Proteção Social Básica (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PIAF)/ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/ Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas); 2º Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)/ Serviço Especializado em Abordagem Social/ Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)/ Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias/ Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua); e 3º Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Serviço de Acolhimento Institucional [modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva]; Serviço de Acolhimento em República/ Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora/ Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências).

Os professores da entidade afirmaram que as atividades pedagógicas da Associação seguem um planejamento realizado coletivamente entre professores e coordenação pedagógica, pautado nos princípios do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, buscando desenvolvimento e cidadania da criança/adolescente, utilizando como base conceitos de Participação, Direito de Ser e Pertença.

As principais atividades realizadas na entidade são: práticas desportivas, reforço escolar, aulas de informática e oficinas de educação artística e social.

No que tange à parceria com o CDI-DF, o presente trabalho de pesquisa buscou conhecer suas principais características. As informações a seguir foram obtidas por meio de visitas à instituição e realização de entrevistas não estruturadas com coordenadores, professoras e alunos.

a) Projeto de inclusão digital: parceria com CDI-DF

Em relação ao programa de inclusão digital da escola, a coordenação pedagógica afirma que todos os trabalhos da instituição já preveem a discussão de pontos relativos à cidadania e à vida em sociedade, de forma que a metodologia CDI pôde ser facilmente incorporada à metodologia da Associação, além de ter influenciado na elaboração de projeto na área de informática, posteriores à parceria com o CDI.

No que tange ao tempo que durou parceria entre o CDI-DF e a Associação Viver, a atual Coordenadora Pedagógica, que está no cargo há pouco mais de quatro meses, não soube informar com precisão, pois além de estar na coordenação há pouco tempo, a entidade sofreu uma perda de arquivos administrativos, comprometendo o fornecimento de algumas informações. Inicialmente a atual Coordenadora Pedagógica afirmou que acreditava que a parceria havia durado de 2010 a 2012. No entanto, de acordo com informação dada pela atual professora de informática na Associação, em 2006, ano em que ela começou a trabalhar na entidade pela primeira vez, já existia parceria entre o CDI-DF e a Viver. A ex-professora, última a trabalhar com a metodologia CDI na entidade, por sua vez, trabalhou no ano de 2012. Sendo assim, conforme informações passadas pelas professoras, podemos afirmar que a parceria entre CDI-DF e Associação Viver durou, no mínimo, de 2006 a 2012, com duração, portanto, de sete anos.

b) Projetos elaborados e atividades desenvolvidas³¹

Pesquisando-se informações no site da instituição é possível verificar que os objetivos do programa de inclusão digital na Associação Viver consistem em:

- a) Atender jovens da Cidade Estrutural para o conhecimento básico da informática;
- b) Oferecer aos jovens uma melhor formação para o mercado de trabalho;
- c) Incluir no programa de ensino noções de cidadania.

Ao analisar os projetos elaborados pela entidade referentes ao ano de 2012, último ano da vigência da parceria entre a Associação Viver e o CDI-DF, verificamos que todos esses objetivos são de fato observados quando da elaboração dos projetos, uma vez que tais projetos preveem, essencialmente, a realização de cursos básicos de informática, fazem um forte apelo para a questão da capacitação para o mercado de trabalho, e trazem algumas noções de cidadania.

Foi analisado o Projeto de Trabalho, Informática e Cidadania (doravante PTIC) de autoria da ex-professora³² de informática da instituição. O projeto englobava determinados subprojetos, alguns de autoria da coordenação pedagógica da Associação (É Preciso Sabe Viver – Projeto Valores; Luiz Gonzaga e o Nordeste – Projeto Luiz Gonzaga; e projeto Sustentabilidade) e outros de autoria do CDI (projeto “Identifique-se: quem é você?”, e outro sobre o E-Lixo). O PTIC foi elaborado para realização entre os meses Fevereiro de Dezembro de 2012, com 15 turmas, de alunos na faixa etária de 6 a 13 anos, totalizando 258 crianças. Previa três módulos de curso: o primeiro de Iniciação/Infantil (Informática Iniciação), com a carga horária de 40 horas; o segundo de Operador de Micro (Informática Básica), também com carga horária de 40 horas, destinado a pré-adolescentes, o terceiro também de Operador de Micro (Informática Básica), mas com o dobro da carga horária – 80 horas.

Um dos primeiros aspectos que chamaram atenção nesse projeto foi a justificativa apresentada para sua realização. Nesse espaço a ex-professora fez menção aos comportamentos apresentados pelos alunos e por ela observados em outras aulas. Um aspecto que aparece com maior frequência diz respeito à constante prática de *bullying* entre os alunos de todas as faixas etárias. Em relação aos adolescentes, as observações que chamam a atenção são: falta de esclarecimento de direitos e deveres, falta de perspectiva de futuro, pouco

³¹ A reprodução desses materiais na íntegra não foi autorizada pela Coordenação Pedagógica da Associação, de forma que será apenas abordado seu conteúdo.

³² Optou-se por não identificar nenhuma das pessoas entrevistadas.

interesse em programas informativos de rádio e TV, falta de hábitos de leitura, acesso ao Youtube por conteúdos de violência e preferência pelo acesso a redes sociais. Chama a atenção, primeiramente, porque todas as informações apresentadas mostram um pouco do perfil de acesso à informação que esses alunos apresentam. Em geral são alunos com dificuldades de aprendizado, com pouco hábito de leitura, e que veem na tecnologia uma forma de comunicação informal e acesso a conteúdos de entretenimento, não como uma ferramenta de transformação. Em segundo lugar, porque aponta que os direitos dos cidadãos configuram-se como um dos assuntos que é discutido em sala de aula, cabendo reforçar esse debate, uma vez que os alunos demonstram falta de esclarecimento a respeito.

Outro ponto que chama atenção, diz respeito à relação de atividades previstas no PTIC concernente à questão da **cidadania**, quais sejam: Mercado de Trabalho/ Currículo Profissional/ Entrevista de Emprego/ Ética Social e Profissional/ Consumismo e Desperdício/ Meio ambiente/ Alfabetização/ Trabalho em Equipe/ Direitos e Deveres/ Solidariedade/ Comportamento/ Saúde e Higiene/ Minha Comunidade/ Empreendedorismo/ Lixo Eletrônico/ Sustentabilidade.

Observa-se, portanto, uma forte assimilação entre cidadania e temas referentes ao mercado de trabalho, ou temas voltados à vida em sociedade. No entanto, no desmembramento dessas atividades na proposta de cronograma de atividades detalhadas, verificamos que foram previstos debates interessantes referentes à percepção dos alunos sobre a comunidade deles e o que é possível fazer para melhorá-la, assim como reflexões sobre o estudo de informática e a questão do acesso a esse tipo de tecnologia, além de temas relacionados ao mercado de trabalho como se depreende da lista a seguir, retirada do cronograma de atividades e temas previsto no projeto em questão, e dividida pelas principais categorias³³ que pudemos identificar:

- a) **Atividades/temas relacionados à Cidade Estrutural:** Quantas pessoas têm acesso ao computador e internet na comunidade? Bate papo sobre Cidade Estrutural (O que tem de bom e de ruim) / Roda de Conversa sobre Locais da Cidade Estrutural que eles já foram com os pais ou responsáveis (público infantil)/ Cartografia Estrutural (Google Maps – Lixão/Viver/ Vila Olímpica/Casa)/ Nossas Escolas na Cidade Estrutural (infantil)/ Valorização da Cidade Estrutural / Fotos da Cidade Estrutural/ Como é

³³ Classificação nossa, essa divisão não aparece no cronograma de atividades. Alguns temas se repetirão, por fazerem referência a mais de uma categoria.

minha cidade? / Como Posso Melhorar Minha Cidade?/ Como Posso Melhorar Minha Cidade, Minha Escola, Minha Associação Viver?

- b) **Atividades/temas voltados reflexão sobre o papel da informática/TICs:** Por que fazer o curso de informática?/ Todas as profissões exigem conhecimento de informática? Quantas pessoas têm acesso ao computador e internet na comunidade? / Perigos da Internet
- c) **Atividades/temas relacionados ao mercado de trabalho:** Todas as profissões exigem conhecimento de informática?/ Que Expectativas Você tem sobre o Mercado de Trabalho?/ Que Trabalho Você Procura? / Que Expectativas Você Tem Sobre o Mercado de Trabalho?/ Que Profissões o Mercado Oferece Para Jovens? / CIEE (Programa Aprendiz Legal: Estágios e Seleção)/ Bate Papo Sobre Mercado de Trabalho.
- d) **Demais temas relevantes relacionados à cidadania:** Solidariedade/ Evitar Racismo, Preconceito, Bullying, apelidos / Quem sou? / Meu valor/ Cuidar do Meio Ambiente / Multiplicadores de Cidadania / Blogspot do Centro Ensino Fundamental que ele frequentam/ Como funciona uma escola?/ Direitos e Deveres do Cidadão/ Cursos Que Tenha Vontade de Fazer/ Que Faculdade Pretende Fazer?

Verifica-se, portanto, nas atividades propostas a partir desse projeto de curso elaborado a partir da parceria Associação Viver – CDI, uma riqueza de temas e discussões previstas para as atividades de informática da Associação, aproximando-se de uma postura de ensino/aprendizado mais crítico e voltado a uma conscientização cidadã, sobre aspectos da comunidade local que dizem respeito aos alunos diretamente.

Vale, contudo, verificar se essas atividades foram realizadas, e como foi a percepção dos atores envolvidos nessas atividades, para aferir se os objetivos foram de fato alcançados.

c) Percepção das professoras

Conseguimos entrar em contato com duas professoras que trabalharam com a metodologia do CDI em suas aulas de informática. Para uma delas, aqui chamada de R2 (Respondente 2), enviamos um questionário, pois ela já não trabalha na instituição desde o final de 2012. A outra professora – aqui denominada R3 – trabalha na instituição atualmente, o que possibilitou a realização da entrevista.

Trazemos aqui os principais pontos abordados na entrevista/ no questionário³⁴:

A) METODOLOGIA CDI

Na fala da ex-professora (R2) da Associação, percebemos que a metodologia do CDI coincidia com o que já era proposto na Associação, em trabalhar temas referentes à cidadania em sala de aula, procurando promover a reflexão entre os alunos, de forma que a metodologia CDI vinha complementar suas aulas. Ela ressalta o caráter da educação popular em formar agentes de transformação social presente na metodologia do CDI:

R2: A metodologia utilizada pelo CDI é inspirada nos ensinamentos do Paulo Freire, e eu particularmente, sou apaixonada por ela. Acompanhei em toda minha caminhada em projetos sociais a formação de agentes de transformação com anseios de melhorar suas comunidades em aulas de informática e cidadania. [...] Na Associação Viver, já existia um conteúdo programático de informática e também projetos de cidadania. A metodologia do CDI nas minhas aulas serviram para melhorar o trabalho em equipe e de produção coletiva na instituição como um todo (não somente comigo e educandos, mas comigo e educadores e gestão). Especificamente, as aulas de informática e cidadania no laboratório aconteceram de forma onde: “Sugeri, propus e produzi” com os educandos gravações de podcast para rádio educativa, pesquisas na internet sobre a Cidade Estrutural e edições de vídeo para campanhas educativas temáticas.

Já a atual professora de informática afirma que sempre existiu entre seus alunos, certa resistência para se discutir cidadania em sala de aula. Durante os anos de 2006 a 2009 ela trabalhou nesta Associação por meio da parceria entre a ONG Serviço Social da Indústria da Construção Civil (SECONCI), o CDI e a Associação Viver. Afirmou que pela parceria estabelecida com o SECONCI, a Viver atendia também pessoas da comunidade, atendendo muitos adultos. No entanto, esses adultos não se interessavam em discutir cidadania em sala de aula, pois procuravam o curso em busca de profissionalização. Apesar de não existir mais parceria com o CDI atualmente, afirma sempre procurar inserir temas referentes à cidadania em suas aulas, principalmente dentro da proposta da própria Associação.

B) MUDANÇA NA VIDA DOS ALUNOS

No que concerne à percepção de ambas sobre as principais mudanças na vida dos alunos com o acesso e uso das TICs, ambas deram ênfase ao fato dos alunos estarem melhor preparados para o mercado de trabalho a partir do aprimoramento no uso destas tecnologias.

³⁴ Material em anexo para consulta.

R2 ainda chega a mencionar que com o aprimoramento no uso das tecnologias em questão, muitos começaram a refletir em como utilizar as TICs para mudar suas vidas e suas respectivas comunidades. Porém, a referência à procura de estágio e boa colocação no mercado de trabalho é mais frequente.

C) INCLUSÃO DIGITAL

Em relação à inclusão digital, ambas focam na questão do acesso às TICs.

D) INCLUSÃO SOCIAL

No que se refere à inclusão social, a atual professora novamente apresenta uma forte referência à capacitação dos alunos para o mercado de trabalho.

Já a ex-professora faz referência à geração de oportunidades de acesso, inclusive acesso a direitos, como é possível verificar no trecho abaixo:

Na sua opinião, existe relação entre inclusão digital e inclusão social? Por quê?

R2: Sim. Quem não tem acesso a tecnologias da informação, acesso a internet e profissionalização em cursos de informática, não tem as mesmas oportunidades das mesmas pessoas que têm computadores, banda larga e entrada em mercado de trabalho por ter mais cursos. Implantar e oportunizar acesso a computadores em escolas, associações e comunidades é uma forma de inclusão social.

d) Percepção dos ex-alunos

a. Ex-aluno da Viver e ex-monitor de informática no Coletivo da Cidade

Em entrevista realizada com ex-aluno da Associação Viver, que posteriormente se tornou monitor de informática no Coletivo da Cidade, percebemos que o foco dado no curso à época em que ele era aluno era no curso de informática básico. Ele se recorda de pouca coisa que não seja referente aos conteúdos técnicos aprendidos. Afirma que foi na Viver que, não apenas teve o primeiro contato com computadores, mas também aprendeu a ler. Segundo ele, no início teve muita dificuldade com os conceitos relacionados à informática, com termos como “*mouse*”, “navegar” na Internet, etc. Contudo, diz que tal dificuldade foi ultrapassada e ele passou a se interessar cada vez mais pelo tema.

Porém, afirma que sua experiência enquanto monitor de informática se deve mais ao fato de ter feito um curso técnico no SENAI, voltado à área administrativa. Portanto, pouco

recorda da metodologia do CDI e tal metodologia não teve muito impacto nas atividades que ele mesmo desenvolvia em sala de aula.

E1: [...] quando você foi monitor de informática, qual era sua metodologia para ensinar as coisas? Você trouxe alguma coisa da metodologia do CDI ou você criou uma metodologia própria? Você trouxe alguma coisa que você aprendeu lá na Viver, que você trouxe da metodologia deles? Como foi esse processo?

R5: No caso eu já, eu tinha trazido algumas coisas, mas também eu já sabia. Porque também eu navegava muito sozinho, na internet. Eu tentava descobrir as coisas sozinho. Também naquela época eu comecei a fazer o SENAI, que é lá em Taguatinga Norte. Aí através de lá, como eu fazia curso técnico em Administração, aí no caso com isso aí eu pude estar passando, sabendo o que passar exatamente, para os alunos. Como, ensinar para ele como aquilo era importante futuramente, no caso. Como o trabalho de informática está sendo muito importante. E algumas coisas que eu trouxe mesmo, do CDI, foi mais tipo como conhecer uns aos outros, porque era nisso que o Coletivo praticamente focava mais. Porque nesse tempo gerava muita, muita briga. Aí com isso, a gente conseguia juntar os meninos.

Quando faz referência às atividades desenvolvida na Associação Viver de que mais se recorda, concentra-se na questão da ênfase que davam à qualificação para o mercado de trabalho, a atividades relacionadas ao primeiro emprego, e similares.

b. Alunos que estudaram pela metodologia do CDI e ainda estudam na Viver

Entrevistamos seis alunos da Associação, com idades entre 11 e 14 anos, que tiveram contato com a metodologia CDI em 2012.

O que se percebe, de forma geral a partir das falas desses alunos, é que eles assimilaram muito pouco do que foi passado à época. Em sua totalidade, eles lembram parcialmente de alguns temas, mas poucos recordam dos conteúdos e grande parte das atividades desenvolvidas. A atividade da qual mais se recordam se refere ao projeto E-Lixo. Neste projeto, eles identificaram o lixão no Google Maps, visitaram o lixão, tiraram fotos e montaram um gibi falando sobre a importância da reciclagem do lixo eletrônico e fizeram pesquisas para descobrir as principais doenças que o lixo eletrônico pode gerar.

Antes das atividades na Associação Viver, apenas um dos adolescentes possuía computador em casa. Atualmente todos possuem computador em casa e um celular pessoal. Todos afirmam gostar mais de utilizar o celular para se comunicar e para acessar a internet.

Alguns afirmam utilizar a internet para se informar (notícias sobre esportes, em grande parte dos casos), para jogar e se comunicar. Afirmam possuir maior domínio sobre a TICs do que seus respectivos pais. Dos conteúdos relacionados a programas e *softwares* (Word, Excel, Power Point, etc.), a maioria afirma não utilizá-los atualmente.

Quanto à abordagem da cidadania nas aulas, afirmam lembrar apenas de ter sido abordada a questão dos direitos das crianças, com a discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Quando questionados sobre a importância das TICs, muitos afirmam ser importante para se comunicar.

De forma geral, percebemos que os alunos não recordam de grande parte dos temas e conteúdos transmitidos, sendo que aqueles dos quais mais se recordam foram os mais lúdicos e que mais possibilitaram o desenvolvimento de atividades práticas que englobavam uma série de tecnologias de forma conjunta (câmera fotográfica e filmadora, vídeos, editor de imagens, internet, etc.).

e) Considerações

O que depreendemos dessas experiências, portanto, é que houve de fato um trabalho por parte de professores, coordenadores e representantes do CDI no desenvolvimento de projetos que promovessem uma inclusão digital na qual os indivíduos possam pensar de forma crítica e agir enquanto indivíduos sujeitos de sua história, que se reconhecem enquanto membros de uma comunidade e refletem sobre essa comunidade, tendo na TIC uma ferramenta para isso. Atribuímos esse caráter crítico à metodologia pedagógica adotada, com base na educação popular *freireana*.

Contudo, observa-se um caráter contraditório nos projetos desenvolvidos e difundidos pelas parcerias do CDI e esse caráter está diretamente relacionado a duas grandes questões que contrastam com a característica supracitada: a valorização de uma visão de cidadania “empreendedora”, com forte apelo para a promoção de cursos básicos de informática que teoricamente preparariam os indivíduos para entrada no mercado de trabalho, e a preferência da entidade pelo *software* proprietário.

O grande enfoque dado à qualificação para o mercado de trabalho, através de cursinhos básicos de informática, e valorização de uma postura empreendedora vinculada à cidadania, acaba obscurecendo o caráter emancipador da pedagogia *freireana*. Esta última é baseada na adaptação dos métodos pedagógicos à realidade e à vivência do educando, partindo do entendimento de que o processo de aprendizagem deve ser democrático e participativo. Nele, abandona-se a ideia do professor como o centro de “luz” (conhecimento) e o aluno como aquele desprovido dessa “luz” e que unicamente absorve o conhecimento transmitido pelo professor. Parte-se de um prisma onde todos são sujeitos no processo de aprendizagem, uma vez que o conhecimento é construído por educador e educando

simultaneamente, e a partir desse conhecimento os indivíduos tornam-se capazes de interferir na sua própria realidade de forma mais consciente, o que contribui para sua emancipação.

Ao adotar uma postura que valoriza a entrada no mercado de trabalho e o empreendedorismo de alguns indivíduos, limita-se o universo de possibilidades que os educandos podem ter através do uso das TICs, de forma que a utilização das TICs para outros fins que não sejam mercadológicos ou “empreendedores” não são elencados no rol dos “casos de sucesso” da entidade. Esses ideais atrelados às práticas do CDI limitam, portanto, os indivíduos a um número restrito de possibilidades no uso das TICs e perpetua uma postura de cidadão “cliente”, que consome tecnologias e faz usufruto delas em prol do mercado e do consumo, minimizando a importância de outras práticas cujo fim não seja econômico.

Contudo, compreende-se que dentro do contexto dos indivíduos aqui pesquisados, marcado pela baixa escolaridade, o acesso reduzido a serviços públicos de qualidade e elevada disparidade de renda, o acesso ao mercado de trabalho pode consistir em uma porta inicial de acesso a outros direitos sociais. Essa é uma questão, portanto, que exige pesquisa mais aprofundada sobre a centralidade do trabalho para o usufruto de direitos, o que não será possível realizar no presente trabalho.

No entanto, outra questão que evidencia a contradição da ação do CDI, consiste na preferência da entidade pelo *software* proprietário. Como já foi afirmado, essa opção não se trata apenas de uma preferência técnica ou ideológica, mas traz consigo uma opção política. Sendo a tecnologia também um espaço de disputa de poder entre grupos sociais de interesses distintos, e soluções técnicas diferenciadas para a resolução do problema da desigualdade, a opção pelo *software* proprietário traz consigo uma opção por um modelo de desenvolvimento onde se tem produtores de conhecimento e inovações tecnológicas de um lado, e consumidores de tecnologias de outro, sendo que nem sempre essas tecnologias são ideais para o contexto em que estão inseridas, não respondendo inteiramente às necessidades locais de resoluções técnicas.

Dessa forma, pensar de se basear num método pedagógico que visa à emancipação e autonomia dos indivíduos no processo de aprendizagem, o CDI assume posturas ideológicas e opções técnicas que se distanciam de uma postura que preze pela emancipação e autonomia dos indivíduos.

f) Quadro analítico e análise geral

Com base nas análises dos dados, das entrevistas e visitas realizadas, elaboramos um quadro analítico procurando pontuar, dentre elementos considerados importantes para uma inclusão digital efetiva, qual a situação e principais barreiras encontradas em cada esfera analítica para que esse objetivo fosse alcançado.

Figura 6: Quadro analítico

CATEGORIAS ANALÍTICAS	Elementos-chave para inclusão digital	BARREIRAS
<i>POLÍTICA</i>	Estrutura legal/vontade política (Brasil): Políticas Federais de incentivo à inclusão digital (Programa de Inclusão Digital; PNBL; Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil; Programa de Estações Digitais da FBB; Projeto Casa Brasil; Programa GESAC; incentivo à metarreciclagem, etc.)	POLÍTICAS Falta de incentivo do GDF (governo local). Falta de maiores parcerias do Governo Federal com entidades locais.
	Estrutura legal/vontade política (GDF): último programa governamental de incentivo foi em 2007, e suas ações pararam em 2009. Últimas gestões não priorizaram a área.	
<i>ECONÔMICA</i>	Ambiente macroeconômico e Preço: Políticas do âmbito federal de incentivos fiscais para redução da incidência de impostos sobre equipamentos de TIC possibilitaram a redução dos preços. Aumento do poder aquisitivo da população com políticas de transferência de renda e aumento real do salário mínimo também contribuíram para que os preços se tornassem mais acessíveis.	ECONÔMICAS Disparidade de renda, dificultando aquisição de equipamentos e igual acesso a serviços de Internet.
	Ambiente econômico local: Disparidade de renda entre DF e a Cidade Estrutural é grande. Renda domiciliar média da Cidade Estrutural é a menor de todo o DF. Alguns equipamentos e serviços continuam de baixa acessibilidade para população da Cidade Estrutural, em comparação às demais cidades do DF (ex. Acesso a Banda Larga na Cidade Estrutural não chega nem a 30%, enquanto no DF como um todo chega a 61,57%)	
<i>INFRAESTRUTURAL</i>	Acesso: O aparelho ao qual a população tem mais acesso é o telefone celular (94% da população). Apenas um terço da população possui acesso a microcomputadores e apenas 10% possui notebooks. Posse de <i>tablets/Ipads</i> é de apenas 3,78%.	FÍSICAS Falta de interesse em investimento em infraestrutura de comunicação na cidade.
	Adequação: Velocidade do link baixa, serviço instável.	
	Acesso/Adequação: Nem todas as operadoras têm cobertura na Cidade Estrutural, pois quanto mais longe do centro e mais pobre, menor o interesse do setor em investir na expansão dos serviços. Operadora mais utilizada na Estrutural é a OI, pois é das poucas que oferecem serviço de banda larga na região.	
<i>SOCIOCULTURAL</i>	Capacidade: O acesso e a utilização das TICs teve um crescimento na cidade, porém os indivíduos ainda utilizam muito pouco do potencial das tecnologias. Grande parte utiliza computadores, celulares e Internet para comunicação básica e/ou entretenimento. Além disso, a preferência dada nos projetos do CDI ao <i>software</i> proprietário contribui para que os indivíduos em questão enfrentem limites ainda maiores para a utilização das tecnologias em todo seu potencial.	PSICOLÓGICAS Diferenças geracionais no uso das tecnologias. A utilização e o domínio no uso de tecnologias entre os mais velhos é

<p>Confiança: A população mais jovem apresenta maior segurança e familiaridade no uso das TICs na cidade, quando comparado a membros mais velhos de suas respectivas famílias.</p>	<p>baixa em comparação aos jovens.</p>
<p>Conteúdo relevante: Em relação ao conteúdo acessado pelos indivíduos pesquisados, uma pequena parcela utiliza as TICs para estudo, alguns utilizam para acessar notícias e grande parte utiliza para entretenimento e comunicação (redes sociais, vídeos, jogos). Quanto ao conteúdo passado no curso de informática, procura-se trabalhar sempre com temas relacionados à realidade dos alunos e da Cidade Estrutural. Nem sempre existe o interesse por parte dos respectivos alunos para esses conteúdos. Em parte, devido a dificuldades como baixa escolaridade, reduzido hábito de leitura, que compromete a compreensão do conteúdo transmitido.</p>	<p>COGNITIVAS População jovem é pouco escolarizada.</p>
<p>Fatores socioculturais: Não foram encontradas evidências de discriminação racial ou de gênero em relação ao uso das tecnologias entre os entrevistados. Outros fatores socioculturais que podemos aferir das entrevistadas e dos dados coletados seriam barreiras geracionais e de renda.</p>	<p>SOCIAIS Barreiras geracionais e de renda.</p>
<p>Integração: Não foram encontradas evidências de que o uso das TICs trouxeram novas dificuldades para os entrevistados.</p>	

Entendendo que a categoria analítica “Sociocultural” possui um caráter mais subjetivo que as demais, e visando uma melhor compreensão do quadro elaborado a partir da pesquisa, relembramos que os elementos-chave que compõem a referida categoria são:

- **Capacidade:** conhecer o potencial de uso da tecnologia de forma a poder empregá-la criativamente;
- **Confiança:** condições de confiar na tecnologia utilizada e entender suas implicações;
- **Conteúdo relevante:** conteúdo adequado aos interesses e às atividades da comunidade local;
- **Fatores socioculturais:** fatores como gênero e raça não podem ser barreiras de acesso à tecnologia; e,
- **Integração:** a tecnologia não pode se tornar uma dificuldade na vida das pessoas, mas se integrar ao seu dia-a-dia.

Ressaltamos, ainda, que, no que tange à categoria sociocultural, as observações sobre barreiras geracionais se basearam nas entrevistas realizadas, nas quais os alunos, em sua grande maioria, afirmam que seus respectivos pais ou não sabem utilizar a tecnologia, ou se

restringem a o uso de uma única, que é o celular, e outros, inclusive mencionam que seus pais não são alfabetizados, fator a que associam a dificuldade destes no uso das TICs.

Tendo claros esses aspectos e partindo para uma análise geral do quadro, podemos observar que as categorias propostas interferem umas nas outras mutuamente. A existência de políticas voltadas ao incentivo à inclusão digital no âmbito Federal, com desoneração de impostos para importação de equipamentos de informática, por exemplo, acabou resultando na redução dos preços e facilitando o acesso a alguns equipamentos. Porém, as questões econômicas, como a disparidade de renda entre centro e periferia, ainda tornam esse acesso deficitário, sendo o acesso a serviços de qualidade ainda mais restrito. Essas desigualdades de acesso e adequação tecnológicas, por sua vez, são agravadas pela falta de incentivo do governo local, que tem um baixo desempenho no campo de políticas públicas voltadas à inclusão digital. Já os fatores socioculturais, como a baixa escolaridade, por exemplo, acabam gerando impactos na capacidade dos indivíduos de aproveitamento das TICs em todo seu potencial assim como na compreensão de conteúdos relacionados a essas tecnologias, principalmente os mais técnicos.

Outro aspecto que interfere nessa questão e que está diretamente relacionado às características da ação do CDI, diz respeito à preferência dada ao *software* proprietário. Levando em consideração que o primeiro contato que muitos dos alunos aqui pesquisados tiveram com um computador foi através dos projetos desenvolvidos pela Associação Viver, parceira do CDI, elas já iniciaram seu aprendizado através de uma plataforma com código-fonte fechado, que permite a utilização de diversos programas, mas com potencial mais limitado no que tange à criação e adequação da tecnologia às necessidades dos indivíduos.

Desse modo, verificamos que a inclusão digital se dá de forma ampla, sendo direta e indiretamente influenciada por uma série de fatores sociais, políticos e econômicos, que por sua vez dizem respeito às condições sociais dos indivíduos aqui pesquisados.

Sendo assim, o quadro evidencia duas questões principais: a inclusão digital está sim relacionada à inclusão social e estas se influenciam mutuamente; e, mais importante, inclusão e exclusão consistem em fenômenos sociais complexos, impossíveis de serem tratados a partir de uma perspectiva binária de inclusão/exclusão. Como o próprio quadro sugere, existem diversos critérios e níveis que compõem esse construto referente à inclusão digital, logo, uma pessoa pode enfrentar algumas barreiras para uma inclusão digital efetiva, mas nem por isso estar necessariamente excluída.

No caso em questão, por exemplo, verificamos que ainda são muitas as barreiras para que se possa afirmar que os indivíduos encontram-se digitalmente incluídos de forma plena, e as barreiras também apontam que alguns direitos sociais básicos, como educação de qualidade e acesso à renda, ainda devem ser garantidos para que se possa falar em inclusão social. Porém, observou-se também que esses indivíduos têm acesso a algumas tecnologias, fazem uso delas no seu dia a dia para atividades diversas, normalmente ligadas ao entretenimento e comunicação, além de terem acesso à informação e certa qualificação para o mercado de trabalho. Contudo, nem por isso essas pessoas deixam de enfrentar um quadro de desigualdade no nível de acesso a serviços e políticas de qualidade.

Isso nos remete a uma categoria trabalhada por Magda de Lima Lúcio (2007) referente à *inclusão subalterna*, onde o indivíduo não se encontra necessariamente excluído, porém, sua inclusão não se dá pelo campo dos direitos. Os moradores da Cidade Estrutural, por exemplo, têm acesso à Internet, porém, com link de baixa velocidade, normalmente fornecido por uma única operadora, enquanto na área central do Distrito Federal, como o Plano Piloto, tem-se acesso a uma maior variedade de operadoras, com velocidades de link maiores. Além disso, a Cidade Estrutural possui índices de escolaridade muito inferiores aos índices do Plano Piloto, o que pode gerar uma dificuldade a mais para a compreensão da tecnologia e utilização desta. Sendo assim, tanto o indivíduo do Plano Piloto quanto o indivíduo da Cidade Estrutural têm acesso, fazem uso do serviço, têm certo domínio sobre as tecnologias, porém existe uma diferença na qualidade do que é ofertado a cada um. Nesse caso, ambos são incluídos pelo consumo, porém os mais pobres já são incluídos de forma subalterna ao processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa aqui realizado nos permitiu verificar a intrínseca relação entre inclusão digital e inclusão social na sociedade contemporânea. Conforme afirma Sorj (2003), a introdução de novos bens de consumo na sociedade traz implicações diretas na percepção de inclusão e exclusão social, uma vez que estabelece novos patamares de bens mínimos necessários para se viver em sociedade. As TICs trouxeram consigo essa mudança de patamar e, portanto, passaram a influenciar a questão da inclusão social na atualidade.

A adoção da perspectiva dos Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia nos permitiu compreender que as TICs, assim como qualquer tecnologia, desempenham um importante papel de mudança social na atualidade, modificando a sociedade e sendo por ela modificadas. Dentre esses estudos, a perspectiva da Teoria Crítica da Tecnologia foi fundamental para o entendimento das tecnologias enquanto espaço de luta social, uma vez que o controle técnico desempenhado sobre elas tende a favorecer determinados grupos sociais e políticos hegemônicos. Tais grupos geralmente não desenvolveram essas tecnologias para atender necessidades específicas de uma dada comunidade, por exemplo, mas sim para a manutenção de seu *status quo* a partir de escolhas de soluções técnicas que não necessariamente consistem na melhor opção para um determinado problema social, mas favorece aqueles que produzem e difundem essas tecnologias.

Por isso a importância de disputar esse espaço, questionar os modelos prontos de solução que são apresentados, e desenvolver alternativas que possibilitem uma inclusão digital de fato voltada à inclusão social, com conquista de direitos e combate às desigualdades. Nisso, verificamos a importância de atores da sociedade civil, com destaque para aqueles que compõem o Movimento Pela Inclusão Digital, que por sua vez colocou em pauta na agenda política a discussão da inclusão digital enquanto um direito universal, humano e social e, portanto, uma responsabilidade pública, sendo a exclusão digital um problema que deve ser combatido também com investimento em políticas públicas específicas para a área.

Graças a esse movimento social, composto por diversos atores que se articularam politicamente em torno da questão, foi possível rediscutir o conceito de inclusão digital, para que a noção de inclusão social estivesse a ele integrado necessariamente em toda ação que se afirmasse digitalmente inclusiva. Verificou-se o surgimento de iniciativas importantes tanto

no âmbito da sociedade civil quanto no âmbito governamental, e importantes políticas públicas no âmbito do Governo Federal de incentivo a ações voltadas à inclusão digital e social.

Foi nesse contexto que o CDI, um dos pioneiros em iniciativas de inclusão digital voltadas à inclusão social, passou a adotar uma postura cada vez mais distante dos ideais pregados pelo movimento. Em primeiro lugar, devido ao foco no fornecimento de cursos de informática, afirmando promover a cidadania ao preparar os jovens para inserção no mercado de trabalho, visão essa atrelada a uma concepção de cidadania “empreendedora”, muito distante da visão de cidadania baseada na conquista e usufruto de direitos, defendida pelos movimentos sociais, e pelo movimento pela inclusão digital, em especial, que por sua vez considera a inclusão digital como um direito humano e social. Em segundo lugar devido à preferência do CDI por parcerias com a iniciativa privada, em parte explicada pela defesa feita pela entidade ao uso de *software* proprietário nas ações de inclusão digital, o que o distancia do poder público.

Sendo assim, por mais que o CDI surja com uma proposta de cidadania digital, segundo a qual os indivíduos podem transformar sua realidade utilizando as TICs como ferramentas, inclusive se baseando na proposta pedagógica de Paulo Freire, em prol de uma educação pautada na autonomia e emancipação dos indivíduos, essa postura se torna contraditória frente às escolhas técnicas e políticas assumidas pela entidade. Ao optar por um modelo de atuação com forte valorização de uma visão “empreendedora” de cidadania, que prioriza, em tese, a formação para o mercado de trabalho e opta pelo *software* proprietário, faz-se uma escolha política que não favorece, numa esfera macroeconômica e social a autonomia dos indivíduos, mas sim, uma inclusão pelo consumo, que perpetua a condição desses indivíduos enquanto cidadãos “clientes”.

No entanto, essa contradição não é necessariamente explícita para todos os atores aqui pesquisados que tiveram algum contato com a metodologia do CDI. A postura mais crítica em relação a essa entidade partiu do coordenador da ONG Programando o Futuro, que por sua vez também é militante do movimento pela inclusão digital. Este ator social, apesar de valorizar a proposta pedagógica do CDI, baseada na perspectiva da educação popular, não deixa de explicitar as divergências existentes com o CDI em relação à defesa deste ao *software* proprietário e a proposta ainda limitada de cursos. Para o coordenador, as ações do CDI apresentam uma limitação importante, pois pode até alfabetizar os jovens digitalmente, porém não permite a estes transformarem a tecnologia e adaptá-la à sua realidade, apenas

consumir produtos e programas prontos, sem uma real apropriação das tecnologias em questão.

Já as educadoras da Cidade Estrutural que utilizaram a metodologia CDI em suas aulas enxergam nesta metodologia um diferencial frente a cursinhos de informática normalmente oferecidos aos jovens, justamente por trazer para o debate a questão da cidadania e a reflexão sobre a realidade dos educandos, sobre a comunidade e seus problemas, assim como procura incentivar os alunos a refletirem sobre formas de transformar essa realidade através do uso das TICs. Tendo em vista a experiência dessas educadoras junto a uma população socialmente vulnerável, a metodologia do CDI realmente traz um diferencial e a possibilidade de capacitação desses jovens para o mercado de trabalho, mesmo que mínima e longe de ser a ideal, o que já é visto por elas como uma ação de transformação social. Neste ponto, apesar de compreender que a inclusão social vai muito além da possibilidade de emprego e acesso ao mercado de trabalho, abarcando outros direitos sociais importantes, o contexto de grande desigualdade socioeconômica em que vivem esses indivíduos nos leva à reflexão sobre a importância do mundo do trabalho como porta de acesso a outros direitos sociais. Sendo assim, apesar de não ser ideal, a alfabetização digital e capacitação em informática proporcionada pelo CDI através de suas parcerias é valorizada pelas educadoras e pelos jovens, que passam a se sentir socialmente incluídos de alguma forma. Esse é o motivo pelo qual os jovens que tiveram acesso às ações desenvolvidas pelo CDI – que compõem o terceiro grupo de atores aqui pesquisados – normalmente não se recordam dos aspectos mais subjetivos ligados à reflexão sobre o uso das TICs como ferramentas de transformação social, porém destacam a importância de terem aprendido a utilizar as TICs para se comunicar e se divertir – alfabetização digital – e outros se recordam da importância dessas tecnologias para a inserção do mercado de trabalho, fatores vistos por eles considerados importantes nesse momento de suas vidas.

Sendo assim, a partir das perspectivas dos atores sociais pesquisados, percebemos que a metodologia CDI favoreceu de certa maneira a inclusão digital e social dos jovens que tiveram acesso às atividades promovidas por suas parceiras, porém não se trata de uma inclusão plena e autônoma, aproximando-se mais do conceito de inclusão subalterna, uma vez que ainda limita os indivíduos a uma condição bastante desigual de acesso a direitos sociais, dentre eles, a inserção no mercado de trabalho.

Finalizamos, assim, as considerações aqui apresentadas destacando que esta pesquisa nos possibilitou refletir sobre a intrínseca relação entre inclusão digital e inclusão social, além

de uma série de aspectos relacionados à inclusão digital e social, dentre as quais destacamos: o debate em torno da questão do *software* livre e a possibilidade de uma utilização mais autônoma das TICs; a relação entre movimentos sociais e o Estado, principalmente no que tange às políticas voltadas à inclusão digital; e, por fim, a questão da centralidade do mundo do trabalho para o usufruto de direitos sociais diversos. Desta forma, tendo em vista as limitações do presente trabalho, destacamos estas três questões como importantes sugestões de temas para a realização de futuras pesquisas neste campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, Sarita. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 17-22, abr./set. 2006.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 9-16, set./dez. 2004.

ARAÚJO, Eliany A. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n.2, p. 155-167, mai./ago. 1999.

ÁVILA, Ismael M. A.; HOLANDA, Giovanni M. Inclusão digital no Brasil: *uma perspectiva sociotécnica*. In: SOUTO, Átila A. et al (Org.). **As cidades digitais no mapa do Brasil: Uma rota para a inclusão social**. Brasília: Ministério das Comunicações, 2006, p. 13-60.

BERNARDES, R. M.; TORRES, T. Z. Tecnologias Sociais, TICs e Educação: pilares para a construção da Tecnopedia Social Rural – TeSoRu. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 21. 2010, João Pessoa. Anais ... [S.1.: s.n.], 2010. Não paginado. SBIE 2010. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/23825/1/75376-1.pdf>. Acesso em: abr./2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009. 56 p.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARMAZ, Kathy. A construção da teoria fundamentada: *guia prático para análise qualitativa*. Tradução de Joice Elias Costa. São Paulo: Artmed Editora, 2009.

COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA – CDI. Cidadania digital: como o CDI utiliza a informática e a educação para promover a inclusão social e transformar vidas. Rio de Janeiro: 2005.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) – SCIA-ESTRUTURAL, 2013/2014. Brasília: CODEPLAN, fev./2014.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Distrito Federal (PDAD-DF) 2013. Brasília: CODEPLAN, dez./2014.

CORRÊA, Romulo de Amorim. A construção social dos programas públicos de inclusão digital. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília.

CRUZ, Rogério. *O que as empresas podem fazer pela inclusão digital*. Brasília: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2004.

DAGNINO, Renato (Org.). *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. 2ª Ed. Campinas: Komedi, 2010.

DAGNINO, Renato e al. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE, Antonio E. Jr et al. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004, p. 15 – 64.

DAGNINO, Renato (org.); BAGATTOLI, Carolina et al (colabs.) . *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, SP.: Instituto de Geociências/UNICAMP, 2009.

DEMO, Pedro. Pesquisa Social. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 17, n. 1, p. 11-36, 2008.

DISTRITO FEDERAL, COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). *Análise dos dados da PDAD 2012: comparativo Distrito Federal e Brasil*. Brasília, CODEPLAN, out. 2013.

DOWBOR, Ladislau. A dura tarefa de se opor ao que está dando certo. *Le Monde Diplomatique Brasil. Política e Desigualdade*. Ano 7, nº 84, p. 6-7, jul. 2014.

FALAVIGNA, Maurício. *Inclusão digita: vivências brasileiras*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais Tecnológicas, 2011.

FERREIRA, Jonatas; ROCHA, Maria E. da Mota. Democracia Digital: para além da ideia de justiça distributiva. In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (org.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 307-328.

FREIRE, P. *Medo e ousadia*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. *Movimentos sociais na contemporaneidade: A relação movimentos sociais e Educação*. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011, p. 333-361.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011: Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular*

para uso pessoal. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso a Internet e posse celular/2011/PNAD Inter 2011.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso%20a%20Internet%20e%20posse%20celular/2011/PNAD%20Inter%202011.pdf). Acesso: jul./2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Síntese de indicadores 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio s anual/2013/Sintese Indicadores/sintese_pnad2013.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho%20e%20Rendimento/Pesquisa%20Nacional%20por%20Amostra%20de%20Domicilio%20s%20anual/2013/Sintese%20Indicadores/sintese_pnad2013.pdf). Acesso em abr./2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2005/2013: Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso a Internet e posse celular/2013/pnad2013 tic.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso%20a%20Internet%20e%20posse%20celular/2013/pnad2013_tic.pdf). Acesso em: abr./2015.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: *Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Adaptação da obra: Lana Mara Siman. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LÚCIO, Magda de Lima. Nova periferação Urbana: políticas públicas com financiamento internacional e o impacto na produção de direitos sociais. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília.

MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (org.). Informação e Desenvolvimento: *conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: IBICT, UNESCO, 2007.

_____. (Org.) Informação, conhecimento e poder: *mudança tecnológica e inovação social*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e *Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 57-87.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT). *Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde*. Brasília: MCT, 2000. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>. Acesso em: julho/2014.

NEDER, Ricardo T. A produção do conhecimento na Universidade e os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia: contribuições para o ensino e pesquisa. In: _____. (Org.). **Ciência Tecnologia Sociedade** – e a produção de conhecimento na Universidade. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina. UnB/Capes – Escola de Altos Estudos, Cadernos Primeira Versão. Série 1. Construção Social da Tecnologia. Número 4. 2013a, p. 9-31.

NEDER, Ricardo T. (Org.). A teoria crítica de Andrew Feenberg: *racionalização democrática, poder e tecnologia*. 2ª Ed. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/ CDS/ UnB/ Capes, 2013b.

NOVAES, Henrique; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato (org.); BAGATTOLI, Carolina et al (colabs.) . *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, SP.: Instituto de Geociências/UNICAMP, 2009, p. 17-53.

PREMEBIDA, Adriano. Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 26, jan./abr. 2011, p. 22-42

ROCHA, Marisa P. C. A questão cidadania na sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 2000.

SCLOVE, Richard. *Democracy and Technology*. New York: The Guilford Press, 1995.

SILVA, Helena et al. Inclusão digital e educação para competência informacional: uma questão de ética e cidadania. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 28-36, jan./abr. 2005.

SORJ, Bernardo. brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: UNESCO, 2003.

SPANNING the Digital Divide: *Understanding and Tackling the Issues*. Bridge.com, [2010?]. Disponível em: <http://www.hhkashou.com/design/web/digitaldivide/readings/06-SpanningTheDigitalDivide.pdf>. Acesso em: 21/07/2014.

STERN, Scott et al. *Social Progress Index 2014: methodological report*. Social Progress Imperative. 2014.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais: Afinal do que se trata?* 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tra. Daniel Grassi. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO I

ENTREVISTA COM COORDENADOR DA ONG PROGRAMANDO O FUTURO

E1: Como eu te falei, meu foco é trabalhar a inclusão digital como um direito. Como um direito social. Até pra trabalhar a questão da inclusão (digital) através de direitos, e não necessariamente através de acesso à tecnologia, como durante muito tempo foi difundido. E aí eu cheguei ao CDI porque, justamente olhando a abordagem, eles falam muito sobre essa questão de cidadania, da pessoa se empoderar, pensar sua comunidade e como utilizar a tecnologia para mudar a comunidade. Só que identifiquei alguns problemas. Eles já não fazem mais parcerias acho que desde 2012. Enfraqueceu muito porque eles perderam o financiamento que tinham da embaixada da Noruega se eu não me engano.

R1: Da Finlândia.

E1: Exato, Finlândia! A partir disso cada um ficou por si e ninguém conseguiu seguir muito tempo com o projeto. Mas o que chamaram minha atenção é que a inclusão digital não virou um direito do nada. Existe um movimento social por trás. Existe não só um movimento, mas às vezes mais de um movimento também envolvido nessa questão. Me informaram que você é uma pessoa que já está desde o início envolvido com isso e participa de tudo relacionado à inclusão digital. Eu queria uma conversa mesmo, pra saber o que você sabe, como foi esse processo, a história... Principalmente por você estar à frente, também, de projetos de inclusão digital e inclusão social aqui no Distrito Federal. Então, é para ter uma visão, um panorama. De acordo com o que você for falando eu vou fazendo perguntas, tirando dúvidas.

R1: Entendi! [...] Nesse momento tudo que o que se tem de inclusão digital enquanto políticas públicas, independente da esfera – municipal, estadual, federal, e tudo – elas estão sendo alocadas ou realocadas para as estruturas de cidadania e direitos humanos. Com exceção do Federal. No Federal, aí tenho uma notícia pra te dar. [...] A gente tem um Secretaria de Inclusão digital no Governo Federal, que fica dentro do Ministério das Comunicações, e que foi uma conquista nossa – vou explicar com mais detalhes. Mas que a Dilma fez uma opção pela academia, engessou ao extremo aquele negócio, ficou quatro anos sem funcionar. E agora com a saída do Paulo Bernardo e a entrada do [Ricardo] Berzoini, o Berzoini colocou uma pessoa do movimento social lá. Então a gente está assim, delirando. E o cara que está lá é

o Jefferson [D'Ávila de Oliveira], que era o gerente de Tecnologias Sociais do Banco do Brasil.

Está na Secretaria de Inclusão Digital. Então para o movimento, está sendo um brilho nos olhos. A prefeitura de São Paulo, por exemplo, ela tem uma secretaria... Em torno de 29 secretarias. Mas tudo que é de inclusão digital foi para a Secretaria de Participação Social... Foi pra Secretaria de Direitos Humanos, desculpa. Aí tem uma tendência de ir centralizando tudo pra dentro de Direitos Humanos ou de Cidadania, numa visão de que... Exatamente isso: de que inclusão digital é um direito da população, um direito humano e uma condição básica. Mas, por que que eu ia falar da Lucimar? [...] todo partido sonha em chegar ao poder. Aqui também sempre se sonhou. Toda eleição achava-se que ia eleger o prefeito. E num determinado momento conseguiu [-se isso]. E aí você muda a visão. Quando você quer chegar ao poder, você olha pra frente e você diz assim: nós vamos chegar, nós vamos coligar – aliás, o PT só chegou quando coligou – vamos coligar, vamos juntar, vamos fazer o melhor governo da história. Quando você chega ao poder, você olha pra trás e você fala assim: “a gente se preparou pra isso?”, “será que a gente tem gente qualificada?”, “o que que a gente vai ter que fazer?”, “como é que a gente vai compor com quem tá aqui?”. Acho que tem um pouco o reflexo disso.

E aonde que a inclusão digital entra nisso? Ele é um movimento que nasce no Brasil com muita efervescência, mas a primeira ação prática que a gente tem registrada no Brasil é o CDI. A gente ajudou a montar a unidade aqui de Brasília, ficamos nela por cinco anos. E a história do CDI era você levar computadores, acesso, conexão à internet, às ferramentas, para quem não tinha acesso naquela história. Se você pensar em 1998, lá atrás, tem o que? Dezesete anos? Era uma época em que os computadores começavam a se popularizar, o ano em que o Carrefour começou a vender computador, pra você ter noção. Internet era conectar duas horas da tarde para pagar pulso único. Numa conexão que você entrava, mas não sabia o que ia fazer. Ou você ia abrir e-mail ou você ia pra sala de bate-papo. Aí quem já tinha alguma coisa em mente ia pesquisar, ia publicar, ia navegar e tal. Isso é o momento que a gente conhece o CDI. Aqui no Valparaíso mais especificamente. Eu e mais cinco amigos, dos seis, três tinham computadores. A gente era extremamente apaixonado, gostava muito. E a gente começava a reflexão, em momentos de descontração, de tomar cerveja, de beber, de dançar, de ir pra festa, a gente fazia festa hacker pra ficar vendo filmes que a gente baixava, ficava conversando sobre tecnologia, e a gente tinha dificuldade de entender as coisas. Por exemplo, o computador quebrava, quem dava

manutenção? Era difícil. Tinha que tentar achar alguém que conseguisse. E a gente pensava assim: se nós, que estamos um passo à frente, estamos mal na estória, imagina a galera da Vila Guaíra, quando é que eles vão ter acesso a isso? Imagina o pessoal lá de Luziânia, o pessoal lá de Santo Antônio, o pessoal lá do Gama, de várias cidades. E ali nasce um olhar mais crítico da gente. “Será que essas pessoas vão ter acesso um dia?”. Alguns falavam assim: “Vão ter, mas quando é esse dia?”. Dali nasce a Programando o Futuro, a gente monta uma ONG, e naquele momento a gente queria montar uma escola para garantir que as pessoas tivessem acesso às tecnologias e que elas pudessem fazer uso daquelas tecnologias. Nesse meio tempo, o CDI já estava aqui em Brasília, e o nosso caminho acabou se cruzando. Uma das nossas pessoas conhecia as pessoas que fundaram o CDI, e num dia se encontraram e foram conversar, e juntou as ideias. **Aquilo que a gente sonhava, mas não sabia como e aquilo que [eles] estavam fazendo, mas não tinham um apoio de base.** E aí a gente se encontrou nesse momento, a gente montou um primeiro Telecentro no ano de 2000 aqui em Valparaíso, como CDI, chamava Escola de Informática e Cidadania.

Aí a gente montou a EIC. Ai, você sempre é movido a sonhos. [...] E a gente pensava assim... Tinha um colega nosso lá da Cidade Ocidental, que a tia dele era auditora da Receita [Federal]. E ela vivia falando pra ele: “A Receita está com muito material apreendido, está com muito material”. E a gente falava: “A gente tem que pegar esse material! Esse material tem que ser nosso, não tem que ser do Governo, não tem que ir pra leilão”, “Quanto de computadores que a Esplanada tira todo ano dali? Pra onde estão indo esses equipamentos? Aquilo tinha que ir pra fazer inclusão digital”. A internet... “A internet tem que ter mais velocidade”. Eu trabalhava na Caixa Econômica nessa época, e a Caixa tinha um link violento. Muito, muito rápido. Então no final de semana os caras... A gente se encontrava, os meus amigos passavam a relação das coisas que eles queriam que baixasse e eu, durante a semana, ficava baixando lá e entregando pra galera e distribuindo – apostila, programa, vídeo, coletânea de música e tal. E aquilo era contraditório. Então, por que eu digo isso? Porque dois anos depois a gente vira governo. De várias maneiras que a gente tentasse diálogo com o governo, o governo nunca foi receptivo ou sensível à causa da inclusão digital. O CDI tentou várias vezes ter o apoio do Governo Federal, pra ampliar o número de escolas – naquela época já eram 200 implantadas pelo Brasil, e eles queriam chegar a mil. Mas eles não tinham diálogo com o governo. E no CDI, a gente aprendeu uma coisa que mudou muito a vida. Aprendemos muita coisa com eles, mas uma coisa é a questão da Cidadania. Isso era muito forte pra eles! E a gente com 18, 19 anos, não fazia noção do que era cidadania.

Eles tinham um projeto pedagógico muito bacana, muito consistente, e eles falavam uma coisa que a gente demorou muito pra entender que é assim: a inclusão digital tem que ser uma ferramenta meio, e não a atividade fim do que a gente faz. A atividade fim tem que ser a cidadania. Como é que você capacita as pessoas para o mercado, como é que você desperta o senso crítico nas pessoas, como você prepara as pessoas para a vida? Utilizando a ferramenta.

Então, a gente viu muito... Muitas ONGs, muitos casos, que a gente passava, que tinha assim: “curso de economia solidária”. Não entrava na minha cabeça que os caras iam ficar ali horas sentados discutindo economia solidária. “Curso de elaboração de projetos”. Aí tinha um formulário pra você preencher. “Curso de projeto pedagógico” – que a gente via muito no CDI. “Curso de cidadania” – esse acho que era o pior que eu via assim – o que era a cidadania que essas pessoas falavam? Mas com o CDI, com os telecentros, com as EICs, você podia fazer cidadania utilizando a ferramenta de uma maneira mais didática. De uma maneira que as pessoas entendessem. Por exemplo, construir um currículo – você ensina o editor de texto, entendeu? Fazer a bandeira do Brasil era o melhor exercício que tinha pra pessoa controlar o mouse e aprender a trabalhar no Paint. Mas você podia discutir a questão da bandeira. Quais são os símbolos, quais são as riquezas que tem na bandeira. Um ponto que era polêmico – o que significa aquela estrela sozinha lá em cima? Todo mundo falava que era Brasília, e não é Brasília. Aquela lá é a estrela do Amapá, que é o único estado que está acima da linha do Equador. E aquela faixa simboliza a linha do Equador. E essa era uma discussão legal que tinha. Na verdade era o Pará, aí quando o Amapá saiu do Pará, virou o Amapá aquilo lá. Então tinha esse senso assim, e isso era bacana. E isso era cidadania, isso é muito bacana.

Só que de repente a gente vira governo. E quando o Lula assume o governo, em 2003, ele decreta 33 políticas públicas que o Governo Federal ia investir. E a última delas era a inclusão digital. Aquilo pra gente foi um choque. [...]

Aí ele decreta 33 políticas públicas de governo. A primeira delas era o combate à fome. E naquele momento, a gente... Eu particularmente pensei assim: “cara, a gente passou quinze anos tentando eleger o Lula. Em pleno século XXI, quando a gente elege o cara decreta que o combate à fome é a meta do governo dele?”. Todo mundo falava assim: “Eu esperava mais!”. E a gente estava muito errado. A gente não sabia ainda o tanto de gente que passava fome no Brasil e a gente não tinha noção disso. E o quanto a gente era influenciado pela mídia, porque a mídia não mostrava isso. **E uma delas [das políticas públicas do Governo Federal] era a**

inclusão digital, e aquilo a gente achou o máximo. Junto com o Governo Federal, dos 27 estados e o DF, 26 decretaram a inclusão digital como uma política pública. Então era tudo muito favorável! Do Marcão Perillo em Goiás, ao Tião Viana no Acre, ao Wellington Dias no Piauí, à Rosinha Garotinho do Rio de Janeiro, todo mundo decretou a inclusão digital como política. Então era um momento mais ou menos como aqui. Chegamos ao governo. [...] E era um pouco a sensação assim: agora é política, o que a gente vai fazer? Faltava dinheiro, beleza. Agora tinha dinheiro, a gente vai usar o dinheiro pra que? Vamos usar como esse dinheiro, entendeu?

Então ali começa a surgir a política de inclusão digital. E essa política a gente ajudou a escrever ao longo dos anos.

E1: Em que âmbito? Vocês ajudaram a escrever aqui no DF?

R1: No âmbito Federal. [...] A gente nunca foi pro governo, a gente sempre se manteve como ONG, embora várias vezes o governo chamou a gente para ir para o governo mesmo. **Nessa época a gente já tinha muito atrito com o CDI, ideológicos. E esses atritos nos afastaram do CDI, a gente saiu do CDI, e resolvemos seguir a Programando Futuro como entidade. Dos conflitos é que nasceu a clareza do que é uma política pública, que é a maneira como a gente construiu.**

E1: Que conflitos eram esses?

R1: Então você pensa assim, a gente tem dinheiro, beleza. Vamos usar o dinheiro pra que? Então primeiro, a gente quer levar acesso aos computadores. A gente quer democratizar o acesso. As pessoas precisam ter acesso a computadores. Ok. O CDI tinha mil escolas. Ele queria montar cada vez mais escolas, queria chegar a cinco mil, sem olhar a qualidades das que tinham para trás. Então, por exemplo, das mil... Quando você doa um computador usado, significa que ele já foi usado. Parte da vida dele já foi gasta.

E1: Ah, os computadores doados já eram usados?

R1: Já, todos. Acho que o CDI deve ter montado duas ou três escolas com computadores novos. Ele (o computador) já tem uma parte da vida comprometida, mas ele tem uma parte a ser usada. Eles não consideravam isso. Então eles queriam montar mais e mais e mais, sem garantir a qualidade daquilo. Era uma questão de meta. E a gente queria garantir a qualidade. Olha, tem um telecentro novo a ser montado e tem um funcionando há cinco anos, você tem que priorizar o que está há cinco anos. Têm cinco anos que os caras estão morrendo ali para sobreviver. Esse novo a gente monta em um

segundo momento. Outra: o embate do *software* livre. O *software* livre naquela época é você pensar assim um bando de americano gordo, barbudo, desenvolvendo código. Não era bem isso, isso eram os programadores dos anos 90 né? **Programadores dos anos 2000 já era a molecada programando em casa, fazendo página para a internet, fazendo site, começando a fazer blog, fazendo animação, é um momento que começa a democratizar os vídeos também. E se a gente fizesse uma opção por *software* proprietário, além do *software* representar 70% do custo de um equipamento, a gente continuaria comprando coisa pronta de fora e não valorizando o mercado aqui de dentro.** Não sei se você sabe disso, mas em 2006, quando estava bombando os celulares no Brasil, que todo mundo tinha, a líder de mercado era a Nokia. A Nokia foi líder até cinco anos atrás, quando chegaram os *smartphones*. Todo mundo tinha celular da Nokia. A Nokia montou um polo de desenvolvimento de jogos e aplicativos no Brasil que ficava em Brasília, no Setor Comercial Sul, era o terraço de um daqueles prédios lá, e faltava mão de obra especializada. Então, assim... Ok, não vamos mais comprar coisa pronta, vamos nós [mesmos] desenvolver. Ai a gente não tinha mão de obra. A Nokia não tinha mão de obra. Eu trabalhava na Politec. A Politec era a segunda maior empresa de TI do Brasil, só perdia para o SERPRO. Então entre as privadas ela era a maior, porque o SERPRO é público. Na Politec eram 28 mil colaboradores, e ela tinha carência de mão de obra. Ela virou pro CDI e falou assim: “A gente tem um contrato com o SERPRO e um com o Banco do Brasil que estão sob ameaça por falta de mão de obra. Eles queriam contratar 300 alunos nossos”, para que o CDI fizesse o curso básico e de manutenção, e a Politec colocasse o curso de programação para esses 300, de seis meses, sendo que no quarto mês ela faria a contratação do pessoal. Já com dois meses de salário para o cara terminar os estudos para entrar. Em *software* livre. E o CDI não tinha essa pegada. E ao mesmo tempo eles caíam nas ilusões... **Aquela estória, eles tinham licença de *software* proprietário. A Microsoft doava todas as licenças para eles. Uma vez a gente foi numa cerimônia onde a Microsoft tinha doado 28 milhões de reais para o CDI. A gente falou: “resolveu o problema das EICs! Vamos dar uma bombada em todas as EICs”. Quando a gente viu na cerimônia era um pacote de licença de *software* em nome do CDI, avaliado em 20 milhões, o qual a Microsoft estava deduzindo do imposto de renda, deixando de pagar para os cofres [públicos], porque ela estava destinando a programas de inclusão digital. Aí, esse foi um dos pontos, a não troca de máquinas. Mas o projeto pedagógico deles era excelente, a gente aprendeu muito. Nós fazíamos três ou quatro encontros anuais com a rede, aqui de Brasília, a gente era da rede de Brasília do CDI.**

Então três a quatro vezes ao ano juntava todo mundo pra fazer seminário pedagógico, fazer formação, troca de experiência e tal. Aprendemos muito.

Na construção da política pública, então você tinha que começar a organizar isso. [...] “Gente, a gente tem grana. Mas vocês vão ter que dizer para o que vai usar essa grana, de que maneira essa política se mantém e como que o TCU vai auditar isso depois”. O medo de todo gestor público não é a execução, é a prestação de contas. Então tinha que quantificar. **Ai a gente começou a pensar mais estratégico. Primeiro, o seguinte: monta-se um Comitê Interministerial de Inclusão Digital. Era uma marca predominante do governo Lula.** “Ah, temos que fazer rodovia”, “Beleza, chama todo mundo que entende e diz qual é a melhor solução”. E aí foi isso. **Qual foi a história do Comitê? “Chama todo mundo que está envolvido ou com mobilização social, ou com tecnologia, ou que tem dinheiro, traz aqui e manda apontar a solução, envolvendo a população”.** Aí nós fomos para lá. [...]

Então é assim, **se as pessoas não têm conexão, não têm computador, a primeira demanda era democratizar o acesso.** Tem que ter acesso. **Como que se dá o acesso? Por telecentro,** que é o uso coletivo, é você sair da sua casa e ir lá utilizar em determinado momento, **ou pelo uso individual?** Como é que se dá o uso individual? A pessoa ter o equipamento para ela utilizar onde ela bem quiser. **O telecentro era fácil.** Naquela época o Brasil tinha mil, mil e quinhentos telecentros implantados? Não, dois mil e quinhentos telecentros implantados, e eles queriam chegar a cinco mil. Então pega computador usado e começa a mandar para essa galera. **E o acesso individual era um problema sério.** Em 2003, um computador básico, custava algo em torno de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). Era tanta grana, que o Banco do Brasil tinha uma linha de financiamento para você comprar o computador. [...] Professor da Fundação Educacional tinha crédito pré-aprovado para comprar.

E aí, o que encarecia o computador? Imposto. O Brasil não fabrica nada, vem tudo de fora. Um produto de fora para entrar no Brasil, para entrar, ele paga 70% de imposto. Se ele chega a R\$ 1.000,00 (mil reais) ele já vira R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais). O lojista põe 30% em cima, já foi pra dois (mil) e não sei quanto. Mais o ICMS e não sei o quê, é R\$ 3.000,00 (três mil reais). Então naquele momento criou-se a primeira política pública, que foi um programa que ficou conhecido como “Computadores para Todos”. O que era o Computador para Todos? Você acha isso na internet. Se você pesquisar depois você acho site lá: computadorparatodos.gov.

O Computador para Todos é um pacote de incentivos fiscais que desonera impostos. Então o computador não paga mais 70% de imposto para entrar no Brasil. O ICMS dele

de 30%, acho que caiu para 2%, uma coisa assim. Então a meta do governo era fazer com que as pessoas conseguissem comprar computadores de R\$ 1.000,00 (mil reais). De R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) queria que caísse pra R\$ 1.000,00 (mil reais). E aí botaram Ministério da Fazenda, Receita Federal, não sei quem, não sei quem, deram incentivos fiscais para as fábricas entrarem para o Brasil. Foi nessa época que quebraram a NOVADATA. A NOVADATA tinha esquemas gigantescos no governo, e quando barateia, quebra-se a NOVADATA e surge a Positivo. Por isso que a Positivo surgiu tanto. A NOVADATA se ateve a um modelo de negócio fracassado e a Positivo se ateve a um modelo de negócio novo proposto pelo governo. Por isso que qualquer computador aí hoje que você compra baratinho é Positivo.

Então, naquele momento, a ideia era ter esses computadores a R\$ 1.000,00 (mil reais), essa era a primeira parte do incentivo. E democratizou muito. Eu sempre falo para as pessoas assim: hoje você vai às Casas Bahia e compra um computador de R\$ 1.000,00 (mil reais), de R\$ 800,00, de R\$ 750,00, divide em doze [vezes], algumas vezes até sem juros. **Se o governo acabar com essa política, a gente vai voltar a comprar computador de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Não é que as peças baratearam, é que o governo está subsidiando...**

E1: Até hoje?

R1: Até hoje.

E1: E até hoje a gente não está produzindo nada?

R1: Não, está começando a produzir. Os *smartphones* estão produzindo, mas têm umas partes dos eletrônicos que estão produzindo no Brasil. Não sei se é disco rígido e memória, alguma coisa assim. Os processadores, por exemplo, o chip da Intel, são os Pentium, eles vêm da Costa Rica, que é uma das fábricas mundiais, mas entra com subsídio de imposto do Mercosul. Por isso que o Mercosul é importante nessa história também.

Então essa é uma ação. A gente democratiza o acesso, permitindo que as pessoas comprem computadores. O outro é como você democratiza em escala: o uso coletivo. Do uso coletivo, o sonho se torna realidade: vamos começar a pegar os computadores da Esplanada e espalhar pelo Brasil. Aí eles trazem um projeto do Canadá, chamado *Computer for School*, que é quando o governo canadense começa a tirar os computadores de uso e mandar para as escolas. No Brasil, esse projeto se chama Computador para Todos, para inclusão, e **o Governo começa a montar os centros de condicionamento de computadores, que são uma espécie de fábricas de computadores usados, espalhados nas capitais, que tiram os computadores que o governo não utiliza mais, manda para esse**

centro, e lá os computadores são recondicionados, pelos alunos, num processo de estágio. E esses computadores são destinados para o uso coletivo. Então vai para escola, vai para biblioteca, vai para telecentro, vai para informatização de serviços públicos, associação de moradores, ONGs, sindicatos de trabalhadores, e tudo. Esse programa chega a doar dez mil computadores ano, em várias comunidades. No Xingu, no Pará, no Amapá, em Pernambuco, na cidade de São Paulo, na Cidade Estrutural. O Brasil todo começa a receber esses computadores. E aí, quando eu digo que é o momento de profissionalizar, não dá para você chegar lá e falar: “Olha, Exército, a gente quer pegar esses computadores de vocês e mandar para as escolas”. Aí não vira política pública. Política pública se faz com decretos, com portarias, com dados, com metas e com resultados. Então a gente ajudou a escrever o decreto que orienta a destinação...

E1: Quando você fala “a gente”, é quem?

R1: Nós enquanto Programando o Futuro, que compomos o Comitê de Inclusão Digital do Governo Federal.

Aí a gente ajuda a escrever um decreto presidencial que diz que todo órgão público quando tira um equipamento qualquer de informática de uso ele preferencialmente deve destinar a programas de inclusão digital. Caso os programas não queiram receber, o órgão tem competência para fazer o despatrimoniamento como ele quiser. Isso é meio doido! Isso significa que o posto da Previdência Social de Ipatinga, em Minas [Gerais] vai tirar cinco computadores. Ele tem que mandar um ofício para o Ministério do Planejamento, falando: “tenho cinco computadores, vocês querem?”. Aí o Ministério manda para 11 CRCs [Centrais de Reciclagem de Computadores]. Se nenhum tiver interesse, ele devolve e fala: “Não. Pode leiloar. Pode doar”. E isso se aplica a tudo. Ao Exército, à Aeronáutica, ao Ministério da Defesa, à Secretaria da Receita, ao Tesouro Nacional, a tudo que é Governo Federal. E isso pra gente foi um marco. Porque a gente faz a política acontecer, e às pessoas a acreditarem e a fomentarem a política pública. Tanto é que sai o Lula, sai o Paulo Bernardo, sai o Rodrigo Assumpção, sai todo mundo que estava envolvido e a política segue porque ela virou política pública.

E1: Esse Comitê existe até hoje?

R1: Existe.

E1: E vocês ainda fazem parte dele?

R1: Estamos lá.

E2³⁵: Só uma pergunta. Existe uma Associação Nacional de Inclusão Digital. Como é que é isso? Vocês estão participando? Ela vai ter um encontro agora de tecnologia. Como é que saiu essa Associação?

R1: Foi um pessoal próximo ao MCTI [Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação], acho que ligado ao Eduardo Campos, ou ao Rollemberg, não sei. E eles montaram a entidade para captar recurso para fomentar. Meio que o que a gente faz, mas o intuito deles era captar recurso. Aí conforme o governo foi fechando os cofres, eles foram dando os pulos deles. Foram para a Microsoft. Até que tem até aquela ValeTicket, é parceira deles. Mas é isso. Eles são a versão 2.0 do CDI. Onde o CDI não conseguiu tocar, eles foram tocando nessa visão do CDI.

E1: Mas também com uma visão de cidadania?

R1: Não. Com a visão do empreendedorismo. [...]

E1: Você estava falando da questão do Comitê.

R1: Aí, nessa parte do acesso coletivo, entra o Computador Para Todos. Aí foi uma experiência que a gente viveu na prática, no CRC do Gama. Éramos uma das entidades que...

E1: CRC é?

R1: Centro de Recondicionamento de Computadores. Montamos um no Gama, ficamos lá por três anos, e de lá saiu a estória da metarreciclagem. A gente montou uma versão atualizada do CRC, trabalhando com lixo eletrônico e olhando para a viabilidade financeira dele. Aí entra o Um Computador Por Aluno, ele não é uso individual, ele é uso coletivo, embora seja o nome “por aluno”. Mas é o uso em sala de aula, é o uso como ferramenta pedagógica, e é o uso como melhoria do processo de aprendizagem do aluno. Tanto é que – eu não sei se você sabe disso, mas, duas inovações tecnológicas que tinham naquele *notebook*, que não era característica na época, é que ele tinha placa de rede *wireless*, e todo mundo perguntava “Para que fazer com placa de rede *wireless*?”, num momento em que só se usava rede cabeada, e tinha *webcam*. Foi um dos primeiros *notebooks* a ter *webcam*. E era uma briga nossa. O cara tem que produzir vídeo, da sala dele, não é só dar a ferramenta.

E1: Mas vocês pensaram nos professores? Em como os professores iriam usar isso? Porque eu fui a um minicurso de avaliação de política pública do IBGE, cujo professor estava coordenando uma pesquisa sobre os resultados dessa política. E ele falou que: os meninos não podiam usar o computador, porque o professor não sabia usar o computador; eles tinham

³⁵ Aqui registrado como E2: pessoa que nos levou até a Programando o Futuro, que ajudou no contato com a ONG.

medo que o aluno quebrasse o computador; os pais também não sabiam usar o computador; ou seja, ninguém, no fim da estória, conseguia passar para aquele menino a capacidade de usar aquele computador direito.

R1: E muito menos o computador era pra ficar na escola, né?

E1: Então eles não usavam.

R1: Essa parte é uma das partes que fracassou muito. Tanto é que nessa época é que o MEC começa a implantar os NTEs, que são aqueles Núcleos de Tecnologia Educacional. Os núcleos eram exatamente para fazer a formação tecnológica dos professores. Agora o modo operacional disso é que não foi viável. O computador era para o menino levar para casa e não para ficar lá. O professor era para ter a ferramenta dele e ter um processo da capacitação continuada. É nesse momento que nasce o Portal Domínio Público, que é um repositório gigantesco de conteúdo, e o Portal Educacional dos Professores [...]

R1: É nesse momento que se concretiza tudo que foi pensado. E a webcam, era um momento do aluno começar a fazer o registro dele. Usar a ferramenta como uma ferramenta de registro de geração de conteúdo e, acima de tudo, que a gente parasse de consumir tanto conteúdo pronto. Então ele gera o conteúdo dele e ele joga na rede. Tanto é que nas escolas... Toda escola tem o servidor de dados, deveria ter um servidor, essas que estão recebendo o Um Computador Por Aluno, para que, caso a escola não tenha conexão à internet, ele teria rede local para ele ir colocando conteúdo. Pelo menos dentro da escola todo mundo compartilhava conteúdo.

E1: Isso foi outra crítica. Que as escolas selecionas no início, ficavam em comunidades muito carentes também, e não chegava sinal lá. Então eles também não conseguiam acessar a Internet.

VILMA: Problema. Aqui entra o terceiro ponto do uso coletivo, e que é um ponto sensível. Quando o Brasil privatizou os serviços de telecomunicações, ele criou condições de democratização das telecomunicações impostas às empresas. Só que isso foi em 1997. Então em 1997 uma coisa que a gente queria muito é que tivesse muito orelhão e linha telefônica, que todo mundo tivesse linha telefônica. E eles deram um prazo de dez anos para que nos grandes centros tivesse um orelhão a cada duzentos metros do outro. E que toda comunidade rural tivesse pelo menos um telefone, ou um orelhão. Só que paralelo a isso, conforme a Oi e a Telemar iam implantando esses orelhões, ia-se democratizando o acesso a celulares. Ninguém mais usa orelhão. E passaram-se os dez anos, implantaram os orelhões, um custo caríssimo de manutenção por conta da depredação e ninguém mais usa aquilo. Então quando

foram revistas as metas de universalização, em 2007, a gente bateu muito nisso. Que tinha que colocar conectividade nas regiões e não necessariamente orelhões. Então por exemplo, em 2007, uma parte dos acordos, é que entra a estória de que todas as escolas públicas deveriam ter conexão de pelo menos um mega. E isso era um acordo que já tinha com o governo e as teles. Se você pegar os materiais de campanha do Alckmin e do Lula, de 2006, da campanha de reeleição, você vai ver que os dois prometem isso. Eles falam: olha, a gente quer que todas as escolas tenham conexão de pelo menos um mega. Um mega naquela época era tipo cinquenta pra gente hoje: você não tem em casa, mas conhece alguém que tem. E isso entrou como parte. Só que aí, o não cumprimento disso não é um problema só de governo, e nem só de comunicações, nem só da sociedade. As comunicações no Brasil é uma grande marca que tem... Um país gigantesco com dimensões continentais, como dizem, é controlado por três grandes empresas, as três maiores do mundo que é a TelMex, do grupo da Embratel, Claro e Net; o grupo da Itália Telecom, que é a TIM e a GVT; e o grupo da VIVO, que é VIVO e Telefônica, que é a espanhola. E o Lula fez uma coisa que a gente não sabe até que ponto isso é bacana ou não, que foi criar a OI. [...] E a OI corre o risco de parar de funcionar a qualquer momento. E o que significa isso?

E1: Pior que na Estrutural quase todo mundo usa OI para acessar a internet.

R1: A OI é a única empresa que está em 100% do Brasil. Não é uma empresa qualquer. Então é isso, os esforços do governo hoje são para não deixar a OI parar. [...] Então esse é um problema sério. Você monta uma única empresa. Você faz a fusão de duas grandes empresas, que eram a Telemar e a BrasilTelecom. É a única empresa presente em todos os municípios, mas não é uma empresa brasileira e não é uma empresa do governo. Aí esse é um problema. Você foge das metas. Ninguém se comprometeu a executar isso... Vamos pegar o exemplo aqui de Valparaíso. Eu moro desse lado do Valparaíso, que é o Valparaíso I, e tem o outro lado é que o Valparaíso II. Aqui, digamos que é uma área mais nobre da cidade, tem pessoas com melhor poder aquisitivo. Do outro lado é uma área mais humilde, tem pessoas com menor poder aquisitivo. Podemos fazer essa separação. Do lado de cá, a gente tem GVT. Qualquer lugar você pede GVT, você paga R\$ 130,00 (cento e trinta reais), 35 megas, TV a cabo e telefone. Do lado de lá só tem OI. Aí você paga R\$ 90,00 (noventa reais) por um link de dois mega, que é instável o tempo todo. A gente tem essa divisão aqui dentro. E por que a GVT não vai para o lado de lá? Não interessa para ela. Lá é pobre, a área é grande, pobre não paga conta em dia, mas paga né? Mas o investimento é alto e o retorno é baixo. Então ela ficou só do lado de cá. Esse é um problema sério.

[...] E isso é reflexo do restante do país. [...] E isso é reflexo do sistema de universalização. Os caras não vão fazer. Eu sou formado em marketing. Quando eu estava terminando, como tecnólogo, eu estudei um livro que – eu fico muito à vontade para falar essas coisas – se chama [...] A Pobreza na Base da Pirâmide. As pessoas que ficaram milionárias vendendo para pobres. Casas Bahia... Casas Bahia e a Yamada, lá de Belém. São os dois cases que a gente tem. [...]

Cara, a GVT, o hacker dela fica na frente da Meta [estação de Metarreciclagem]. Bem na frente tem o hacker. Quando acaba a luz, não dá cinco minutos, chega um carro com um gerador! Você fica sem luz aqui, mas você não fica sem internet. É sério. E o outro ponto, da problemática dessa história do coletivo, no viés da democratização do acesso à conexão. É o seguinte, [...] independente de qual foi o governante que o Brasil teve – se foi militar, se foi o Collor, se foi Fernando Henrique, o Itamar ou seja qual for – desde que existe o Ministério dos Transportes e o Ministério das Comunicações, ambos sempre estiveram no PMDB. O primeiro rompimento foi em 2011, quando o Paulo Bernardo entra para o Ministério das Comunicações, enquanto PT. Não fez nada, e o Berzoini agora está tendo a chance de criar essa nova imagem. Mas os caras sempre dominaram isso. Quando você diz que o Fernando Henrique privatizou o sistema de telecomunicações, foi arquitetado pelo PMDB, era o pessoal dele que estava lá [no Ministério das Comunicações]. E enquanto o Lula foi presidente, o Hélio Costa foi, em tempo, Ministro das Comunicações, e foi um excelente ministro para a inclusão digital. Ele criou alguns dos melhores programas de inclusão digital, mesmo levando porrada do PT, e a gente é tranquilo pra reconhecer isso. Ele criou o GESAC, que é um programa que leva conexões via satélite para comunidades remotas. É de baixa qualidade, mas funciona. Pensa em Ilha das Cinzas, fica em uma cidade chamada Gurupá, no interior do Pará, onde a cidade mais próxima são oito horas de barco, que é Macapá. Como é que esse povo acessa a internet? Lá, a antena do GESAC que a gente colocou, com conexão de 256 KB, é a melhor coisa do mundo para eles. 256 KB aqui nem a rádio você não usa mais. Entendeu? É a melhor coisa do mundo para eles lá. Claro que a gente queria que fosse 2 megas, e tal. Mas o que existe por trás de todo esse problema, e que nem sempre as pessoas percebem, é que antes da privatização, em 1997, cada estado tinha uma empresa de telefonia. Tinha a TELEBRASÍLIA, a TELEGOIÁS, a TELESP, a TELERJ, a TELEPAR, enfim... E existia a Embratel. A Embratel congregava todas as operadoras. Não é que ela congregava, ela implantava a infraestrutura de todas as telefonias em nível de Brasil. Quem congregava era a Telebrás. Então quando privatiza, eles foram fazendo lotes. Então: um lote, a TELESP; outro

lote, sei lá, a TELEACRE, a TELERON, a TELEMS, pegaram as três e privatizaram. E fizeram um grande lote que era a Embratel. Privatizaram a Embratel de uma única vez, e quem comprou foi o pessoal do México, a Telmex.

Privatizar ela significa que melhora os serviços. Mas tem um problema sério por trás, e eu falo isso há anos para as pessoas. A Embratel construiu toda a malha de infraestrutura em nível de Brasil. Por isso que hoje você pega telefone celular aqui e você liga lá em Boa Vista pra (...), a três mil e poucos quilômetros daqui, e você fala em tempo real, de celular pra celular, manda mensagem, troca *Whatsaap*. Tem uma malha de dados pra isso. A gente pegou todas as malhas, e vendeu para a Telmex. O que isso significa? É como se a VIPLAN vendesse os ônibus dela, e continuasse sendo VIPLAN. É quase a mesma coisa. É como se a GOL vendesse os aviões dela pra TAM e continuasse sendo GOL. Aí eu falo para as pessoas assim: cara, se um dia o dono da Telmex – ele é o homem mais rico do mundo hoje [...] – levantasse de mal humor, revoltado com a vida e dissesse “gente, desliga o servidor lá do Brasil, a gente não vai mais vender conexão pro Brasil”. Ele não vai fazer isso, mas pensa nessa hipótese. Você não sacava mais dinheiro, porque Banco do Brasil, Caixa, Itaú, Bradesco, tudo é via Embratel – aí a expressão ‘via Embratel’. Os aposentados não recebiam mais, você não depositava dinheiro, a conta de energia da sua casa era cortada, você não abastecia o carro, você não fazia mais nada. E aí vira crise, vira o caos, vira uma guerra civil. O Exército não entraria em cena porque até as informações do Exército trafegam via Embratel. O Governo não conseguiria avisar os estados, as repartições públicas, os órgãos federativos, porque a transmissão de telefonia e de dados é tudo via Embratel. Então a gente tem um problema seriíssimo. É um problema de segurança militar. De Estado, de segurança militar e de Estado. E os militares sabem disso. E esse é um dos principais motivos da guerra que os militares têm com o PSDB hoje. [...] Cara, segurança do Exército trafega em rede privada! Isso é um problemão.

Então o governo o governo começou a criar em 2009, depois de muita pressão de todo mundo e de muita porrada, ele criou um programa que talvez você nunca ouviu falar, que tem pouca publicidade, que se chama Plano Nacional de Banda Larga. O que é o Plano Nacional de Banda Larga? É o Governo construir uma malha de dados dele, para que ele não fique trafegando dados pelas informações dos outros. Então, algumas coisas sobre internet, não sei se vocês sabem disso, mas uma parte da conexão utilizada no sul do Rio Grande do Sul, lá no extremo sul do Brasil, vem do Uruguai, e não do Brasil. Toda conexão que é utilizada no Amapá, ela vem da Guiana Francesa, não vem do Brasil. Porque a

TIM é a única operadora de internet da Guiana Francesa, então ela colocou internet no Amapá que era mais próximo com cabo óptico enterrado no oceano chegando até lá. A região norte de Roraima utiliza conexão que vem da Venezuela, da Telefônica, porque é mais próximo chegar da Venezuela para lá do que de Manaus para lá. E Cuba, até pouco tempo atrás, por conta do boicote que tinha e tudo, Cuba inteira, que é uma nação, tinha 200 Mega de Internet, dividido entre universidades, governo e sociedade. Aí uma das últimas coisas que o Chávez fez antes de morrer foi passar cabo óptico da Venezuela para Cuba, pelos oceanos, para garantir o sinal e elevar a qualidade do que tinha lá. Hoje acho que são 100 Gigas que Cuba tem de conexão lá dentro. Não está resolvido, mas melhorou muito. Em nível de Brasil, Ceilândia é uma cidade que está beirando os 600 mil habitantes. O estado do Amapá tem 400 mil habitantes. Significa que a nossa Ceilândia tem mais população que o Amapá todo. Aqui em casa eu uso um link de Internet de 15 Mega, que é muito bom, estou extremamente satisfeito, não penso em trocar. O estado do Amapá todo tem 100 Mega de Internet. Dividido entre universidade, empregos, governos, sociedade e instituições de pesquisa. 100 Mega. Se juntar nós três aqui, a gente tem mais internet que o Amapá. Quando é que a TIM ou a OI vai lá fazer investimento? E assim, Ceilândia, em uma hora de carro, nós três entramos num carro e conseguimos contornar a Ceilândia. Lá no Amapá, são as comunidades ribeirinhas, nas beiras de rios, em comunidades isoladas, em ilhas, e tudo. Então a conexão lá é uma coisa seriíssima. No Amazonas, no Pará...

[...]

Então, o que está por trás disso, são os interesses das empresas de telecomunicações. O cara que arquitetou toda essa história do Plano Nacional de Banda Larga, da implantação da malha e tal... Pensa no mapa do Brasil assim, deixa eu desenhar para vocês. Pensa de baixo para cima, a gente está aqui no meio. O Plano Nacional de Banda Larga está em implantação, ele já começou. Está saindo um cabo de fibra óptica de Brasília, Goiás, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, e daqui eles estão subindo para Fortaleza, de Fortaleza vai pra Manaus, de Manaus volta para Brasília. Eles estão fazendo assim, estão nesse estágio aqui, subindo para Fortaleza. De Fortaleza eles vão ligar até Portugal, para conectar com a Europa, aqui embaixo, eles vão ligar acho que Japão, Ásia, num trecho maior, vão aproveitar uma parte do que já tem interligado no Chile, e aqui em cima, em Fortaleza, eles sobem para o restante da América, América Central e América do Norte. Mais ou menos isso a malha que eles estão criando. O cara que implantou, conseguiu o recurso e começou a execução, com três meses

tiraram ele do processo. Ai de lá pra cá estão indo assim, muito lentamente, mas está indo. A gente tem expectativa que isso aconteça.

Então, isso é o problema da conexão. O nosso trabalho com cidadania, com inclusão digital, com apropriação, também tem um pouco a ver com isso. Formar pessoas que tenham senso crítico, que consigam produzir conteúdos, que valorizem a cultura e os conhecimentos locais, e principalmente, não formar pessoas para esse modelo tradicional. Então, se a gente tivesse utilizado o *software* proprietário ao longo desses anos, a gente estaria ensinando as pessoas a fazerem, a utilizarem padrões americanos. E não, a gente hoje... Hoje não, desde sempre construímos pessoas que constroem programas, que constroem saberes, que constroem conteúdo, e tudo o mais. Aqui na Metarreciclagem, que é o nosso projeto [...] aqui, a última coisa que nós criamos lá foi uma impressora 3D, totalmente feita de lixo, sucata, resíduo, e que imprime qualquer objeto que você queira em três dimensões. Sem nenhum nível de conhecimento nosso. Tudo feito por ex-alunos. Então é o aluno que aprendeu a programar em PHP, que é uma linguagem livre pra Internet, que descobriu o Arduino, que é uma placa que você controla livremente. Você constrói a placa. Aí eles compraram uma placa e aprenderam a construir a placa. Então hoje a gente constrói placa de computador. Se você quiser colocar quatro câmeras na sua casa controlada por uma placa para você ver pela internet, eles sabem fazer aqui. Eles fazem. Eles que fazem! Não é que eles vão comprar da China e instalar para você não. Eles que fazem, no modelo que você quiser. Se você quiser a placa redonda, eles vão fazer ela redonda; triangular eles vão fazer triangular; no formato do seu rosto, eles vão fazer isso. E aí eles foram fazendo outras coisas, entre elas a impressora 3D. Hoje a gente tem impressora 3D, duas, eles estão montando a terceira e agora vão montar a máquina, que a gente pega o monitor, joga na máquina e sai o filamento da impressora 3D lá na frente ou plástico granulado pra reciclar. Isso, em síntese, é o que a gente acredita.

E1: E esses meninos são ex-alunos?

R1: São ex-alunos.

[...]

E1: E aí vocês reproduzem isso com os outros alunos também?

R1: Sim. São algumas coisas que têm sobre inclusão digital... Mais uma coisa bacana pra te falar, é... Nos últimos doze anos da nossa vida... Quando o governo decreta inclusão digital, política pública e tal... Por exemplo, o CDI não achou espaço para levar isso para dentro do governo. Tiveram inúmeras conversas, mas não “dava a liga”, assim. O governo tinha essa

preocupação do *software* livre e eles não tinham diálogo. O governo tinha a sensibilidade e eles não tinham diálogo para isso. A questão do reuso das máquinas, eles foram contra ter subsídio nos impostos para as pessoas comprarem o computador. Eles achavam que as pessoas tinham que usar dentro do CDI, e não nas casas. Eles achavam que o dinheiro do imposto poderia ser usado para democratizar. “Não era isso que a gente queria”, e tal. E aí, quando o governo decreta a política pública, você tem que correr. Você tem que ter meta, você tem que ter execução, tem que ter cronograma e tudo. E o CDI não deu liga pra isso. Aí o governo começou a achar as experiências e ir buscar. Trouxe a experiência da prefeitura de São Paulo, do governo do Rio Grande do Sul. E aqui em Brasília a gente teve uma experiência muito legal, que o Banco do Brasil é a empresa que mais consome Tecnologia da Informação no Brasil, e a maior compradora de TI no Brasil. Hoje o parque tecnológico dele possui 120 mil máquinas. Ele troca 32 mil máquinas ano. Ou seja, ele gera muito material. E eles foram sensíveis a pegar essas máquinas e destinar para a inclusão digital. Ai eles convidaram a gente, por meio do Jacques Pena, pra gente modelar um programa de reaproveitamento dos equipamentos e de inclusão digital. **Então a nossa experiência maior e mais consistente foi nisso, numa relação com o Banco do Brasil, que dura até hoje.** Mas que a gente fez um desenho de **montar telecentros espalhados pelo Brasil, reaproveitando equipamentos que o Banco tira de uso, em condições de uso, não de qualquer jeito, mas em condições de uso, utilizando *software* livre, fazendo a capacitação dos monitores, dos educadores, as pessoas que vão cuidar disso, e além de fazer a capacitação, que fortalecesse entidades locais. A rede hoje é composta de 900 telecentros, espalhados pelo Brasil. Em todos os estados, a maioria dos municípios. A preferência para a implantação dos telecentros são os municípios de menor IDH, ou seja, quanto mais pobre, maior a preferência para receber. A maior parte deles (telecentros) fortalecem ONGs locais, e todo telecentro está atrelado a algum projeto social da comunidade.** Esse é o grande barato. Então assim: “ah, vamos montar com o Fulano lá em São Sebastião”. Beleza, o Fulano vai lá aluga uma loja e põe as máquinas. Não. Não funciona. Mas a gente pode colocar no CAIC de São Sebastião que trabalha com alunos portadores de necessidades especiais. Ok. Podemos montar com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Brasília. Ok. Acampamento do MST. Ok. E muitos empreendimentos... Empreendimentos produtivos, que a gente chama. Então, há três semanas, passou no Globo Rural uma reportagem sobre o crescimento do consumo da tapioca no Brasil. Porque o brasileiro está consumindo muita tapioca, principalmente para deixar de consumir o glúten. (...) Aí passou essa reportagem, e era uma associação de produtores de

mandioca de Sergipe, de uma cidade chamada Campos do Brito, que eles conseguiram elevar em 200% a renda deles parando de fabricar a farinha e passando a produzir a massa da tapioca. E quem deu a reportagem foi o líder deles, e o líder deles é ex-monitor da estação digital que a gente montou pra fortalecer o trabalho deles, fazer controle de gastos, de vendas, vendas pela internet e tudo.

E1: Por falar nisso, você sabe se têm telecentros na Estrutural?

R1: Eu acho que funcionando não. Lá já foram montados uns três ou quatro. Mas que eu lembre não.

E1: Porque conversando com os alunos, nenhum deles nunca foi em nenhum telecentro, mas todos já foram em *Lan Houses*. (..) E eu já vi teses sobre isso, de pessoas que também já estudaram o CDI, e que falavam que o CDI não funcionava, que os telecentros não funcionavam, mas todo mundo ia pra *Lan House*. Parece um fenômeno. Por que isso?

R1: Mas eu acho que *Lan House* é legal, eu não acho *Lan House* é ruim.

E1: Tanto é que hoje o CDI tem um projeto para *Lan House* também.

R1: Olha, aqui onde a gente está, que é bem pertinho da (estação de metarreciclagem), dá um quilômetro daqui... O Valparaíso tem cinco bairros nessa parte de cá: etapas A, B, C, D e E. A gente tá na B. Nem todo mundo da B sabe da gente. E é um espaço gigantesco, três grandes laboratórios. Na etapa C pouquíssimos, na etapa D alguns e na etapa E acho que ninguém sabe da gente. Das *Lan Houses* eles sabem. Então tem uma questão de proximidade e comodismo. O cara não vai andar três quilômetros para ir usar uma máquina porque é gratuita. Anda. O nosso acesso ele é gratuito, tem gente que chega a andar 10km de bike, vem e passa o dia com a gente, isso tem muito. Mas, das pessoas virem utilizar os mais perto não, o cara acaba pagando na *Lan House* e fica lá. A *Lan House* abre à noite, abre final de semana e tal.

Ai, o que você pode entender disso? Eu, talvez não tivesse saco para usar um telecentro em determinados momentos. Eu já precisei inúmeras vezes, eu tava viajando, tinha que fazer não sei o que e mandar pra cá, eu ia na *Lan House*. Primeiro porque eu não sabia onde tinha telecentro. Depois porque eu queria me concentrar ali, fazer aquilo e mandar. E tem muita gente que usa o telecentro por ocupação. Então, a gente tem alunos ali, que terminaram todos os cursos e estão com a gente lá meio que de bobeira e a gente foi criar algumas coisas para esses meninos se ocuparem. Por quê? Os amigos deles todos estão viciados em droga e traficando. Os moleques não querem aquilo. A mãe foi lá pedir para eles ficarem, eles

ficaram. E acabaram virando filhos nossos lá. A gente brinca: “olha os nossos filhos aí”.
Idoso.

E1: Idoso vai muito pra interagir também.

R1: Idoso vai. O curso de dois meses dura dois anos. Eles querem se ocupar, eles querem ter rotina de sair de casa, de andar e se sentir ocupado. E se sentir, ter pessoas que têm atenção pra eles.

R1: Aqui em Brasília... Você é de Brasília?

E1: Sou.

R1: Eu não sou, mas eu moro aqui desde sempre. Mas a gente fala que Brasília é uma ilha, Brasília não existe. [...] Tipo a gente tem um programa de estágio lá para os ex-alunos. O aluno recebe R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) pra ficar quatro horas por dia conosco, fazendo as atividades técnicas nossas lá, com os computadores recondicionados. Então o aluno que fica de 14h às 18h, ele chega 13h50, 13h45, 14h, 14h05 e sai às 18h, 18h05, 17h50 e tal. Ok. Quando eu estava lá no Piauí, que a gente implantou uma [estação de] metarreciclagem lá, fiquei uns quinze dias lá acompanhando todo o processo. O aluno que faz estágio de 14h às 18h, ele chega sete da manhã e vai embora meia noite. Aí eu fui tentar entender o porquê. Cara, o cara não tem o que fazer lá. Falta ocupação, falta serviço, falta dinheiro... Falta ocupação, sobra ociosidade. E como é algo que chama muito a atenção dele, o cara quer aquilo para a vida dele. O cara e a menina. Os meninos e as meninas. Era impressionante, eu chegava lá sete e meia, oito horas, já estavam lá os 30 da manhã e os 30 da tarde e passava o dia! E não tem esse problema: “ah, e meu almoço?”, “ah, e meu lanche?”. Eles se viram. Levavam marmita, ou iam embora comer... E eu senti esse reflexo no interior do Piauí e do Ceará é a mesma coisa. Acaba o curso e o cara continua lá, o cara não vai embora, ele não deixa de estudar.

E1: Vocês trabalham com quantos alunos hoje?

R1: Hoje 120 alunos a cada dois meses.

E1: E estagiários?

R1: 20 estagiários a cada quatro meses.

E1: E quantos “filhos”?

R1: Ah, os “filhos” lá acho que são doze já.

E1: E qual a faixa etária?

R1: A partir de 12 anos. A média é de 15 a 18.

E1: E eles normalmente ficam até 18 ou podem continuar?

R1: Pode! A gente tem muito idosos lá também conosco.

E1: Outra coisa que eu queria te perguntar, quando você falou dessa questão do currículo, eu percebi muito nas professoras uma intenção de formar para o mercado de trabalho. Na minha perspectiva, [...] a cidadania está muito além do mercado de trabalho, mas existe um foco muito grande nisso. Qual a sua visão a respeito disso?

R1: Olha, uma das bandeiras que a gente tem é uma coisa que o Gilberto Gil falava muito, que you have to learn to respect local knowledge, local culture and especially what people want. Então, hoje tem um debate muito grande sobre a questão da juventude rural. O jovem rural – o que você pode oferecer de políticas públicas para ele? Não sei se você sabe, mas a 20km daqui tem um quilombo, que é o Quilombo Mesquita, na Cidade Ocidental, onde moram 200 famílias que são todos, todos são parentes entre eles, mas são descendentes de escravos. Fica a oito quilômetros do centro da Cidade Ocidental. O que você oferece de políticas públicas para esses jovens? Eu não sei. Primeiro você tem que saber o que ele quer da vida. E isso a gente aprendeu desde cedo, a entender o que as pessoas querem.

A gente não prepara para o mercado de trabalho, a gente prepara para a vida. Então, logo no começo, a gente fazia a capacitação dos educadores. Por exemplo, nessa rede de 900 telecentros, a gente trazia gente do Brasil inteiro pra Brasília, fazia uma formação de uma semana – uma formação pedagógica e técnica – e a pessoa voltava pra desempenhar o papel dela. Muitos, muitos, muitos com dois, três meses depois saiam do telecentro. Ai o pessoal falava: ah, perdemos dois, três mil reais de investimento. E eu falava: nós não perdemos, nós ganhamos. Ele optou o que ele quer fazer da vida. Ele vai fazer com uma outra visão, uma outra bagagem. Isso é inclusão digital? Mais do que nunca! A gente prepara para a vida, não para o mercado de trabalho. [...] tem uma discussão muito grande há muito tempo sobre o que é emprego e sobre o que é trabalho. Emprego... Volto a dizer, Brasília é um ilha. Concurso público, é bater cartão, é trabalhar de 9h às 18h, parar uma hora para o almoço, receber o 13º e todo janeiro tirar férias. Ok. Vem aqui e pergunta para os nossos alunos, quantos querem isso para eles. Eu não sei, mas isso a gente pergunta, há muito tempo a gente pergunta. Uma boa parte quer, a maior parte quer. Mas a gente tem que olhar para aquela menor parte que não quer isso pra ele. Ai você entra com outras coisas. Então, por exemplo, tem muita gente ali que não quer trabalhar, quer se dedicar aos estudos, que é um direito dele, a gente tem que criar as condições favoráveis para isso. Tem muita gente que não quer mais ir trabalhar em Brasília. Porque ir trabalhar em Brasília, é perder três horas por dia de trânsito, e viver

estressado e cansado. Então a gente sempre fala: se você estiver fazendo faculdade, fazer estágio lá pode ser uma boa opção, porque você pode sair daqui umas 10h e voltar umas 17h, não pega tanto trânsito, mas você vivencia um mundo de trabalho lá que é interessante, que é o mundo governamental. Vai te dar uma boa visão de organização, de políticas e tudo. Mas outros querem ficar por aqui. Então, a gente sempre faz a conta assim: quem ganha R\$ 1.000 (mil reais) em Valparaíso num emprego hoje, básico, esses R\$ 1.000 em Valparaíso é como se valesse R\$ 2.500 (dois mil e quinhentos reais) no Plano. Por que? Aí fazemos as contas. Separa tanto de combustível, ou tanto de passagem, tanto de alimentação, roupa que você vai trocar, o cansaço que você via chegar em casa à noite e não vai fazer mais nada e sábado de manhã você dorme até meio dia porque não aguenta. Ou pode valer R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), porque você não vai aguentar fazer faculdade à noite, porque você vai estar muito cansado, e você não vai conseguir voltar pra casa. Então, às vezes, R\$ 1.000 vale muito mais que R\$ 5.000. Qual a opção que vocês querem? Muitos querem ir para lá. E a gente faz isso. E a gente estimula muito o mercado informal de trabalho entre eles. Pegar por exemplo, o Paulo³⁶. Paulo foi aluno nosso, passou pelos seis ciclos e hoje é professor [...] Quando a gente o chamou para ser professor, ele pediu ajuda pra gente pra montar um loja de informática, porque ele gosta muito, já gostava e está totalmente decidido a montar a loja. A gente falou para ele que o estágio só podia durar seis meses, e ele falou: é o tempo que eu preciso para montar a loja. E a gente condicionou que enquanto ele desse aula, que ele buscasse o apoio do SEBRAE pra montar a empresa dele. E ele vai montar. Agosto. Julho, nas férias do colégio dele, ele vai montar o ponto, comprar material, e vai abrir em agosto. Então casa certinho o tempo dele. **E a gente não fez interferências na escolha dele, a gente criou condições para isso. Então essa questão e emprego e mercado de trabalho, pra gente é muito tranquilo.**

A gente trabalha aqui com os meninos do CRAS também. Do CRAS e do CREAS, dos menores infratores. E muitos em conflito com a lei por roubo, por tráfico, por morte. Eles chegam, a gente trabalha no anonimato, nunca dissemos nada para eles. A gente dá uma “catracada” quando eles chegam, e fala assim: “é o seguinte, não quero saber seu histórico”. O CREAS quis mandar pra gente e a gente falou: não, ele é um fulano igual a qualquer um. Meninas, meninas com filho vem pra cá também. E aí a gente sempre fala: “Olha, esquece o passado. Enquanto você estiver aqui dentro, as regras são essas. Enquanto você cumprir as regras, você vai ser bem-vinda aqui e tira o máximo de proveito disso daqui para vocês. Isso daqui não é meu, isso é para vocês, então faz valer. Vai vir mais gente, então tem que valer o

³⁶ Trocamos por um nome fictício.

tempo de vocês”. E tem vários casos desses que o menino começa a prestar serviço. Pegar computador para arrumar, instalar programa, instalar internet. Aí são R\$ 20,00 (vinte reais) pra instalar a impressora, R\$ 50,00 (cinquenta reais) pra formatar, e vai gerando renda pra ele. E depois a gente perde o contato. E aí, essa é a maneira de satisfação pessoal. Para você se satisfazer você não tem que ficar medindo resultado. A política pública tem que medir, tem que saber os impactos disso. Mas a realização pessoal não. Você cria condições e deixa o cara se virar. Uma hora você sabe. Uma hora alguém vai te falar que viu o fulano fazendo isso, e tal.

E1: Você falou da questão do Governo Federal. Aqui no Distrito Federal você acha que existe um ambiente institucional favorável para a inclusão digital? Incentivos, leis. Qual a sua visão sobre isso?

R1: (balança a cabeça negativamente)

E1: Não tem?

R1: O Izalci (Lucas) no governo Arruda... [...] O Izalci, em três anos de governo Arruda, ele montou um programa de inclusão digital com 400 pontos de inclusão digital. E o programa que tinha que ser replicado, tinha que ser bem pensado – tinha que ser melhorado – mas ele tinha que ser bem pensado. Lembra um pouco a experiência da prefeitura de Belo Horizonte. Lá na Estrutural, enquanto você estava lembrando, a gente montou dois (telecentros) em cooperativas, duas estações de telecentro lá. Que é uma lá no meio, e a outra ao lado da Capital Recicláveis. Eu esqueço o nome daquela cooperativa... E roubaram os equipamentos com três meses de uso, nas duas. Aí a gente foi colocar equipamento de novo e eles não quiseram, porque junto com os equipamentos levaram coisas deles, aí o prejuízo foi grande. Mas o modelo que o Izalci fez, ele tinha – entre esses quatrocentos pontos – ele tinha alguns grandes, com vinte, trinta máquinas. Samambaia, lá onde tem a Meta (metarreciclagem) era um grande ponto, mas ele tinha muitos pequenos telecentros. Tinham telecentros com cinco máquinas. No Gama tinham dezoito telecentros assim. [...]

E1: Esses telecentros funcionavam onde? Em escolas? Onde?

E2: Escola, igrejas...

R1: Em associação de moradores, em CREAS... [Era] Formação em massa!

E2: Formação de uma semana. Aí ele entregava diploma, entregava diploma. O negócio dele era entregar diploma. [...]

E1: E depois? No governo Agnelo isso [o Projeto] ficou parado?

R1: Tenho honra de dizer que o pressionamos os quatro anos, mas não saiu nada. Se você for ao GDF... Agora não né? Mas se você for no governo Agnelo e olhar o que ele fez de inclusão digital em quatro anos, só vai aparecer a gente, a Metarreciclagem. Foi a única ação prática deles, e que não envolveu nenhum centavo de recurso público.

E1: E como foi que eles apoiaram de alguma forma?

R1: [...] a gente foi montar o projeto, eles cederam o espaço na Samambaia, e a gente começou a carregar eles nas costas o tempo todo.

E1: O espaço da Metarreciclagem...

E2: Só cederam o espaço?

R1: Só o espaço.

E1: E eu esta também lendo um material, o Livro Verde. Você chegou a participar da elaboração desse livro?

R1: Da metarreciclagem?

E1: Não, o Livro Verde do Governo Federal.

R1: Não, eu fui no lançamento desse livro. Alguns amigos meus...

E1: Como foi isso? Porque o discurso é muito bonito...

R1: É, aquilo ali era uma maneira de você projetar o Brasil num cenário de inclusão digital para o século XXI. É uma coisa mais a ver com a virada de século do que com política pública, propriamente dita. Aí, desse Livro Verde, nasce um outro movimento também, que eu acabei não falando, que é a Oficina Para a Inclusão Digital. Eu vou tentar te explicar o Livro Verde pela Oficina de Inclusão Digital.

Na virada do século, o Brasil tinha acabado de privatizar as telecomunicações e tinha esse desafio do que é inclusão digital. O governo Fernando Henrique, para não dizer que ele não fez nenhuma ação de inclusão digital, ele propôs, no fim do governo, fazer uma Oficina Para a Inclusão Digital. O que é a Oficina? Junta todo mundo, e vai lá... Junta todo mundo que trabalha com telecomunicações, informática e inclusão digital e vamos fazer umas apresentações sobre o que essa turma anda fazendo por aí. A Oficina foi o desfecho do Livro Verde. Antes, ele tinha organizado as pessoas que lidam com isso para sistematizar o que seria um programa de acesso às tecnologias, e a Oficina é o momento em que você leva as pessoas lá para discutirem isso. Mas aí, estavam assim, Caixa Econômica, Correios, SERPRO... Estavam umas vinte grandes empresas de TI no Brasil, tipo a Embratel, a Fulcral, a IBM e tal, e acabou virando uma rodada de negócios. [...] Mas o Livro Verde é uma boa publicação.

E1: Você falou da questão do movimento. Mas existe um nome desse movimento? É um Movimento pela Inclusão Digital? Que movimento é esse? Como que ele se articula? Quem são os atores por trás disso?

R1: Olha, de maneira institucional tem o Comitê Interministerial de Inclusão Digital, que compõe o Governo Federal e tudo, com Ministérios, empresas públicas, e tal. O movimento que a gente fala, ele não é institucional, não tem um nome. São as ONGs que fazem inclusão digital, com alguns entes do governo, e nós participamos. Acho que são doze ou treze instituições que compõem. Aí entra nós [Programando o Futuro], os Maristas, uma ONG chamada Coletivo Digital, de São Paulo, o Sampa.Org, a RITS (Rede de Informações do Terceiro Setor), o projeto Saúde e Alegria, do Pará, que trabalha com acesso a serviços de saúde e de inclusão digital em comunidades remotas; o CGI. O CGI é a entidade de maior prestígio, é o Comitê Gestor da Internet, é uma entidade que foi criada para controlar o operacional da Internet, não o conteúdo. Tudo que acontece com a Internet no Brasil é sob orientação do CGI, protocolos, tecnologia, essas coisas. Cada país tem um comitê desse.

E a gente faz anualmente a Oficina para a Inclusão Digital. O governo Fernando Henrique fez a primeira, foi aquela coisa doida, e o Lula continuou fazendo. O Lula fez seis edições, e nós fizemos outras seis depois, porque está na 13^a. Esse ano nós vamos fazer em São Paulo, vai ser em novembro. [...] É um encontro para três mil pessoas esse ano, do Brasil todo, todo mundo de telecentro.

E1: E o que acontece nessas Oficinas hoje em dia?

R1: Do Lula para cá, elas começaram a virar pontos de capacitação, então têm muitas oficinas de formação, de diálogos com o governo e de troca de experiências.

E1: Tem registro disso em algum site?

R1: Tem. Eu não lembro o endereço. Digita no Google Oficina Para a Inclusão Digital. Acho que é .org. Aí lá, uma coisa que é bom você ver, que talvez possa te ajudar: toda edição que termina, a gente faz a carta. Então a Carta de Brasília, a Carta de Belém, a Carta de Recife, e tal. E ali a gente sintetiza o que foi discutido e o que a gente almeja por mais um ano de inclusão digital. Aí lá no site vai ter todas as cartas para você pegar.

E1: O único material que eu encontrei a respeito falava apenas do [movimento do] *software* livre. [...] Como é esse movimento no Brasil? Ou ele está muito misturado (com outras lutas)?

R1: Não, isso daí você pega a galera... É um mix de coisas que está todo mundo junto. Se você pegar assim, o movimento do *software* livre, o movimento da inclusão digital, o movimento da banda larga, o movimento do direito dos consumidores e juntar todo mundo.

Aí você fala assim: “cadê a galera da banda larga?”, vai ter uma parte que vai pra cá; “cadê a galera do *software* livre?”, você tira uma parte de lá, com uma parte que está aqui. Está todo mundo junto e misturado nessa história. Tanto é que a gente fala: “qual o movimento que você milita?”, “Ah, eu é *software* livre”, “Ah, o meu é *software* livre e inclusão digital”, “Não, o meu é só banda larga”.

E1: Qual é o seu (movimento)?

R1: Eu estou no da inclusão digital e no *software* livre. E da metarreciclagem!

E1: Então o da metarreciclagem já é outro?

R1: É, é outro. O da metarreciclagem, a gente é pioneiro nessa história.

O *software* livre nasceu nos EUA, com... Você já viu a respeito?

E1: Já.

R1: Então vou pular essa parte. No Brasil, é o seguinte, no ano 2000 o PT ganhou a prefeitura de São Paulo e em 1998 o PT ganhou o governo do Rio Grande do Sul. Eu falo do PT porque tem que dar os créditos, porque foi nele que nasceu esse movimento. No RS eles começaram a montar telecentros influenciados pelo CDI, seduzidos pela proposta, e utilizaram a Companhia de Processamento de Dados do RS pra fazer isso, a PROCERGS. O presidente da PROCERGS abriu licitação pra comprar equipamentos e montar três telecentros, se eu não me engano, lá na região. E ele ficou louco quando ele viu que o valor do *software* representava 70% do valor da licitação. E aí ele conheceu o pessoal numa palestra e falou: “Não, usa Linux, usa *software* livre”. E aí, meio que nasceu assim. E em São Paulo, a mesma coisa. Uma amiga minha foi coordenadora de inclusão digital da prefeitura, e era a mesma coisa. Lá em SP eles conseguiam multiplicar por três o número de máquinas se eles utilizassem o *software* livre. O que eles fizeram? Compraram as máquinas, pegaram os Linux que tinham disponíveis na época, e colocaram servidores da PROCERGS e da Prefeitura para customizar o *software*. Então eles tiveram um ganho muito grande e eles pegaram para eles a tecnologia. É a mesma coisa do seu carro só poder fazer revisão na autorizada, você vai pagar sempre mais caro. Agora se o teu amigo tem uma oficina, você paga mais barato, entendeu? A lógica é essa. E como essa galera não tinha tanto serviço pra ficar customizando eles começaram a criar soluções. Então começaram a criar *software* para cadastro de usuário, *software* para controlar o que os computadores faziam na rede, bloquear site, e tudo. E isso acabou virando uma avalanche, eles começaram a levar para dentro da administração pública também.

E nas Oficinas de Inclusão Digital que a gente foi fazendo depois, o *software* livre é premissa nossa. Então acho que 30% de todas as oficinas de formação elas são em *software* livre. A

última que nós fizemos, para você ter uma noção, a gente fez produção de vídeo em *software* livre, produção de games e produção de animação 3D em *software* livre. Foram as que mais lotaram, foram essas oficinas. E isso foi muito estimulado.

Quando começa o governo Lula, eles criaram dentro da Presidência da República, tem o ITI – Instituto de Tecnologia da Informação. Já tinha nos outros governos, e eles colocaram um militante do *software* livre para ser o presidente do ITI, que é o Sérgio Amadeu. Aí ele botou como premissa: olha o governo vai usar só [*software*] de agora em diante. Durou dois anos né? Basta dizer que ele ficou só dois anos. Não aguentou ficar muito tempo. Mas ele disseminou muito isso.

E1: É porque também não adianta dizer que o governo só vai usar isso, a gente chega lá sem saber usar.

R1: Não, se você não investe em formação, não adianta colocar ferramenta.

[...] nessa época eu trabalhava na Caixa Econômica, antes de vir para a Programando [o Futuro] de vez. Eu trabalhava na fábrica de *software* da Caixa Econômica, pela Politec, e não sei se você sabe, mas o Brasil tem o melhor sistema bancário do mundo. Em nenhum outro país do mundo você desconta um cheque e compensa ele em 24 horas. E não é em qualquer país do mundo que você pega um *smartphone* e transfere dinheiro da Caixa para o Bradesco, caindo em dez, quinze minutos. Nem nos EUA você faz isso. O sistema bancário brasileiro é um dos melhores. Aí a gente teve uma reunião com o pessoal do ITI na época e eles falaram: a determinação da Presidência da República é pegar todos os *softwares* bancários e documentá-los – que não era documentado, a gente desenvolvia “na tora”, não tinha documentação, não tinha registro não tinha nada – porque o Brasil vai disponibilizar esses *softwares* para o restante do mundo. Isso é *software* livre. Isso foi uma das melhores coisas que eles fizeram. Os sete países... São sete né, que falam a língua portuguesa? O sistema bancário deles todos é brasileiro, da Caixa Econômica e do Banco do Brasil. A Caixa (Econômica) pegou, botou tudo numa caixa e perguntou: o que vocês querem? Aí um foi pegando financiamento estudantil, financiamento de automóvel, habitação, etc. Isso é *software* livre.

ANEXO II

QUESTIONÁRIO APLICADO ATRAVÉS DE E-MAIL, COM EDUCADORA QUE TRABALHOU NA ASSOCIAÇÃO VIVER A METODOLOGIA DO CDI NO ANO DE 2012.

1. Qual foi o período que você trabalhou na Viver? Quando você começou, já existia a parceria entre a Viver e o CDI? Essa parceria durou até quando? Você continuou trabalhando na viver após o fim da parceria?

R2: De janeiro a dezembro de 2012. Sim, já existia parceria do CDI-DF com a Viver. Estive somente em 2012 na associação, portanto dados de quanto tempo a parceria durou como um todo, somente a instituição ou o próprio CDI-DF podem informar. Fui contratada pela Associação Viver. O término da parceria do CDI DF não necessariamente precisava ser o término dos meus trabalhos como educadora social na instituição, mas por motivos particulares, minha saída aconteceu no mesmo período que o CDI encerrava atividades com diversas associações em todo DF, inclusive com a Viver. Não continuei na Associação Viver depois do término da parceria deles.

2. Você mesma fez o curso preparatório na metodologia CDI ou foi(foram) outra(s) pessoa(s) da Associação?

R2: Aprendi a metodologia do CDI no ano de 2000. De lá pra cá fiz algumas reciclagens (três), para obter mais conhecimentos sobre a metodologia e aplicar novos aprendizados obtidos nas minhas aulas dos projetos sociais. A Associação Viver somente foi uma das instituições que realizei trabalhos como instrutora de informática e cidadania.

3. Qual sua visão sobre a metodologia (críticas, elogios, sugestões)? Como você empregava a metodologia CDI em suas aulas?

R2: A metodologia utilizada pelo CDI é inspirada nos ensinamentos do Paulo Freire, e eu particularmente, sou apaixonada por ela. Acompanhei em toda minha caminhada em projetos sociais a formação de agentes de transformação com anseios de melhorar suas comunidades em aulas de informática e cidadania.

A metodologia do CDI era e é feita em 5 passos:

1. Leitura da realidade no qual os educandos estão inseridos;
2. Identificação dos problemas, causas e oportunidades de atuação;
3. Elaboração de estratégias para resolver os problemas ou parte desses problemas encontrados;
4. Planejamento coletivo de um plano de ação;
5. Resultado com reflexão sobre as formas de atuação e intervenção dos participantes nos projetos desenvolvidos com utilização das ferramentas do computador.

Na Associação Viver, já existia um conteúdo programático de informática e também projetos de cidadania. A metodologia do CDI nas minhas aulas serviram para melhorar o trabalho em equipe e de produção coletiva na instituição como um todo (não somente comigo e educandos, mas comigo e educadores e gestão). Especificamente, as aulas de informática e cidadania no laboratório aconteceram de forma onde: “Sugeri, propus e produzi” com os educandos gravações de podcast para rádio educativa, pesquisas na internet sobre a Cidade Estrutural e edições de vídeo para campanhas educativas temáticas.

4. Como você descreveria o objetivo principal de suas aulas? Qual era o foco principal? Esse foco diferia de acordo com a faixa etária?

R2: Utilizar a tecnologia para produção coletiva de planos de ação de impacto social, educação ambiental e acesso a cultura. O foco principal foi a inclusão digital e aulas de cidadania. Sim. Para crianças de 7 a 9 anos ministrei aulas utilizando jogos educativos com objetivo de alfabetização. Para faixa etária de 10 a 13 anos realizei campanhas educativas sobre cyberbullying; aulas de cidadania para prevenir, minimizar e combater as micro violências e o bullying cometidos em espaço educativo; e mapeamento do lixo da Estrutural

pelo Google Maps para diálogos sobre assuntos como reciclagem, catadores do lixão e contaminação do solo pelo chorume. Com educandos de 14 e 15 anos utilizei a tecnologia para produção de podcast sobre prevenção e combate as drogas e a criminalidade; acesso a internet para busca de estágios e primeiro emprego; e produção de rimas (rap) para realização de campanhas educativas sobre lixo eletrônico.

5. Você procurava integrar de alguma forma o acesso e a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação com a realidade dos/as alunos/os? Se sim, como?

R2: Sim. Cada turma tinha um ritmo de aprendizagem diferente. A metodologia do CDI era utilizada exatamente para inclusão digital e social de crianças, adolescentes e jovens. Quem sou eu, como é minha comunidade, valorização de talentos, protagonismo juvenil, sonhos e anseios de mudança da realidade local foram assuntos trabalhados com educandos do laboratório de informática e cidadania da Viver. O contato com o computador pelas crianças de 7 a 11, para a maioria nessa faixa etária, foi feito pela primeira vez. Para faixa etária de 12 a 15 anos, utilizar a internet de forma responsável foi o atrativo para produção de miniprojetos de cidadania. Dificuldades com leitura, excesso de bullying em ambiente escolar e complexo de inferioridade, aos poucos foram sendo combatidos e minimizados com as aulas de cidadania. A ferramenta tecnologia despertava nos educandos mais vontade de vencer seus medos e irem em busca de seus sonhos. Dinâmicas, trabalho em equipe e motivação para atividades colaborativas fizeram os educandos quererem aprender mais e mais nas aulas de informática e cidadania.

6. Além de computadores e internet, você utilizava outro tipo de tecnologia de informação e comunicação em suas aulas? Se sim, quais? Qual foi a resposta dos/as alunos/as na utilização dessas tecnologias?

R2: Sim câmera digital, gravação de áudio em celular e utilização da caixa de som da associação viver para promoção de eventos culturais, educativos e sociais na instituição. Os adolescentes gostaram de fazer a leitura da comunidade realizando registros feitos por câmeras digitais em caminhadas próximos da instituição. A produção de vídeo para as campanhas educativas sobre lixo eletrônico emocionaram muito os educandos de faixa etária

de 10 a 13 anos. E, os adolescentes de 14 e 15 adoraram produzir um vídeo clipe intitulado “empreguetes”, inspirado em atrizes da novela “Cheias de Charme” da Rede Globo.

6. O tema da cidadania era discutido em suas aulas? Se sim, como?

R2: Sim. Todos os dias. A Associação Viver em seu projeto político pedagógico da instituição, trabalhou com todos educandos da instituição dois projetos macros: “Valores Humanos” no primeiro semestre e “Sustentabilidade - Educação Ambiental” no segundo semestre. Portanto, baseado nos assuntos de cidadania que a instituição planejava em equipe, e eu trazendo a metodologia do CDI com minha presença, utilizei os mesmos temas que a associação ministrava, para trabalhar cidadania em sala de aula no laboratório de informática. Como a associação realizava o teatro educativo, gincanas culturais e eventos regionais para os educandos, os assuntos de cidadania das minhas aulas fluíam coletivamente junto aos projetos já existentes na Viver. Valores, respeito e campanhas educativas configuravam aulas de cidadania em sala de aula.

7. Você, ao longo dos anos que trabalhou na Associação, verificou que a informática e/ou a abordagem utilizada trouxeram algum tipo de mudança na vida dos/as alunos/as ou na forma deles enxergarem sua própria realidade? Se sim, como?

R2: Sim. Com o tempo e a medida que eles iam aprendendo a utilizar o computador para finalidades de pesquisas, acesso a internet com responsabilidade e criação de texto e planilhas, observei que queriam aprender mais e pensar de que forma a tecnologia seria útil na vida deles ou como a tecnologia poderia melhorar a comunidade deles. Acessar um site para procurar um estágio, fazer a leitura da comunidade online (Google Maps) e ler mais para melhorar rendimento escolar foram resultados das aulas de informática e cidadania na vida dos educandos.

8. A maioria dos seus alunos já tinha acesso a computadores e internet em outros locais fora da associação ou não? O acesso prévio ou não trouxe algum tipo de dificuldade/facilidade no decorrer das aulas?

R2: Na comunidade eles tinham acesso às lanhouses, não tinham computadores em casa e o acesso a internet era somente na Associação Viver ou nas escolas. As dificuldades eram decorrentes da ausência de hábito de leitura por parte de todos os educandos e desinteresse de somente uma das turmas que não gostavam de educadores novatos na associação. O laboratório de informática e cidadania era bastante atrativo para todos os educandos da Viver, tendo em vista que eles não tinham acesso a computadores em casa, portanto o interesse em aprender facilitou os ensinamentos de tecnologia e cidadania.

9. Você percebia algum tipo de diferenciação por parte dos alunos que tinham acesso para com aqueles que não tinham acesso a essas tecnologias fora da associação? Existia algum tipo de barreira ou discriminação entre esses alunos?

R2: As principais características em todos os educandos que percebi quando comecei a ministrar aulas de informática e cidadania na Viver foi a humildade, honestidade e amizade entre eles, mesmo com o excesso de bullying entre a faixa etária de 9 a 11 anos. Creio, que mesmo que parte dos educandos tivessem computadores em suas casas e outros não, não haveria diferenças de status, tendo em vista que o perfil do público que atendi era muito amigo um do outro.

10. Você verificou algum tipo de dificuldade dos alunos com base em questões de gênero ou raciais? Tinham as mesmas dificuldades/facilidades durante as aulas? Respondiam às atividades da mesma forma?

R2: Não haviam dificuldades de aprendizagem por serem negros, brancos ou índios; meninos ou meninas, Todos tinham capacidade, potencial positivo e talentos. O desinteresse de poucos em prestar atenção nas aulas e aprendizados conquistados, independia de gênero ou raça.

11. Você considera que o acesso a essas tecnologias traz algum tipo de mudança na vida dessas crianças? Por que? De que forma?

R2: Sim. Jogos educativos de português para ajudarem na alfabetização e jogos educativos de matemática para melhorarem em concentração, memorização e raciocínio lógico para as faixas etárias de 7 a 9 anos. Para os pré-adolescentes e adolescentes a utilização de câmeras digitais

e celulares para registros de imagens, vídeos e áudios serviriam para serem utilizados em trabalhos escolares. E, o acesso a internet para conhecerem o mundo.

12. O que significa inclusão digital para você? Você classificaria suas aulas como parte de um processo de inclusão digital? Por que?

R2: Significa dar oportunidade de utilização de computador ou tecnologias similares para o público que não tem acesso a esses meios. Sim. Porque são aulas que provocam buscas cada vez mais de cursos de informática e acesso a novas tecnologias.

13. Na sua opinião, a inclusão digital seria uma necessidade, um direito ou teria alguma outra classificação?

R2: Os dois. Quem tem acesso a computadores, tem acesso a conhecimentos e janelas para o mundo. Computadores e internet em comunidades pobres e escassas em casas de famílias com poder aquisitivo pequeno, deixam crianças, adolescentes e jovens em desvantagem no acesso ao conhecimento digital, informação e conseqüentemente oportunidades no acesso a educação. Inclusão digital e inclusão social tem que ser combatidas juntas. Como direito, o governo deve-se pensar a implantar políticas públicas para que mais pessoas tenham condições de comprar computadores e enquanto internet, tornar se uma política de acesso gratuito para todo Brasil.

14. O que significa inclusão social para você?

R2: Oportunidades iguais; democratização e acesso de qualidade para educação, cultura e esporte em forma de oficinas, capacitações, cursos, estágios em empresas e acesso igual em universidades; implantação de mais projetos sociais, culturais e educativos nas comunidades; respeito as diferenças e à diversidade; garantia de direitos do cidadão, da criança e do adolescente; e diálogos de políticas públicas nas comunidades sobre soluções que melhorem a realidade local.

15. Na sua opinião, existe relação entre inclusão digital e inclusão social? Por que?

R2: Sim. Quem não tem acesso a tecnologias da informação, acesso a internet e profissionalização em cursos de informática, não tem as mesmas oportunidades das mesmas pessoas que têm computadores, banda larga e entrada em mercado de trabalho por ter mais cursos. Implantar e oportunizar acesso a computadores em escolas, associações e comunidades é uma forma de inclusão social.

16. Você considera que suas aulas colaboravam de algum modo para a inclusão social dos/as alunos/as? Por que?

R2: Sim. Mais do que conhecimentos de tecnologia é a reflexão sobre como esses meios (computadores) são importantes para educandos alcançarem seus objetivos em lutas por direitos, pesquisas escolares de qualidade e capacidade de competição em seleções para conquistarem bolsas escolares, utilização do computador para estudos e busca de conhecimento para um dia entrarem em universidade ou entrada no mercado de trabalho. Hoje aulas em cursos técnicos, faculdades ou universidades já acontecem em ensino a distancia (ead) e muitos educandos por terem o curso de informática e cidadania buscam meios tecnológicos para construir suas histórias enquanto estudantes.

17. Como você acredita que seu/suas alunos/as se sentiam ao interagir com as tecnologias a que tinham acesso? Acredita que elas consideravam o acesso a essas tecnologias como uma oportunidade que lhes foi "dada" ou como um direito? Por que?

R2: Felizes e com sede de mais aprendizados. Sim, pois a cada acesso a computadores ou acesso a internet eles lembrarão que aprenderam algo e abrirão sempre uma janela para obterem conhecimento. Um dos principais direitos obtidos no laboratório de informática e cidadania, foi o direito a informação. Os demais direitos serão acessados baseados nas soluções que buscarão ao utilizarem a tecnologia como ferramenta de mudança.

18. Ao longo dos anos, muitos alunos dão continuidade às suas atividades na Associação até alcançarem os 15 anos de idade. Você verificava uma mudança no comportamento e no tipo de interação desses alunos/as com a tecnologia ao longo dos anos? De que forma?

R2: Sim. Ao saírem da associação, esses educandos vão crescendo e estudando ou estagiando buscando sempre oportunidades no dia-a-dia deles. As redes sociais, novos cursos de informáticas e cursos técnicos da área, vão transformando-os em perfis de pessoas com mais responsabilidades e comprometimento com os estudos.

19. Você conseguiria dizer se os/as alunos/as conseguiram utilizar os conhecimentos e as habilidades adquiridas fora da Associação e de que forma?

R2: Sim. Pelas redes sociais vejo muitos procurando estágios, cursos, inscrição em campeonatos de futebol ou de moda e interação com outras comunidades para busca de conhecimentos.

20. Em conversa com alguns professores, afirmaram que hoje em dia a abordagem da Associação é diferente da época em que existia essa parceria com o CDI. Disseram que hoje as atividades são pautadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na busca do Desenvolvimento e cidadania da criança, com base em conceitos como Participação, Direito de Ser e Pertença. Você considera que esse modelo realmente difere do tipo de atividade que você desenvolvia à época? Por que?

R2: A metodologia do CDI é apenas uma forma de ensinar estrategicamente qualquer assunto de cidadania em 5 passos orientados em plano de aula e de um plano de curso. Leitura do mundo, pesquisa de dados, planos de estratégias para combater ou minimizar problemas da comunidade, ações de impacto, reflexão do que foi aprendido ou mudado e avaliação do trabalho percorrido, para novos olhares da realidade é uma forma de se trabalhar cidadania na maneira do CDI A Associação Viver com seus educadores, coordenação e colaboradores em geral trabalham muito bem pela inclusão social. Um bom trabalho social e bem feito, é bem feito quando feito com amor, independente da metodologia utilizada. Aprendi muito na Associação Viver, junto e coletivamente com todo o esforço de educadores e gestores em fazer nosso melhor na época para a comunidade (filhos e famílias). Tenho certeza que também aprenderam comigo sobre essa metodologia do CDI. Sempre sou convidada para apresentar DJ nas atividades educativas e culturais da Viver. Sou grata pelo reconhecimento do meu trabalho como educadora social e artista pela Associação Viver da Estrutural.

ANEXO III

ENTREVISTA³⁷ COM A ATUAL MONITORA DE INFORMÁTICA DA ASSOCIAÇÃO VIVER

E1: Para que eles³⁸ não lembram de muita coisa, né?

R3: Não, porque eles ainda eram muito criança, né? Se você for ver a faixa etária deles – isso porque são os maiores que eu peguei, porque eu já peguei a turma dos adolescentes –, mas a faixa etária está entre treze, quatorze anos, naquele tempo eles tinham o que?

E1: Uns nove...

R3: Já faz uns três, quatro anos. Até eles irem puxando isso daí da memória, já é um pouco mais...

E1: Você já dá aula aqui há quanto tempo?

R3: Há um ano e meio. Antes eu dei aula aqui também de 2006 a 2009. Inclusive eu trabalhei junto com a R2³⁹.

E1: Ah é? Então você também estava na elaboração desses projetos?

R3: Sim... Olha só, eu trabalhei junto com ela, mas não nesse tempo. Foi um ano antes, entendeu?

E1: Você lembra quando o CDI chegou aqui?

R3: Não lembro. Porque quando eu comecei, já existia o CDI. Eu até andei fazendo alguns estudos com eles, algumas palestras, mas, assim, eu também não decoro. Porque isso foi o que? De 2006 a 2009, então isso aí já há um bom tempo atrás, entendeu? Então guardar tudo isso...

E1: Você chegou a fazer aquele curso deles na metodologia CDI?

R3: Sim! Todo mundo para começar como instrutor tinha que passar por aquela preparação. Eu tenho até o certificado em casa, porque tinha aquela preparação. Aí toda sexta-feira a gente tinha reunião com o pessoal do CDI...

³⁷ Esta entrevista foi realizada logo em seguida da entrevista com os adolescentes, no momento em que eles saíram da sala para receber a merenda.

³⁸ Os alunos entrevistados.

³⁹ Nome da professora será substituída pela sigla R2 (Respondente 2), pois o nome de nenhum entrevistado será mencionado.

E1: Isso foi em 2006?

R3: De 2006 a 2009.

E1: Todo ano você tinha que fazer?

R3: Não, [...] A gente fazia esse curso só quando ia entrar. Só quando tinham as capacitações que estavam sempre acontecendo, entendeu? Com vários temas.

E1: E onde eram essas capacitações?

R3: Eram lá no CONIC mesmo. Só que às vezes variava: ou era no CONIC ou era no Venâncio 2000. Porque como o CDI tinha parceria com o SECONCI, a gente trabalhava no SECONCI, então a gente estava sempre indo... Ou era no CDI ou era no SECONCI também, o SECONCI ficava no Venâncio...

E1: O que é SECONCI?

R3: SECONCI é da Construção Civil (Serviço Social da Indústria da Construção Civil). Era uma ONG que tinha parceria e prestava trabalho voluntário, então eles fecharam essa parceria. Aí na verdade eu não trabalhava para o CDI, eu trabalhava para o SECONCI, que tinha parceria com o CDI e prestava serviço aqui na Associação Viver.

E1: Ah tá, então você era ligada ao SICONCI e não ao CDI.

R3: Isso, a gente tinha parceria.

E1: Aí você ficou aqui de 2006 a 2009 e voltou quando? Você saiu e voltou quando?

R3: Isso, eu fiquei aqui de 2006 até 2009, exatamente três anos fechados. Eu saí em 2009, aí eu voltei em setembro de 2013.

E1: E sempre na área de informática?

R3: Sempre. Esses três anos que eu fiquei aqui eu também fiquei como instrutora de informática, aí eu saí, trabalhei em outras áreas. Aí depois estava essa vaga em aberto, aí eu voltei pra cá de novo.

E1: E você tinha turmas a semana inteira também?

R3: Turma a semana inteira. E nesse tempo, além de ser a semana inteira – não na sexta, porque na sexta-feira a gente reunia com os outros professores. Se eu não me engano, eram treze educadores que tinham. A gente também não usa o nome instrutor, até hoje é educador. Então, assim, toda sexta-feira a gente reunia pra estar fazendo capacitação e planejamento. E atendia as crianças, só que nesse tempo, não atendia só às crianças, era aberto pra comunidade. Porque hoje não, hoje aqui são atendidas só as crianças. Nesse tempo era aberto à comunidade, porque como era o SECONCI que mantinha... Então, assim, ocupou-se o espaço da Associação Viver, mas quem mantinha tudo era o SICONCI, então atendia à

comunidade também. Aí eu trabalhava com criança, com adolescente, até com a terceira idade eu cheguei a trabalhar também. Deu aula pra minha mãe, entendeu? Era assim uma coisa bem agradável mesmo! Então eu trabalhava com criança, adolescente, e trabalhei até com a terceira idade.

E1: Isso durante os três anos que ficou aqui?

R3: Durante os três anos.

E1: E era só a atividade de informática que era aberta à comunidade, ou as outras oficinas aqui, as outras atividades da Associação eram abertas também?

R3: Olha só, eu, pra ser sincera, não tinha muito contato com o pessoal da Associação Viver. A sala ficava até do outro lado. O espaço físico não era nem esse não, era do outro lado. Então, assim, como eu prestava serviço aqui, eu não tinha nem muito contato não. O que eu sei esclarecer bem é que eu atendia tanto o pessoal atendido na Associação Viver quanto a comunidade também. Hoje não, porque hoje aqui a informática atende mesmo só os atendidos aqui da Associação Viver, mas nesse tempo eu atendia a comunidade também, aí mudou.

[...]

E1: E tinha mais gente da comunidade ou mais atendidos aqui da Associação?

R3: Tinha mais gente da comunidade. Aqui da Associação era minoria mesmo. Era um atendimento mais... Assim, não era que era mais voltado pra comunidade, só que tinha assim... E nesse tempo também, 2006 até 2009, ainda tava começando a entrar nesse mundo da informação, né? Então foi o tempo que começou aquela procura também. Então eu trabalhei muito com a comunidade.

E1: E você trabalhava também esse tema de cidadania? Consciência sobre os direitos?

R3: Sim, exatamente. Nessas capacitações que a gente sempre tinha na sexta, era justamente pra estar planejando as aulas da próxima semana. Então a gente trabalhava muito essa questão da cidadania. Só que não era igual eu trabalho hoje. Porque naquele tempo a gente trabalhava cidadania, só que o foco era mais informática também. Porque como atendia a comunidade, às vezes você ia abordar um assunto, mas diziam: “Ah, o que eu tenho a ver com isso?”. Então eu procurava estar trabalhando a informática, mas inserindo a cidadania.

E1: Então não tinha uma aceitação assim tão boa de início?

R3: Não, porque eles estavam aqui justamente para procurar a informática. “Ah, cidadania eu aprendo em qualquer lugar aí!”. Então o foco deles, mesmo, era informática. Mas eu sempre estava inserindo aí a cidadania.

E1: Você atendia muito adulto também?

R3: Muito adulto. Era mais adulto mesmo, entendeu? Assim, hoje eu trabalho com todo mundo. Então aqui hoje tem muita criança. Só que nesse tempo, quase não tinha criança igual tem hoje. Porque como era comunidade, então eram mais os adultos mesmo.

E1: E você acha que mudou a vida deles de alguma forma?

R3: Mudou! E eu falo isso porque, assim, hoje eu encontro pessoas na rua... Eu sempre morei aqui, e pelo fato de eu trabalhar aqui, eu também morava aqui, então hoje eu encontro pessoas na rua: “oi professora!”. Muitas vezes eu não sei nem o nome daquele educando que passou por aqui. Então assim: “Ah, hoje eu estou trabalhando!”, “Ah, hoje eu estou conseguindo usar o computador!”. Então são coisas que... Isso também é gratificante pra mim. Tem uns que não, porque tem uns que não vão pra frente mesmo. Desculpa usar o termo “não vai pra frente”! Mas assim, todo mundo se identifica com alguma coisa. Tinham aqueles que estavam aqui porque queriam o certificado, mas tinham os que vinham mesmo porque estavam precisando entrar no mercado de trabalho e precisavam mesmo.

E1: Então tinha um foco naquela época muito voltado para o mercado de trabalho? Para capacitar as pessoas para se inserirem no mercado de trabalho.

R3: Exatamente. Isso mesmo.

E1: Você acha que elas enxergavam essas aulas aqui de informática como um direito delas enquanto cidadãs ou como uma ajuda?

R3: Eles sempre falavam como oportunidade. Como oportunidade, entendeu? “Ah, abril lá, tem vaga, tem oportunidade! Deixa eu ir lá porque é um curso que a gente não paga nada”, porque sempre foi gratuito. Então eles aproveitavam assim... e usavam o termo de “oportunidade”. “Que oportunidade! Que oportunidade”. “Ah, é a oportunidade para eu procurar um emprego”, e tal.

E1: E o que é inclusão digital para vocês?

R3: Inclusão digital? Assim, resumindo é o que nós vivemos hoje. Porque hoje não tem como você dizer “Ah, eu não estou nem aí”. Eu trabalho muito isso com os meus alunos. Inclusão digital. Tem aluno aqui: “Ah tia, eu não suporto informática!”. Outro dia, eu vou assim, estar relatando uma conversa que eu tive com ela, só não vou citar o nome dela, né? Aí eu: “mas por que?”, ela “porque eu não suporto informática”, aí eu comecei a conversar com ela. “Por que você não suporta?”, ela falou “não sei”, “Quando você crescer mais você quer ser o que?”, ela falou “Ah, eu quero ser advogada”, “como é que você vai fazer acompanhamento de um processo se você não consegue abrir um e-mail?”. Aí, assim, ela começou a mudar de ideia. E ela já está participando das aulas. Então inclusão digital, eu resumo o seguinte: é o

mundo que nós vivemos. Não tem como você “Ah, inclusão digital eu não sei o que é”, não, é o que nós vivemos hoje, porque hoje aonde você vá tem inclusão digital.

E1: Você acha que a inclusão digital ajuda a incluir as pessoas socialmente hoje?

R3: Olha, eu posso dizer... ajuda. No meu ponto de vista.

E1: Ajuda ou atrapalha?

R3: No meu ponto de vista, é meio termo, porque tanto ajuda quanto atrapalha. Porque hoje acontece muito o seguinte... Aqui mesmo, na Associação Viver, você chega, aí você vê ali um grupinho de três jogando no celular. Então isso impede de estar interagindo com outras crianças. Então por isso que eu acho, assim, que tanto ajuda quanto atrapalha. Meio termo.

E1: Nisso você falou como atrapalha. E como ajuda então?

R3: Ajuda porque você tem mais acesso! Por exemplo... Um fato que aconteceu essa semana. Quando eu levantei eu sabia que a Estrutural estava fechada. Porque já passou na televisão e em todos os sites que o pessoal estava fazendo protesto no início da Estrutural e a Estrutural estava fechada. Então por isso que ajuda, a gente tem mais acesso à informação.

E1: Como foi o seu contato com a informática? Como você decidiu trabalhar com isso?

R3: Olha, eu vou falar que nem o pessoal falava naquele tempo: oportunidade. Estava desempregada, aí apareceu essa vaga. Eu também não tinha muito conhecimento, só que devido o curso do CDI, sempre davam no início as capacitações, aí eu tive que meter a cara. Porque, assim, eu tive que aprender informática sozinha também, entendeu? Comecei, tipo assim, a aprender e ensinar ao mesmo tempo. Porque apareceu oportunidade, a gente trabalhava a questão da cidadania também, então eu falava: ai dá pra eu estar conciliando uma coisa com a outra.

E1: E aí você engatou nisso e...

R3: Engatei nisso e estou até hoje. E é muito gratificante! Porque, poxa.... Como eu moro aqui na comunidade, então quando eu saio na rua e vejo aquelas pessoas, sabe, assim, aquele sorriso: “oi, tia!”, “oi, professora!”. Isso é muito gratificante. Tem o lado profissional, mas também tem o lado emocional que a gente acaba envolvendo muito.

[...]

E1: E você é formada nessa área.

R3: Não, não sou formada. Eu só tenho curso profissionalizante mesmo.

E1: Em informática?

R3: Isso.

E1: Da visão que você tem de 2006 para cá, as pessoas tiveram mais acesso? Porque hoje em dia, todas as crianças (entrevistadas) têm computador em casa, né? Você acha que isso foi devido a o que? Ao poder aquisitivo das pessoas que aumentou, o preço do computador que diminuiu, ou as duas coisas? Por que você acha que isso aconteceu? Você que já mora aqui há muito tempo.

R3: É, se for partir pra uma retrospectiva aí, desde 1998, dá pra ver uma evolução. Eu acho que essa questão do poder aquisitivo, e também o acesso hoje está bem mais fácil. Porque hoje tem escola. Se você for voltar aí, dez anos atrás não tinha informática nas escolas. Hoje aqui tem esse laboratório, na escola deles todo mundo tem o laboratório de informática... Então eu acho que é a questão do acesso mesmo. E também, se você for ver, comprar um computador hoje não está tão difícil como estava há seis anos, há dez anos. Então acho que é questão do acesso mesmo.

E1: O acesso melhorou, então.

R3: E o poder aquisitivo também.

E1: Juntou as duas coisas.

R3: É!

E1: Mas você acha que hoje as pessoas realmente dominam a tecnologia ou elas ainda usam muito pouco do que a tecnologia tem a oferecer?

R3: Olha, usam muito pouco! E assim, eu vou falar isso, voltado aqui para o meu convívio do dia a dia. Porque nas minhas aulas eu tenho muita dificuldade em trabalhar, principalmente com os adolescentes. Por que? Eles... “Ah tá, vamos trabalhar hoje com Word”, eles: “Ah, não!”. Agora se você fala assim “Ah não, hoje eu vou deixar quinze minutos livres pra vocês”, aí é uma felicidade. Por que? Eles só querem *facebook* e esses...

E1: *Youtube*, etc.

R3: Exatamente! Então eles não têm esse domínio.

E1: E não têm o interesse também?

R3: Não têm o interesse.

E1: As crianças são diferentes nesse aspecto? Você percebe?

R3: Não, o que eu percebo aqui: é tudo a mesma coisa. Porque, é o seguinte, o interesse deles maior quando fala informática, parece que está associado à rede social, são os jogos... Mas quando você fala: vamos trabalhar com uma planilha, já tem aquela dificuldade. Então, assim, pra eles, informática está muito associada a esse lado bom. Lado bom que eu falo assim, o seguinte: sem compromisso. Por que sem compromisso? “Ah, eu não preciso aprender a

formatar um texto. Eu vou só entrar na internet e tá tudo prontinho!”. Eu quero ver o vídeo, tá lá tudo prontinho, eu quero uma imagem, vou lá e busco. Mas eles não têm aquela preocupação de dizer assim: eu vou trabalhar com essa imagem.

[...]

E1: E você também falou que os adultos viam muito atrás dessa profissionalização e não tinham muito interesse no tema da cidadania, essas coisas. Os adolescentes também reproduzem isso hoje em dia, ou eles discutem um pouco mais, refletem um pouco mais sobre o tem? Você ainda continua trazendo o tema para as aula de informática, ou não?

R3: Sim, eu continuo trabalhando aqui não só a informática. Eu sempre trabalho muito outros temas, inclusive eu trabalho muito com o que a Associação trabalha. Então eu não foco muito exatamente só na informática. Mesmo porque, como isso aqui não é uma aula de informática, nós não estamos aqui para preparar eles (...) Então a gente procura estar muito inserindo ai o que é trabalhado na Associação, com o conteúdo da informática.

E1: São temas diversos então?

R3: São temas diversos.

E1: Mas eles procuram relacionar com a comunidade? Fazerem as crianças refletirem sobre a comunidade delas, ou não?

R3: Sim.

E1: Você acha que, de alguma forma, elas conseguem transformar a comunidade delas através da informática? Você como professora acredita que isso é possível?

R3: Pergunta de novo, porque eu não consegui...

E1: Você acha que elas conseguem ou têm potencial para transformar a comunidade aqui delas através da tecnologia, por exemplo?

R3: Sim. Sabe por que eu digo sim? Por exemplo. Como é que eles podem fazer isso? Uma coisa que eu uso muito. Um site que a gente pode estar usando... Por exemplo, qual o dia que passa o lixeiro? Vamos divulgar qual o dia que passa o lixeiro, porque naquele dia não vai ficar lixo na rua. Isso é um meio de ajudar a comunidade. Então eu acredito que eles são capazes de fazer isso através da informática.

E1: E você acha que eles já o fazem, de alguma forma, hoje em dia?

R3: Não, eles não fazem.

E1: (Mexendo nos projetos). Esses (projetos) aqui são daquela época. Você ajudou a escrever algum desses projetos?

R3: Não.

E1: Já estavam prontos?

R3: Porque nesse tempo que ela fez esse projeto eu tinha saído, porque eu saí em 2009. Então foi o tempo que ela veio. Ela veio porque eu não estava aqui.

E1: Hoje em dia você faz projetos separados, ou são projetos da Associação?

R3: Eu procuro muito trabalhar com projetos da Associação. Por exemplo, o ano passado, eu trabalhei o ano todinho com um projeto meu mesmo, que eu fiz: Com Minhas Atitudes eu Posso Mudar o Mundo. Mas eu não foquei só nesse projeto. Porque a Associação sempre está trabalhando outros temas. Então não é certo eu estar aqui e trabalhando com outro (...) então eu procuro ao máximo estar inserindo um assunto com o outro nas aulas de informática.

E1: E você considera que a inclusão digital é um direito dessas crianças? Um direito social delas hoje em dia?

R3: Com certeza!

E1: Por que?

R3: Isso aí... Todos nós temos direito à informação. Então é um direito nosso. _____

E1: E você em casa, utiliza muito computador, celular, internet, outros tipos de tecnologia?

R3: Não, eu não utilizo muito, porque como eu já passo o dia todo aqui, então quando eu chego em casa eu procuro até fazer uma coisa diferente, estar mais com a família, entendeu? Porque eu fico aqui de 8h às 18h. Ai quando chegar em casa, ainda ir pra frente de um computador ainda? Então eu procuro fazer uma coisas diferente.

ANEXO IV

ENTREVISTA COM CRIANÇAS/ADOLESCENTES EX-ALUNOS DA PROFESSORA R2⁴⁰ QUE FIZERAM CURSO PELA METODOLOGIA CDI NA ASSOCIAÇÃO VIVER

Grupo composto por seis adolescentes, sendo três meninos e três meninas. Todos foram alunos da professora R2, em 2012, na Associação Viver, portanto, todos tiveram contato com a metodologia do CDI.

O tempo disponível para entrevistar os alunos foi inferior a 30 minutos, pois era o último horário de aula, eles tinham acabado de voltar de um festival cultural que estava tendo na escola em comemoração ao dia do livro, e precisavam ser liberados para o lanche do fim de tarde. Alguns estavam bem agitados.

Eu conversei com eles e a professora deles antes de iniciar, informando que iria gravar a entrevista, mas que não identificaria nenhuma das crianças. Por esse motivo os registros estão com as letras “M”, para os meninos, e “N” para as meninas, seguidos de numerais indicando a ordem em que estavam sentados na roda. Iniciei perguntando o nome, o apelido (que iria utilizar nos registros, mas resolvi não utilizar para evitar identificação também dessa forma) e idade de cada um. Pelo motivo mencionado, foi transcrita somente a informação sobre as idades deles no momento da identificação.

E1: Quantos anos você tem?

M1 – Treze anos.

E1: Você estuda aqui na Viver há quanto tempo já?

M1: Sete anos.

E1: E por quanto tempo você estudou com a R2?

M1: Acho que dois anos...

M2: Acho que só foi um ano que ela passou aqui, ou foram dois anos.

N3: Não, ela passou dois anos e meio.

M2: Não, foi não.

⁴⁰ O nome da ex-professora será substituído pela sigla R2 (Respondente 2), uma vez que nenhum entrevistado será identificado nessa pesquisa.

N3: Foi sim, a tia R2 passou dois anos e meio.

E1: E você estava desde o início?

M1: (balança a cabeça positivamente)

E1: E no caso, você aprendeu o que? Você lembra de alguma coisa que você aprendeu?

M1: Ah eu lembro que...

M2: Sobre montar as coisas...

M1: Ah, isso mesmo!

E1: Montar? Montar o que?

M2: As peças, as peças de computador, as peças “tudo”...

E1: Vamos seguindo, aí eu vou fazendo perguntas e quem quiser ir falando, vai falando. Então o próximo. Quantos anos você tem?

M2: Quatorze.

E1: E você estuda aqui desde quando?

M2: De nove pra dez anos.

E1: Ah, entre nove e dez você entrou aqui?

M2: Não, já faz uns nove anos que eu to aqui já.

E1: E, no caso, você também estudou com a R2 desde o início?

M2: (balança a cabeça positivamente)

E1: Você lembra alguma coisa que você aprendeu que te marcou?

M2: Tipo, ela passava umas provinhas. Aí nas provas tinha sobre o que ela tinha passado. E a gente fazia umas provas.

E1: E você ia bem nas provas, na época?

M2: (balança negativamente a cabeça, rindo)

E1: Você, quantos anos você tem?

M3: Doze.

E1: Você estuda aqui na Viver desde que idade.

M3: Faz uns quatro anos.

E1: Já faz quatro anos que estuda aqui. E você também estudou com a R2?

M3: (balança positivamente a cabeça)

E1: E alguma coisa te marcou, que você lembra?

M3: Quando nós “fazia” historinha em quadrinho que ela mandava fazer com nossas imagens no computador.

E1: E você? Quantos anos você tem?

N1: Treze.

E1: Você está há quanto tempo aqui na Viver?

N1: Vai fazer nove anos.

E1: Você também estudou com a R2?

N1:(balança positivamente a cabeça)

E1: O que te marcou daquela época, que você aprendeu?

(silêncio)

E1: Não lembra?

N1: Não.

E1: Tá. Você, quantos anos?

N2: Onze.

E1: Estuda aqui há quanto tempo?

N2: Oito... Não, sete!

E1: Você também estudou com a R2?

N2: Sim.

E1: E o que te marcou?

N2: Ela só mostrou o computador (...) as peças.

E1: E você, quantos anos?

N3: Treze.

E1: E algo que te marcou, na época da R2?

N3: As peças, aqueles negócios daqueles quadrinhos...

E1: Eu queria que cada um respondesse também... Vocês fizeram qual módulo? Porque tinham dois módulos que ela passava, um inicial, para as crianças, e outro que era para os adolescentes. Como hoje vocês são adolescentes, vocês fizeram o inicial, então, com ela?

M2: Nós fizemos o módulo dois...

E1: O módulo dois com vocês?

M2: Quando ela estava aqui eu acho que eu tinha era uns doze anos...

E1: E como era? O que você aprendeu nesse módulo?

M2: Eu lembro tipo assim, da prova. Ela passava a prova...

E1: Mas qual era o conteúdo da prova? O que caía na prova?

N2: O nome das peças...

M2: Tipo assim, perguntava os nomes dos programas na prova, como ligar e desligar o computador...

E1: Que programa vocês aprenderam a usar?

TODOS: Word, Excel, Power Point.

M1: E internet.

E1: E vocês hoje em dia continuam usando esses programas? Vocês já usavam em casa antes de começar a usar aqui?

N3: Não.

E1: Quantos já usavam? Levantem a mão (dois alunos levantaram). Só dois de vocês então. Os outros começaram a usar aqui mesmo, esses programas... Vocês já tinham computador em casa? Quem já tinha levanta a mão (somente o M1 levantou). Só você?

M3: Eu não tinha, agora eu tenho.

E1: Hoje em dia, quem tem computador em casa (todos levantaram a mão).

M1: Hoje eu tenho três.

E1: Hoje você tem três computadores em casa?

M1: É, um computador e dois notebooks.

[...]

E1: E o que vocês mais utilizam hoje em dia no computador?

M2: Facebook.

N2: Internet.

E1: Internet, Facebook, o que mais?

M1: Jogos.

M3: Gmail.

E1: Jogos, Gmail. Vocês fazem trabalho da escola no computador? (balançam a cabeça positivamente). Com frequência?

M2: Com frequência.

E1: Além de vocês, outras pessoas na casa de vocês utilizam computador?

Alguém afirma que sim.

M2: Lá em casa só eu e minha irmã.

M3: Lá em casa também só eu e minha irmã.

E1: Então os pais de vocês não utilizam?

M1: O meu usa.

E1: Os irmãos de vocês também estudam aqui? (a maioria afirma que não). (...) Vocês gostam de usar o computador? Para o que? Essa vai ser individual. Cada um vai me dizer se gosta de usar e para o que.

M1: Eu gosto. Faço dever de casa. Pra ver notícia.

E1: Ver notícia? Você também vê notícia no computador?

M1: Sim, de esporte.

E1: E você?

M2: Eu gosto porque... Pra me informar, e eu aprender.

E1: E você procura aprender sozinho a mexer no computador também? (afirma que sim). E você estuda coisas da escola usando o computador também? Ou é só pra se comunicar?

M2: Uso.

E1: Você joga muito também?

M2: Jogo.

E1: E você? Você gosta? E para o que?

M3: Eu gosto também pra ver notícia de esporte, pra ver o preço das coisas no computador.

E1: Vocês que gostam de ver notícias de esportes, vocês gostam de ver mais no computador ou através da televisão?

M1 e M2: Os dois.

M3: Mais na TV.

E1: E vocês usam com mais frequência durante a semana? Fim de semana? Como é?

M1 e M2: Todo dia.

E1: A semana inteira?

M3: É!

M2: Chega da escola, aí fica no computador até uma duas horas, aí depois vem pra cá.
(Risadas)

E1: E vocês, me digam também se gostam de usar e para o que?

N1: Eu gosto pra aprender mais.

E1: Então você estuda através do computador?

N1: É.

E1: O que você mais gosta de acessar? Quais os sites que você mais usa?

N1: Só jogos.

E1: E você?

N2: Eu gosto pra ficar por dentro das coisas.

E1: Ficar por dentro do que? Você gosta de que tipo de notícia?

N2: Todos os tipos.

E1: E você vê mais notícias na televisão ou no computador?

N2: Na televisão.

E1: E você usa computador pra estudar também? (balança negativamente a cabeça) Não? E para se comunicar? Para se comunicar você usa mais o computador ou o celular, por exemplo?

N2: O celular.

E1: E você?

N3: Eu gosto, e eu gosto mais de jogos educativos.

E1: E você se informa através do computador, ou usa pra estudar, esse tipo de coisa?

N3: Sim.

E1: Mas com menos frequência?

N3: É.

E1: Vocês usam internet no celular?

TODOS: Sim

E1: Todos aqui têm celular?

TODOS: Sim

E1: E todos usam internet no celular?

TODOS: Sim.

E1: E para fazer o que?

M2: Whatsapp!

E1: Whatsapp?

M3: Facebook, pesquisa...

E1: Faz quanto tempo que você tem celular?

M1: Sei lá... Vai fazer dois anos.

E1: Você?

M2: Também.

E1: E você?

M3: Meses.

E1: Você?

N1: Meses

N2: Um ano.

E1: E vocês gostam de usar mais o celular ou o computador?

TODOS: Celular.

E1: Voltando um pouco na época que vocês faziam aula com a R2, além do computador, ela falava alguma coisa sobre outros temas com vocês?

N3: Sim.

E1: Que tipo de tema?

N3 e M3: O ECA.

E1: O ECA? Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente... Vocês lembram alguns direitos de vocês?

M1: Brincar (risos).

N2: Estudar.

E1: Sim, brincar é um direito da criança, estudar... E o que mais?

M2: Estudar é um dever.

E1: Mas estudar é um direito de vocês também.

M1: Trabalho. Não trabalhar.

E1: Não trabalhar, exatamente.

M2: Quatro horas de lazer.

E1: Vocês estudaram alguma coisa sobre cidadania?

M1: Sim.

M2: Acho que sim.

E1: Vocês lembram o que era? O que vocês estudaram sobre isso? Por alto. Pode ser só uma frase, ou alguma atividade que vocês fizeram, alguma coisa no computador...

M2: Ela mandou pesquisar o que tava num texto.

M1: Reciclagem.

E1: É, teve um projeto sobre o E-Lixo, né? Sobre reciclagem de aparelhos eletrônicos? Vocês lembram disso?

M1: Aí teve um vídeo...

E1: Vocês fizeram um vídeo? Como foi isso? Vocês saíram pela rua?

M1: Foi todo mundo lá para o lixão, aí ficou lá gravando.

E1: Vocês mesmos gravavam?

M1: Não, a R2.

E1: A R2 gravava. E vocês foram junto com ela.

M1: Foi.

E1: E o que vocês fizeram com isso depois? Com essas filmagens?

M1: Sei lá, acho que montaram um site disso aí.

E1: Ah, vocês criaram como se fosse um blog? E vocês lembram de ter mexido no blog, ou fizeram o blog e vocês só entraram?

M1: A gente mexeu.

E1: Vocês chegaram a tirar foto também?

M2: Tipo, ela fez uns trabalhos lá... umas meninas dançando (...)

N2: E eles fizeram até roupa!

E1: Roupa com material reciclável?

N2: É.

E1: Além disso, alguém falou de uns quadrinhos. Como foi esse trabalho dos quadrinhos?

M3: A gente tava fazendo o projeto de reciclagem, aí ela tirava fotos e nós fazíamos história em quadrinho com as fotos que ela tirava.

E1: Com a foto que vocês tiravam?

M3: Não, ela que tirava.

E1: Então ela tirava e vocês montavam o quadrinho. Cada um montava um, ou a turma inteira montava um quadrinho?

M3: Cada um montava um.

E1: E vocês lembram que tipo de programa vocês usaram para fazer?

M1: Era aquele Paint.

M2: Ah é, o Paint, tá certo!

E1: E hoje em dia vocês ainda usam esses programas? Porque vocês falaram muito que utilizam a internet. Pra saber de notícias, pra se comunicar, etc. Vocês ainda usam o Word, o Paint, o Power Point, o Excel?

A maioria afirma que sim.

M3: Paint não muito.

M1: Eu uso o Paint!

E1: E Excel, alguém aqui ainda usa Excel?

Dois afirmam que sim.

E1: Você usa? Lembra como fazer planilha, mais ou menos?

M1: Eu sei.

N1 também afirma que sim com a cabeça.

E1: E você usa para o que hoje em dia?

N1: Para fazer lista de compras.

E1: E você usa pra o que hoje em dia?

M1: É que meu pai tem uma empresa, aí ele me põe pra fazer as coisas. Fazer planilha pra ele.

E1: E ele sabe utilizar? Ou ele sempre pede sua ajuda?

M1: Ele não sabe não.

E1: Além disso, vocês acham que é importante as pessoas utilizarem o computador hoje em dia?

M3: É, pra trabalhar...

M1: Pra fazer documento...

E1: Hoje em dia, vocês acham que as pessoas que nasceram na mesma época que vocês, têm como elas viverem sem acessar computador? Sem celular?

M2: Sei lá...

M1: Só se for no interior.

E1: E na escola de vocês também tem computador?

Todos afirmam que sim.

M2: Lá na escola eles fazem assim. Se você tem um trabalho pra fazer, aí você agenda pra ir de tarde. Aí pra quem estuda de tarde, agenda pra de manhã.

E1: Aqui vocês têm aula quantos dias da semana, de informática?

TODOS: Duas.

E1: Agora eu queria saber o que é cidadania para vocês.

M1: Um coletivo.

M2: Não sei.

M3: Ser cidadão.

Os demais, afirmam não saber.

E1: E o que é direito pra vocês? Porque vocês falaram do ECA, por exemplo, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. O que é um direito na visão de vocês?

M1: É uma lei pra pessoas...

E1: É uma lei pra pessoas?

M3: Cumprimos...

E1: Vocês têm que obedecer às leis também?

M1: Algumas.

E1: Algumas? Quais vocês não precisariam obedecer?

M2: A polícia. (risos)

E1: Tem uma atividade que eu vi que a R2 programou que era falar sobre a cidade de vocês. Vocês falaram sobre a Estrutural durante as aulas com ela? Por exemplo, vocês fizeram o vídeo sobre o vídeo sobre o lixão, vocês fizeram trabalho sobre reciclagem...

M2: A gente falou também sobre doenças.

E1: Sobre doenças? Como foi?

M2: Sobre um pozinho branco. Tipo, se você jogar um computador assim no lixo, aí se tiver um posinho branco você pega uma doença lá. Aí tinha um bebezinho que tinha uma doença lá, maior feia, todo machucado.

E1: Vocês fizeram alguma relação entre informática... Utilizar a informática para conhecer melhor a cidade de vocês?

M1: Sim, aí...

M3: Nós usamos o mapa, né?

M1: No Google Maps.

E1: Ah, vocês usaram o Google Maps também. E a história da cidade, vocês chegaram a fazer alguma coisa, algum trabalho sobre a história da cidade?

M1: Não que eu me lembre.

E1: Vocês também fizeram uma atividade sobre quem são vocês, não fizeram?

M1: Acho que sim.

E1: E como foi essa atividade?

M1: Não lembro.

E1: Sobre a família, esse tipo de coisa...

M1: Acho que sim.

E1: Mas vocês não lembram mais como foi essa atividade?

A maioria afirma que não.

E1: Agora vai ser individual, começando por você. Você acha que mudou alguma coisa na sua vida as aulas que você teve de informática aqui?

N3: Mudou.

E1: E em que sentido? Pode ser qualquer coisa, pode ser o mínimo, qualquer coisa que tenha mudado.

N3: Eu era bem lenta pra escrever no computador

E1: Hoje você escreve mais rápido?

N3: É, mais ou menos.

E1: E você, o que mudou na sua vida de alguma forma?

N2: Também, a mesma coisa.

E1: Mas, além de escrever... Porque antes de ter aula aqui, a maioria aqui não tinha acesso né? A computador?

N2: De vez em quando.

E1: Em questão de informação, isso mudou alguma coisa na vida de vocês? Vocês aprenderam alguma coisa? A pesquisar, ou algo do tipo? Você?

N1: Aprendi mais só.

E1: E você?

M3: Eu aprendi a mexer no computador melhor.

E1: Você já mexia antes?

M3: Não.

E1: Aqui foi o primeiro contato...

M3: Eu não tinha computador em casa não.

E1: Antes de ter computador em casa, vocês usavam o que? Vocês não usavam? Usavam na escola?

M3: Eu usava celular.

E1: E você, mudou alguma coisa na sua vida as aulas de informática aqui?

M2: Mudou, porque antes eu não sabia nem mexer no facebook. Tipo, postar foto, conversar... E hoje eu sei.

E1: E você? Mudou alguma coisa?

M1: Eu já sabia, só que aqui eu aprendi mais.

E1: Então para vocês o que marcou mais foi saber utilizar o computador em si, não foi muito o que vocês viram através das aulas, então?

Confirmaram.

E1: Outra coisa, vocês acham que é importante os pais de vocês aprenderem ou eles não precisam mais?

M1: Precisam.

E1: Por que precisam?

M1: Porque facilita se comunicar.

M2: Minha mãe não sabe nem mexer no mouse, moço!

E1: E você acha que isso atrapalha de alguma forma? Ela precisa do computador na vida dela?

M2: Não.

[...]

E1: Bom, obrigada!

ANEXO V

ENTREVISTA COM EX-ALUNO DA 'ASSOCIAÇÃO VIVER' E EX-MONITOR DE INFORMÁTICA NO 'COLETIVO DA CIDADE'

E1: Quantos anos você tem?

R5: Tenho vinte anos.

E1: Você mora aqui na Estrutural desde sempre ou há algum tempo?

R5: Tem um tempo já, eu moro aqui desde 2003.

E1: Você mora sozinho?

R5: Não, moro com meu pai, minha mãe, minha irmã e o namorado da minha irmã, que ela tá quase casando agora.

E1: Qual sua escolaridade?

R5: Então, eu tenho o segundo grau completo. No caso estou tentando entrar na UnB. Por enquanto eu estou é tentando. Aí eu estou trabalhando e estava pensando em começar a fazer particular [...] Mas caso eu passe na UnB, aí eu vou trancar e continuar na UnB mesmo.

E1: E qual é o curso que você quer?

R5: Publicidade. E Educação Física também.

E1: E você começou então [o curso de informática] foi lá na Associação Viver?

R5: Isso. No caso mesmo, lá eu comecei foi como aluno. Eu posso dizer que lá praticamente foi... Foi lá ontem eu tive tipo meu ensino fundamental. Praticamente foi lá eu acho que aprendi a ler.

E1: Com quantos anos você entrou lá?

R5: Nossa faz muito tempo. Não sei se foi... Não lembro, não sei se foi com nove, com oito.

E1: Você ia para a escola num horário e ia para a Viver no outro?

R5: Isso. Eu ia de manhã, e pra escola eu ia à tarde.

E1: Aí você aprendeu a ler lá, praticamente, com nove anos.

R5: Isso.

E1: Você ficou lá até que idade? Até os 15? Porque o pessoal quando completa 15 lá sai não é? Você ficou até os 15, ou não chegou a ficar até essa idade?

R5: Nossa, não lembro. Deixa eu ver... Fiz, até os 15. Quinze pra dezesseis, isso mesmo.

E1: E por quanto tempo vocês estudou informática lá?

R5: Lá eu estudei dois anos, eu acho.

E1: Os dois últimos anos em que esteve lá?

R5: Isso.

E1: E foi na metodologia do CDI? Você lembra?

R5: Sim, foi.

E1: E o que você lembra da metodologia? Como eram as aulas? Teve alguma coisa que te tocou, que você lembra, que você associa? Como foram esses dois anos com a metodologia do CDI?

R5: Então, no caso mesmo, o que foi mais passado lá, é... foi mais mexer com a parte de informática mesmo, tipo Word, Excel, Power Point. Como saber navegar também. Na verdade foi mais, tipo, o básico. Ainda mais nesse tempo também, eles estavam passando era para... Nesse tempo eles estavam querendo ensinar para os meninos fazerem, acho que era... fotografia. Aí eles queriam passar o curso básico para depois já colocarem alguns alunos já como monitor lá, no caso.

E1: Você chegou a fazer esse curso básico de fotografia?

R5: Sim, foi com o Webson Dias. Eu não sei se você conheceu ele. Foi até eu, o André, não sei se você conhece o Peixão.

E1: Conheço.

R5: O Peixão, a minha irmã, um menino chamado Jonathan e a Bia. E a gente começou a fazer a história aqui da...

E1: Da Estrutural.

R5: Isso, no caso. Porque como aqui não tinha né? Aí como o Webson ele era daqui desde os anos 60, parece... Porque praticamente ele era daqui do tempo da invasão. Aí ele tinha todos os conteúdos, todos os jornais. Aí a gente pegou todos os conteúdos, juntou e fizemos a biografia daqui. Aí depois disso, a gente fechou...

E1: Mas então isso foi quando você já estava no Coletivo [da Cidade]? Porque o André e o Peixão já eram do Coletivo não? Ou ainda era da Viver?

R5: Era da Viver ainda.

E1: É porque teve uma época que eles foram juntos né? Separaram depois.

R5: Na verdade foi assim, que na Viver... Antes na verdade a maioria das pessoas trabalhava na Viver. Aí no caso, eu não lembro exatamente o que houve, que muita gente saiu e acabou trabalhando no Coletivo.

E1: Mas essa época aqui ainda estava na Viver?

R5: Na Viver.

E1: E você lembra se, além de ensinar esses programas – Word, Excel, Power Point e esse curso de fotografia – eles abordavam a questão da cidadania também com vocês? De direitos, de pensar a comunidade? Como é que é? Como era essa relação?

R5: Tinha isso também. Nesse caso, eles ensinavam mais, se eu não estiver enganado... caramba, já faz tempo. Eles mostravam mais como, tipo... Mostrar para os meninos que... Assim, nesse tempo tinham muitas crianças na rua. Ai ensinavam mais a como se portar, ensinando “isso” seria o certo, “isso” seria o errado. E também tinham tipo, os direitos humanos, que eles também ensinavam, sobre o que exatamente o ser humano estaria disposto a fazer ou não. O que é que tinha direito a fazer na cidade. O que eles podiam fazer com o ser humano ou não. E sabendo, tipo, como respeitar os pais... a parte da educação mais infantil, no caso.

E1: E a parte de pensar a cidade? Vocês chegaram a pensar assim? A fazer algum projeto que envolva informática, mas que vocês pensassem a cidade? Que nem esse da fotografia, que vocês fizeram uma biografia da própria cidade... Tinha outros projetos envolvendo isso, ou foi só a fotografia? Ou a informática também tinha esse viés?

R5: Tinha. Pior que eu não to lembrado. Mas tinha sim. Tinha até um outro evento. Mas no caso eu estou confundindo. Estou confundindo escola com a Viver. É por isso que eu não estou lembrando! Então, deixa eu ver aqui. Tinha mais também...

[...]

Aí depois disso também teve, teve até um evento que era também, do CDI, que era ali no Museu Nacional, no caso que eu... Não, não era exatamente, acho que era tipo do lado, era numa Biblioteca

E1: Na Biblioteca Nacional

R5: Isso, Biblioteca Nacional. Também teve lá também.

E1: Você lembra como foi esse evento?

R5: Não, não lembro.

E1: Foi alguma coisa relacionada a fotografia, será? Alguma exposição? Teatro?

R5: Não lembro.

E1: Não lembra?

R5: Ah é, teve bastante isso aí, na Viver também teve bastante teatro. Teve muito teatro como... até eu lembro também que teve um evento que eles estavam selecionando, que eram

as escolas de São Paulo, da Viver, que eles estavam querendo, tipo... Fazer a criança ter o direito de não trabalhar. Porque nesse tempo tinha muita criança que trabalhava. Até que até por isso, trabalhava muito no Lixão. Aí ensinava para as crianças que era errado estar trabalhando, que criança tinha que estar estudando. Aí foi muito isso mesmo, que a Viver esteve separando trabalho e estudo para as crianças.

E1: E a sua irmã? Porque você disse que ela trabalhou muito mais que você no Coletivo, como foi? Vocês começaram juntos? Continuaram juntos?

R5: Não, no caso ela começou primeiro.

E1: Quantos anos ela tem?

R5: Ela tem 21

E1: E ela começou antes de você?

R5: Isso.

E1: Muito tempo antes? Ou um ano antes?

R5: Ela começou um ano antes.

E1: E vocês foram para lá, porque os seus pais quiseram, ou foi alguma indicação? Porque eu sei que as crianças, hoje em dia, são encaminhadas pelo CRAS e pelo CREAS.

R5: Ah sim, exatamente! É, no caso, nesse tempo foi mais por indicação mesmo. Nesse tempo acho que não tinha ainda o CRAS. Aí [...] quando eu entrei lá, era mais assim: quem quisesse participar da Viver, aí você fazia sua inscrição, levava foto, documento, tudo isso. Ai depois que começou...

E1: A ter esse encaminhamento mesmo.

R5: Isso.

E1: Então no início foi opção dos seus pais? Colocar vocês dois lá?

R5: Isso.

E1: Ela ficou até os 15 anos, igual a você? Ela ficou até o final?

R5: Ficou, ela ficou até os 15 anos.

E1: E aí vocês saíram de lá e foram para o Coletivo? Como foi esse processo?

R5: Exatamente. Aí depois de lá, até o Coletivo ele era aqui do lado. Eles alugavam aqui. Ai depois daqui, eles estavam praticamente querendo fazer o mesmo jeito que lá na Viver, né? Só que trazendo muito mais pessoas, focando mais na parte da educação, fazendo um monte de oficinas. Uma das oficinas que tinham, era mais... ajudando os alunos tanto nos estudos, como também tinha violão, break, tinha inglês também, francês.

E1: E você veio porque aqui aceitavam pessoas adolescentes também?

R5: Isso.

E1: E você fez oficinas de que aqui?

R5: Aqui na verdade, oficina eu fiz mesmo a de violão. Ai no caso também eu fiquei um tempo ajudando. Porque eu ia pra escola, aí vinha aqui ajudar a professora que eu tive, como monitor no caso.

E1: Você foi monitor de violão?

R5: Os dois, no caso. Fui monitor de break e também de informática.

E1: Em que ano, você lembra?

R5: Dois anos atrás, parece.

E1: Então mais ou menos 2012, 2013?

R5: Isso, 2012. (...) Eu tinha praticamente começado no tempo que tinha começado aqui. Estava no início.

E1: Eu queria saber, quando você foi monitor de informática, qual era sua metodologia para ensinar as coisas? Você trouxe alguma coisa da metodologia do CDI ou você criou uma metodologia própria? Você trouxe alguma coisa que você aprendeu lá na Viver, que você trouxe da metodologia deles? Como foi esse processo?

R5: No caso eu já, eu tinha trazido algumas coisas, mas também eu já sabia. Porque também eu navegava muito sozinho, na internet. Eu tentava descobrir as coisas sozinho. Também naquela época eu comecei a fazer o SENAE, que é lá em Taguatinga Norte. Aí através de lá, como eu fazia curso técnico em Administração, aí no caso com isso aí eu pude estar passando, sabendo o que passar exatamente, para os alunos. Como, ensinar para ele como aquilo era importante futuramente, no caso. Como o trabalho de informática está sendo muito importante. E algumas coisas que eu trouxe mesmo, do CDI, foi mais tipo como conhecer uns aos outros, porque era nisso que o Coletivo praticamente focava mais. Porque nesse tempo gerava muita, muita briga. Aí com isso, a gente conseguia juntar os meninos.

E1: Era mais até uma mediação de conflito?

R5: Isso, exatamente.

E1: Então trabalhava mais a questão do convívio entre vocês mesmo?

R5: Sim. Porque o foco era mais juntar todo mundo. Tanto que eu acho que, no início do ano, o foco era juntar toda a galera e fazer, tipo, brincadeiras. Tanto que na Viver, acho que é assim também. Quando é tipo, em Fevereiro, junta todo mundo e faz tipo gincanas, brincadeiras. Ai isso, praticamente, como muitos alunos gostam, aí acaba até trazendo mais gente, que ficam: “ah, que bacana, eu vou começar a estudar aqui também”.

E1: Antes disso, você já tinha computador em casa?

R5: Já.

E1: E você já utilizava internet, computador?

R5: (Afirma positivamente com a cabeça).

E1: As pessoas na sua casa também, ou você era o que mais usava? Como que era?

R5: É, eu e minha irmã. Praticamente minha irmã, porque ela faz curso na UnB

E1: Ela faz o que na UnB?

R5: Fisioterapia. Aí ela tem dois anos e meio cursando, parece. Só que no momento [...] ela está grávida, então ela está...

E1: Está dando um tempo?

R5: Isso, só que ela está continuando ainda.

E1: No caso, antes de vocês entrarem na Viver, vocês já usavam computador, ou foi durante esse processo? Porque vocês entraram com nove anos. Com nove anos você já usava computador?

R5: Não, não usava. Isso foi depois, acho que quando eu fiz onze anos. Isso aí foi onde que... Foi na Viver onde eu comecei a ter um pouco de noção.

E1: Então seu primeiro contato com computador foi na Viver?

R5: Isso

E1: Depois você teve em casa?

R5: Isso

E1: Antes de ter em casa, você usava *Lan House*, usava em outros lugares?

R5: Não, não usava.

E1: Era só na Viver mesmo? Na escola também não tinha?

R5: Na escola tinha, só que naquele tempo eles ainda não mostravam para os alunos. Isso foi depois, no caso.

E1: Você aprendeu muita coisa, disse que teve muito conhecimento sozinho. Você sempre teve curiosidade para aprender, ou a Viver colaborou de alguma forma para despertar esse interesse, pela informática, pelo computador? Como é que foi?

R5: [...], como eu tinha falado, como teve o evento lá perto do Museu Nacional, lá naquela Biblioteca, então praticamente foi lá onde teve o desenvolvimento. Mais sobre o conteúdo. Porque antes disso eu não sabia, não sabia nem o que era navegar. Aí através disso que... Acho que foi até no tempo do Orkut, assim. Aí naquele tempo, muitas pessoas não sabiam o que elas queriam futuramente. Não sabiam nem direito o que era faculdade, aonde eles

estavam mostrando, o que exatamente eles deveriam fazer, o que eles gostavam. Tanto que até teve isso também. A Viver trouxe um evento sobre o primeiro emprego. Que nisso, eles estavam mostrando como saber lidar com as entrevistas de primeiro emprego. Aí foi onde eles ajudaram, em busca do primeiro emprego, de colocar alguns monitores lá na Viver.

E1: Então foi através desses eventos que você foi despertando o interesse pela informática?

R5: Isso, exatamente. Ai nesse caso, foi onde eu comecei a ter mais informação sobre informática, aí foi onde eu conheci a parte de *webdesign*. Foi onde eu comecei a gostar de fazer fotografia, porque o Webson começou a fazer fotografia. Ele tinha um ponto de vista, que era fazer a história da Estrutural aqui, aí no caso foi onde eu conheci a parte da fotografia. Eu tentava me desempenhar sempre. Aí como ele fazia publicidade também, eu acabei tendo interesse.

E1: O Webson é quem? É um morador antigo daqui?

R5: Isso. Muito, muito antigo. Ai eu não sei se agora ele mora em Samambaia. Porque nesse tempo acho que ele morava era na... não sei se lá na Asa Norte. Aí nesse tempo ele começou a mostrar a fotografia, a história da fotografia. Aí nesse caso ele também estava querendo selecionar alguns alunos pra fazer um curso como Cientista Junior na UnB, e estar também ajudando a ampliar mais a parte da fotografia, onde a gente ficava filmando também eventos na UnB.

E1: Ele era da área de publicidade então?

R5: Isso. E nesse caso era mais estágio também. Ele estava ajudando... Foi nisso ai onde estava envolvendo lá na parte do primeiro emprego. Nisso aí ele tinha vindo, tanto selecionando alguns monitores lá para a Viver, como aí também tiveram alguns outros empregos, que também estavam fazendo. Como Cientista Júnior, um para dar aula de violão, outro para dar aula de informática. Aí praticamente era, tipo assim, mostravam para os alunos o que eles queriam, o que eles mais gostavam. Aí alguns para dar aula depois, para botar em prática o que eles aprenderam.

E1: Então você fazia (curso) aqui, e você começou a fazer o curso em Taguatinga, ai você começou a ser monitor aqui. Como foi que se desenrolou isso, no final das contas? O que você está fazendo hoje? O que aconteceu de lá para cá?

R5: Então, depois disso, aí eu fiquei tentando estudar pra concurso e também tentando entrar na UnB. Aí, no caso, como agora eu não tinha conseguido, aí eu estou estudando. Aí eu estou praticamente querendo logo começar a fazer faculdade. Porque a primeira coisa, eu gosto

mais de tipo estudar. Aí no caso eu estou trabalhando, no shopping Boulevard. Aí no caso eu estava pensando em fazer faculdade ou na Católica ou na UDF.

E1: E no Boulevard você trabalha com o que?

R5: Como vendedor.

E1: Então você já parou de dar aula aqui faz quanto tempo? Que você parou de ser monitor?

R5: Isso durou mais, é , um ano e meio.

E1: Então foi 2012, até final de 2013, 2014.

R5: Aí eu posso até dizer também dois anos, porque depois que eu tinha parado, aí eu ficava indo visitar alguns alunos, porque alguns alunos sentiam saudade. Aí acabava ficando o dia inteiro, ajudando o pessoal do coletivo.

E1: E a sua irmã? O contato dela com a informática durou muito tempo também? Ela ficou o mesmo tempo que você? Ela chegou também a ser monitora de informática?

R5: Não, acho que praticamente ela não ficou muito tempo, no caso. Quem ficou muito tempo fui eu e umas pessoas que praticamente estão fazendo faculdade também. E também um que era... Não sei se você chegou a conhecer o Israel, que era professor de francês também, que estava dando aula. (...) Aí o Israel começou a dar aula de francês, começou também a dar aula na parte de dança, ajudando os alunos também a fazerem as matérias da aula, danço reforço.

E1: Você sabe se tem algum colega seu, da época da viver que seguiu pelo mesmo caminho que você? De se interessar por essa área de tecnologia, de fotografia? Ou não, ou os interesses foram muito diferentes?

R5: Olha, o último que estava trabalhando comigo, ele foi preso, no caso.

E1: Foi o que?

R5: Preso. Aí ele saiu da Viver também. Ele estava participando também da parte da história da Estrutural, aí ele saiu. Aí uns desviaram. Aí tem outros também que estão tentando entrar na UnB. Mas a maioria está mesmo é trabalhando, no caso, porque praticamente a maioria já tem o ensino médio né? O ensino médio completo. Aí estão mais tentando, estudando pra entrar (na UnB).

E1: Mas eles nenhum deles trabalha na área de informática, então?

R5: Não, alguns trabalham. Que eu lembre, um deles é a Bia. A Bia estava mais trabalhando na parte de informática, mas agora ela parou, mudou de emprego. Aí acho que ela foi trabalhar de caixa no ShushiLoko, se eu não estiver errado.

E1: Você via o projeto na Viver, de informática, como uma coisa que era uma ajuda para vocês ou como uma coisa que vocês tinham direito?

R5: Era mais como, eu via mais como uma ajuda, no caso. Porque como eu estava falando, eles sempre ensinavam que aquilo era mais importante futuramente, que ia pesar. E aí também estar cobrando bastante. Tanto que colocaram línguas estrangeiras também.

E1: Mas o fato de você esta aprendendo esse tipo de coisa, você via isso como: “eu tenho o direito de estar aprendendo isso”, ou “eles estão sendo legais comigo por me ensinar isso”?
Qual era sua percepção disso?

R5: O meu era que eu tinha o direito, na verdade. Eu tinha o direito de aprender. [...] Eu já tinha consciência de que aquilo estava me ajudando a expandir minha mente, ia trazer mais conhecimento.

E1: Você em algum momento sentiu algum tipo de dificuldade pra usar computador, para usar internet? Você se sentiu incapaz em algum momento?

R5: Ah sim, acho que toda pessoa quando ainda não conhece... Acho que eu nem sabia o que era mouse, não sabia como é que funcionava. [...] Acho que naquele tempo, eu nem sabia também escrever, quando foi no início né? Aí eu acho que eu não sabia como era navegar, o que escrever, não tinha nada em mente, ou o que eu queria fazer na internet. Na verdade eu nem sabia pra que servia aquilo. Aí depois que eu fui entender que era mais para saber que tipo de informação pesquisar (...)

E1: Então você teve algum tipo de rejeição no início ou aquilo fez você ficar é mais curioso?

R5: Me fez ficar ainda mais curioso.

E1: Então te ajudou na verdade, a aprender?

R5: Isso, porque naquele tempo, praticamente, até uma coisa que eles tinham feito era bem assim... Eles estavam ensinando que tudo que a gente poderia saber, que a gente poderia estar pensando, eles falavam que tinha na internet, e que aquilo ia estar ajudando de uma forma positiva ou negativa, porque na internet tem tudo, praticamente. Aí eles estavam mais ensinando a gente a como fazer os trabalhos da escola, como saber estar ajudando.

E1: E você percebia nos seus colegas algum tipo de rejeição? Porque provavelmente você não foi o único que teve dificuldade no início. Outros colegas seus provavelmente também tinham dificuldades semelhantes...

R5: Eu acho que praticamente teve até mais, no caso. Porque naquele tempo, acho que alguns não se interessavam. Teve mais motivação de alguns alunos que estavam tendo curiosidade. Aí como alguns iam com os outros alunos, aí acabavam indo junto. Aí eles não tinham conhecimento aí via, sentia curiosidade e gostava, aí acabavam participando.

E1: Tiveram alguns que abandonaram? Teve colega seu que abandonou?

R5: Tiveram sim, tiveram.

E1: Não teve mais interesse naquelas aulas?

R5: Isso, que já estava cansativo. Praticamente, naquele tempo, o pessoal queria mais saber é de brincar né? Queriam mais era jogar bola, jogar *ping-pong*, era mais isso aí que eles queriam fazer.

E1: Você se declara como, branco, pardo, negro? Como você se vê?

R5: Pardo.

E1: Você sente algum tipo de preconceito nesse meio pela sua cor, ou você nunca sentiu nada disso?

R5: Não, nunca.

E1: Você acha que todos são iguais nesse meio?

R5: Sempre foi!

E1: E em relação às suas colegas, meninas? Você acha que elas tinham algum tipo de dificuldade, ou era tanto quanto vocês? Tinham uma rejeição maior, ou não tem nada a ver? Ou você nunca percebeu nenhuma diferença desse tipo?

R5: Não percebi. Naquele tempo eu ficava mais é com a minha irmã, com as pessoas que trabalhavam mais com a história do trabalho do Webson. Com os outros eu praticamente não...

E1: Não interagia tanto.

R5: Não interagia tanto. Eu era mais na minha.

E1: O que é um direito pra você? Direito social, por exemplo. O que é direito pra você?

R5: Bom, praticamente direito seria, no caso, tudo aquilo que as pessoas poderiam fazer de positivo para o mundo. Lógico que o mundo inteiro tem regras né? Mas praticamente seria aquilo que a pessoa deveria estar se envolvendo, com as pessoas. Não estar proibido de fazer nem tudo, praticamente né? [...]

E1: E você considera inclusão digital importante? E o que é inclusão digital para você?

R5: Inclusão digital?

E1: É. O que você acha que é inclusão digital?

R5: Boa pergunta. Deixa eu ver. Inclusão digital acho que pra mim seria...

E1: Não é uma prova, é realmente o que vier à sua cabeça.

R5: Não é porque é assim... sabe quando você sabe falar mas dá tipo um branco?

E1: Eu sei como é.

R5: [...] Seria mais, pra mim, onde a pessoa tem o direito de estar se envolvendo com a tecnologia.

E1: E você acha isso importante? Qual a importância disso para a Estrutural, por exemplo?

R5: Acho que seria muito, muito importante, porque praticamente aqui na Estrutural tem muita pessoa que não conhece a parte da tecnologia. No caso, os meus pais. Meus pais são analfabetos. E eles nem conhecem, praticamente, e estão tendo o início da tecnologia agora. Quem nem, tipo, eu tava mostrando o celular pra minha mãe, ela não faz ideia como é que mexe, tipo no *android* né? Eu que estou ensinando pra ela agora. Aí praticamente aqui, tem muito, muito, muito pessoas que sabem ler, mas que não conhecem a tecnologia. A tecnologia que conhecem mais é a televisão.

E1: As pessoas usam muito o computador, em sua opinião?

R5: Por agora eu acho que sim, tem tanta Lan House?

E1: Então tem muita Lan House aqui?

R5: Tem, tem muita Lan House.

E1: E as pessoas costumam frequentar bastante?

R5: Bastante. Tem pessoa que até vira a noite, fica até a Lan fechar.

E1: E a maioria é jovem que frequenta, ou são todas as idades?

R5: Todas as idades, mas a maioria é tudo jovem.

E1: Outra coisa: celular. Todo mundo tem? As pessoas usam muito android? O que você percebe das pessoas em relação a esse tipo de tecnologia?

R5: Então, nessa parte acho que praticamente todo mundo tem celular, até criança. [...]

E1: Então aqui praticamente todo mundo tem celular. Você acha que aqui o contato das pessoas é mais pelo acesso, não necessariamente saber usa bem essa tecnologia, mas tê-la?

R5: Exatamente. É porque também isso desenvolve muito mais pela parte da comunicação, tipo, vamos dizer: *whatsaap*, *facebook*. É porque muitos, na verdade... Praticamente, eu percebo assim, a maioria das pessoas tem celular *android* ou é pra estudo ou é pra bate-papo. (...)

E1: Mas você acha que as pessoas usam muito pra estudar também?

R5: Usam. Bom, as que eu conheço, praticamente, também usam muito pra ler. Ou então usa mais para estar ajudando tanto na faculdade quanto na escola, pra estar passando conteúdo.

E1: Então tem essa questão da busca de informação muito forte né?

R5: Isso.

E1: O preço hoje. Você considera o preço tanto de celular, quanto de computador ainda muito alto, ou é mais acessível? Como você vê essa questão, com base nas pessoas com quem você convive? Você acha que está de fácil acesso a elas, ainda está um pouco difícil, um pouco caro, como é que é?

R5: Olha, no meu caso como eu sou vendedor, no caso... Como eu conheço como é comprar e depois revender, eu acho que é meio caro, né? Porque, praticamente, na fábrica é um preço muito, muito barato. Por exemplo, na fábrica eu posso dizer que tem um celular android o preço é R\$ 200,00 (duzentos reais), aí vendo por R\$ 800,00 (oitocentos reais). Pra mim isso é muito caro, né? Porque é praticamente o salário da pessoa. Têm diversas pessoas que tem um salário de R\$ 1.000,00 (mil reais), e não sabe o preço, né? O preço verdadeiro. E paga um preço absurdo. Então eu acho que é muito, muito caro, no caso.

E1: Quais os principais conteúdos que você busca na internet? O que mais você desenvolve e você busca com a tecnologia?

R5: Hoje eu estou mais para leitura, no caso. Aí estou muito focado agora na parte de estudar para concurso. Aí estou mais é pegando matéria de concurso.

E1: E você acha que te ajuda a tecnologia, a ter mais acesso a esse tipo de informação ou não faz diferença?

R5: Facilita bastante. Porque às vezes têm alguns professores que explicam pessoalmente, aí praticamente eu não entendo. Mas depois eu olho no Youtube e vejo um que já explica bem melhor, né? Às vezes é tipo assim, eu já percebi que praticamente ninguém consegue focar muito no que os professores falam. Eles focam mais porque sabem que estão mexendo com a tecnologia. Ai já ficam tipo cientes do que que está passando. Eles podem tipo controlar[...]. É mais fácil.

E1: [...] Você acha que o fato de uma pessoa hoje em dia, se ela não tiver esse conhecimento, da utilização dessas tecnologias, isso atrapalha de alguma forma na vida?

R5: Atrapalha bastante.

E1: Como?

R5: Eu acho que atrapalha mais porque,[...] no caso se a pessoa não tivesse muito conhecimento também, acho que houve muito conflito. Porque já tiveram casos, que eu reparei, que a pessoa usa palavras novas, aí a pessoa acaba e usa uma palavra, aí a pessoa pega e entende outra, aí acaba tendo um conflito por isso. [...]

E1: Mas você acha que o fato da pessoa não saber utilizar muito bem a tecnologia pode atrapalhá-la, por exemplo, a achar emprego, ou coisa do tipo? Ou viver em sociedade hoje em dia? Ou interagir com as pessoas?

R5: Então, na parte do emprego ajuda bastante, porque, pelo menos na parte da informática, as pessoas acham a maioria das coisas pela internet, né? Vamos dizer que é tipo uma viagem, muitas pessoas não tem como, não sabem como conseguir, como chegar no local, aí eles usam muito a tecnologia para estar conseguindo chegar aonde quer.

[...]

E1: E sinal de internet aqui, como é que é? Na sua casa você tem banda larga? Qual o tipo de serviço que você tem? Ele é bom? Ele é ruim?

R5: Olha, é bom, no caso. Só que a maioria das pessoas tem mais, tipo, pacote de assinatura da OI. Só que aqui, na realidade, o sinal não é muito, muito bom. [...] No caso, na OI, por exemplo – eu já percebi – eu coloco uma antena de 10 Mega. Aqui não chega 10 Mega, praticamente chega 5 Mega, isso eu já reparei. Se eu quisesse 10 Mega eu tinha que botar uma de 20 MB.

E1: Então na verdade você paga por um serviço, mas você não adquire esse serviço.

R5: Exatamente.

E1: Além de você utilizar tecnologia para o trabalho, por exemplo, e para o estudo, que você utiliza bastante, você pensa em utilizar para alguma outra coisa? Criar coisas novas, utilizando a tecnologia para coisa que sejam do seu interesse?

R5: Com certeza!

E1: Tipo o que?

R5: Eu penso também em criar um site de trabalho, né? Mas no caso, também, eu já até uso, praticamente. Porque eu sou também desenhista, aí às vezes eu ganho dinheiro desenhando. Ai às vezes eu penso também em fazer um site para divulgar também. Ou às vezes, eu estava pensando também em criar um site, porque eu estava pensando em criar uma empresa. Com a parte de vendas, no caso.

E1: Um site de vendas?

R5: Isso.

E1: No caso, você sabe montar sites? Porque você disse que começou um curso de *webdesign*. Você sabe montar sites?

R5: Mais ou menos. Porque na verdade eu aprendi mais no SENAE a abrir uma empresa.

E1: Sei, mas o site ainda é uma parte que você pretende contratar o serviço de alguém ou você pretende aprender sozinho a montar seu próprio site?

R5: Eu prefiro aprender sozinho. Ou então até, no caso se depender, posso estar começando pedindo ajuda para alguma pessoa que eu já conheço. Aí com isso eu ia acabar absorvendo um pouco mais de conhecimento para criar o meu, no caso.

E1:

Obrigada!

ANEXO VI

QUESTIONÁRIO QUE FOI ENVIADO À COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ONG COLETIVO DA CIDADE.

1. Qual foi o período que o Coletivo das Cidades teve parceria com o CDI? De quem partiu o interesse para estabelecê-la? Por que acabou?

2. Quantos monitores do Coletivo fizeram o curso do CDI? Todos trabalharam efetivamente com projetos de inclusão digital na entidade? Quais ficaram por mais tempo? Quantas turmas chegaram a ser formadas e a concluir um projeto?

3. Qual a visão da entidade - ou sua visão enquanto coordenadora pedagógica - sobre a metodologia do CDI (críticas, elogios, sugestões)? Como essa metodologia era empregada nas aulas?

4. Qual era o foco principal das aulas/oficinas de informática desenvolvidas pela entidade? Esse foco diferia de acordo com a faixa etária?

5. Procurava-se, de alguma forma, integrar o acesso e a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação com a realidade dos/as alunos/os? Se sim, como?

6. Além de computadores e internet, era utilizado algum outro tipo de tecnologia de informação e comunicação nas aulas? Se sim, quais? Qual foi a resposta dos/as alunos/as na utilização dessas tecnologias?

6. O tema da cidadania era discutido nas aulas? Se sim, como?

7. Vocês chegaram a observar se a informática e/ou a abordagem utilizada trouxe algum tipo de mudança na vida dos/as alunos/as ou na forma que enxergavam sua própria realidade? Se sim, como?

8. A maioria dos seus alunos já tinha acesso a computadores e internet em outros locais fora do Coletivo ou não? O acesso prévio ou não trouxe algum tipo de dificuldade/facilidade no decorrer das aulas?
9. Vocês percebiam algum tipo de diferenciação por parte dos alunos que tinham acesso para com aqueles que não tinham acesso a essas tecnologias fora da entidade? Existia algum tipo de barreira ou discriminação entre esses alunos?
10. Vocês verificaram algum tipo de dificuldade dos alunos com base em questões de gênero ou raciais? Tinham as mesmas dificuldades/facilidades durante as aulas? Respondiam às atividades da mesma forma?
11. Vocês consideram que o acesso a essas tecnologias traz algum tipo de mudança na vida dessas crianças? Por que? De que forma?
12. O que significa inclusão digital para você? Você classificaria as atividades de informática (ou similares) desenvolvidas pela entidade como parte de um processo de inclusão digital? Por que?
13. Na sua opinião, a inclusão digital seria uma necessidade, um direito ou teria alguma outra classificação?
14. O que significa inclusão social para você?
15. Na sua opinião, existe relação entre inclusão digital e inclusão social? Por que?
16. Você acredita que os projetos desenvolvidos em parceria com o CDI, colaboravam de algum modo para a inclusão social dos/as alunos/as? Por que?
17. Como você acredita que os/as alunos/as se sentiam ao interagir com as tecnologias a que tinham acesso? Acredita que elas consideravam o acesso a essas tecnologias como uma oportunidade que lhes foi "dada" ou como um direito? Por que?

18. Você conseguiria dizer se os/as alunos/as conseguiam utilizar os conhecimentos e as habilidades adquiridas fora do Coletivo e de que forma?